

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Ana Paula Claro Fernandes

**O GRUPO ESCOLAR DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA:
HISTÓRIA E MEMÓRIA**

Taubaté

2019

Ana Paula Claro Fernandes

**O GRUPO ESCOLAR DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA:
HISTÓRIA E MEMÓRIA**

Monografia apresentada para obtenção do certificado de graduação do curso de História do Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves

Taubaté – SP

2019

SIBi - Sistema integrado de Bibliotecas – UNITAU

F363g Fernandes, Ana Paula Claro
O grupo escolar de São Luiz do Paraitinga: história e memória /
Ana Paula Claro Fernandes. -- 2019.
100 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Pedagogia, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves, Instituto
Básico de Humanidades.

1. São Luiz do Paraitinga. 2. História da Educação Regional.
3. História oral temática. I. Título

CDD – 370.981

Autora: Ana Paula Claro Fernandes

Título: O grupo escolar de São Luiz do
Paraitinga: História e Memória.

Monografia apresentada para obtenção do
certificado de graduação do curso de História do
Departamento de Ciências Sociais e Letras da
Universidade de Taubaté.

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof.^a Dra. Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof. Me. Armindo Boll

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

A todos os luizenses, em especial aqueles que um dia passaram pelo grupo escolar.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas incontáveis bênçãos, por sempre iluminar a minha vida e me mostrar o caminho certo.

A meus pais, Ana Célia e Paulo, por todo apoio, incentivo e compreensão. Em especial a minha amada mãe, pelo seu amor incondicional e por todas as vezes que veio em meu auxílio quando eu precisei. Jamais terei palavras para agradecer tudo o que fez e faz por mim.

Ao meu orientador, prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves, pela confiança, compreensão, atenção e paciência durante a realização dessa pesquisa e pelo carinho e acolhimento que teve comigo desde a época do projeto de extensão.

Aos meus entrevistados, pela gentileza em me conceder os seus depoimentos e por terem aceitado de bom coração se encontrar comigo na Biblioteca Municipal, na praça ou me receber em suas casas. Não se esqueçam que fazem parte da história da cidade e que sem vocês essa pesquisa não existiria. A vocês, minha eterna gratidão por terem compartilhado comigo as suas memórias.

A todos os meus professores do curso de História, pela imensa contribuição na minha formação, em especial a professora Dra. Suzana Ribeiro e ao professor Me. Armindo Boll, que gentilmente aceitaram compor a minha banca.

A Karina Tedesco, minha professora de História do Ensino Médio, pelas aulas incríveis que me inspiraram a seguir esse caminho e também por, gentilmente, ter aceitado ser a minha supervisora de estágio. Em ambas as vezes que assisti as suas aulas, aprendi muito com você.

A Janaína Oliveira, minha querida amiga, parceira e irmã de coração, por todo incentivo e apoio. Sua amizade foi um grande presente que a faculdade me deu.

Ao Leonardo Francisco, meu amigo tão querido, por ter me ajudado nesses últimos anos muito mais do que imagina. Esse curso também me presenteou com a sua amizade.

A todos os meus outros queridos amigos da faculdade, que deixaram as minhas noites muito mais alegres, em especial a Ana Cláudia e o Thiago.

Aos funcionários dos Arquivo do Estado de São Paulo e Arquivo Histórico Municipal de Taubaté e das Biblioteca Municipal de São Luiz do Paraitinga e Biblioteca do Departamento de Ciências Sociais e Letras. Que espaços como esses sejam sempre valorizados e preservados.

Ao projeto de extensão dos profs. Mauro Castilho e César Augusto, “Capelas e festas religiosas: valorizando a cultura rural” realizado em Lagoinha, o qual atuei como voluntária em 2016 e 2017, pelas ótimas companhias, pelas valiosas experiências, por ter me colocado em contato com tantas pessoas incríveis com histórias de fé e devoção para contar e pelo imenso aprendizado que ganhei para a minha formação acadêmica e para a vida. Foi uma grande alegria ter participado desse lindo projeto.

Ao projeto da prof. Suzana Ribeiro, “Histórias e Memórias: organização de um banco de histórias orais da educação da microrregião do Vale do Paraíba e Litoral Norte”, no qual fui bolsista do PIBIC (CNPq) em 2017, pela importante experiência acadêmica e pelos muitos conhecimentos que me trouxe.

Aos meus familiares, que sempre me incentivaram. A meu avô, Nicanor, ao meu tio-avô e as minhas três tias-avós, que foram alunos do grupo escolar e compartilharam comigo as suas memórias, me inspirando a pesquisar a história dessa instituição.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a minha formação acadêmica e para a realização dessa monografia.

NOSSA TERRA

*A nossa terra
Fica atrás da cordilheira
Cem por cento brasileira
Lugar bom de se viver
É pequenina,
Muito simples, sem vaidade
Mas é cheia de amizade
Esperando por você

Se quiser conhecer
Vá lá
Vá só pra você ver
Vá lá
Quanta coisa bonita
Ela tem, ela dá
Vá lá

A sua praça
Os sobrados, que riqueza
Um pedaço da beleza
Do Brasil colonial
O decreto de D. Pedro
Ainda vinga
São Luiz do Paraitinga
A cidade imperial*

(Elpídio dos Santos)

RESUMO

Os grupos escolares, símbolo da reforma da instrução pública paulista realizada na década de 1890, foram escolas primárias que, agrupando as escolas isoladas em um único prédio, reuniram todas as características da escola graduada em voga na Europa e nos Estados Unidos no final do século XIX. Entre elas, destacamos a divisão das classes por idade e nível de conhecimento, a distribuição ordenada do tempo e dos conteúdos, a adoção do método de ensino intuitivo e simultâneo, a arquitetura específica e uma nova disposição administrativa. No Brasil, importou-se a crença de que a educação era uma peça fundamental para a construção da nação e os republicanos viram nela um meio de romper com o passado imperial, modernizar o país e legitimar a República. Portanto, ainda que não tenha conseguido se estabelecer em todo o território nacional devido, entre outras questões, a falta de recursos, esse modelo de escola se consolidou como uma tradição no decorrer do século XX, tornando-se um marco na história da educação brasileira. Tendo como tema o grupo escolar Coronel Domingues de Castro de São Luiz do Paraitinga, a presente pesquisa procurou desvelar os aspectos do seu cotidiano, tais como as características estruturais e organizacionais, as normas, a rotina, a disciplina e outros elementos, e entender as nuances de como essa escola, ao mesmo tempo em que conseguiu se ajustar a legislação educacional, também formou as suas próprias particularidades. Para isso, analisou-se atas, ofícios, relatórios e alguns exemplares dos periódicos “O Luizense” e “Correio Paulistano”, datados de 1895 até 1940. Porém, posto que as fontes escritas eram limitadas devido a uma enchente que ocorreu em 2010 no município, na qual a maioria dos documentos se perderam, elegemos a História Oral como a nossa principal metodologia. As narrativas orais de 14 sujeitos (entre professor, funcionário e aluno) que estudaram e/ou trabalharam entre 1938 e 1971 nos permitiu viabilizar a nossa pesquisa para além de 1940. Desse modo, pudemos parcialmente, compreender as dinâmicas cotidianas não registradas em documentos oficiais. Por fim, esse entrelace entre as fontes orais, documentais e bibliográficas nos permitiu compor também um breve panorama entre o nacional e o regional.

Palavras-chave: Grupo Escolar. São Luiz do Paraitinga. História da educação regional. História Oral Temática.

ABSTRACT

The school groups, symbols of the public education reform in the state of São Paulo, that happened in the decade of 1890, where the primary schools that, agrouping isolated institutions in the same building, aggregated all the characteristics of the graduated school in vogue at Europe and United States of America in the end of XIX century. Between them, we would like to point out the division of grades by age and knowledge level, the ordered distribution of time and content, the use of intuitive and simultaneous methods, the specific architecture e a new administrative disposition. In Brazil, the belief that education were a fundamental part for the construction of a nation were imported, and the republicans saw a way to create a rupture with the imperial past, modernize the country and legitimate the republic. So, even that the model weren't able to be spread around the country, because of other reasons, mostly resources, this kind of school was consolidated as a tradition at the XX century, becoming a mark on the history of Brazilian education. Taking as subject the school group Coronal Domingues de Castro from São Luiz do Paraitinga, this research tried to unveil the day-to-day aspects, like its structural and organizational characteristics, the rules, the routine, the discipline and other elements, and understand the nuances of how that group was able to adjust itself to the educational legislation and, at the same time, had its own particularities. For this purpose, minutes, crafts, reports and some editions of the periodics "O Luizense" and "Correio Paulistano", dated between 1845 and 1940, were analyzed. But, since the sources were limited because of a flood that happened in the year of 2010 in the city, where most of the documents were lost, we elected the oral history as the main methodology. The narrative of 14 people (teachers, students and employees) that studied or worked between 1938-1971 there, has allowed us to enable our research beyond 1940. Thus, we were able to partly understand the daily dynamics not registered on the official documents. Ultimately, the link between the oral, documental and bibliographic sources has also allowed us to compose a small perspective of the national and regional.

Key-words: School group. São Luiz do Paraitinga. History of regional education. Thematic Oral History.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura I – Primeira página do jornal O Luizense, de 18 de abril de 1907..... | 51 |
| Figura II – Foto da lateral direita do grupo escolar Cel. Domingues de Castro..... | 52 |
| Figura III – Foto da lateral esquerda do grupo escolar Cel. Domingues de Castro..... | 53 |
| Figura IV – Capa da Cartilha Coleção Sodré..... | 67 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro I – Grupos escolares instalados no Vale do Paraíba paulista entre 1894 e 1907..... | 41 |
| Quadro II – Demonstrativo da movimentação do caixa escolar do grupo escolar Cel. Domingues de Castro entre os anos de 1934 e 1937 e de 1940..... | 48 |
| Quadro III – Relação dos entrevistados..... | 59 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Introdução..... | 12 |
| CAPÍTULO 1 – São Luiz do Paraitinga: aspectos históricos..... | 16 |
| 1.1 Gênese e consolidação..... | 16 |
| 1.2 A hora e a vez do café..... | 21 |
| 1.3 Patrimônio histórico..... | 22 |
| 1.4 Destruição e reconstrução..... | 27 |
| CAPÍTULO 2 – Os grupos escolares e o projeto republicano..... | 32 |
| 2.1 Grupos escolares: origens e consolidação..... | 32 |
| 2.2 O grupo escolar de São Luiz do Paraitinga..... | 40 |
| CAPÍTULO 3 – O grupo escolar: sujeitos, memórias..... | 54 |
| 3.1 Cultura Escolar, História Oral e Memória..... | 54 |
| 3.2 Procedimentos e categorias de análise..... | 58 |
| 3.2.1 Ensino, aprendizagem e outros elementos..... | 60 |
| 3.2.2 Espaço escolar..... | 72 |
| 3.2.3 Civismo e festividades..... | 76 |
| 3.2.4 Relações professor-aluno e regras disciplinares..... | 78 |
| 3.2.5 Entorno da escola, outras lembranças e representações..... | 80 |
| Considerações Finais..... | 85 |
| Fontes documentais..... | 87 |
| Referências..... | 88 |
| Apêndices..... | 92 |
| Anexos..... | 93 |

INTRODUÇÃO

No final do século XIX, os alicerces da escola pública (gratuita, obrigatória e laica) se constituíram quase que simultaneamente a consolidação dos Estados-Nações. Na tentativa de formar seus cidadãos para o trabalho e instruir a população, comprometendo-a com o nacional, a escola foi eleita para o cumprimento desse papel e a crença na educação como um elemento fundamental para a construção da nação se difundiu pelo mundo.

No Brasil, essa convicção foi importada juntamente as tais intenções de instrução do povo e formação de trabalhadores. Para romper com o passado imperial, modernizar o país e legitimar o novo regime político, os republicanos deram início a um projeto educacional e investiram na expansão da escola pública (que permaneceu elitista até meados dos anos 1930), especialmente a primária.

As escolas primárias da República, denominadas grupos escolares, foram instituições que, reunindo as escolas isoladas em um único prédio considerado mais apropriado, integraram praticamente todas as características das escolas graduadas americanas e europeias, isto é, a classificação das salas por idade, conteúdos e nível de conhecimento, a ordenação do tempo, o sistema de avaliação e a adoção do método de ensino intuitivo e simultâneo.

Essa nova modalidade de escola primária, marco da história educacional brasileira, alterou rotinas de pais, alunos e professores, implicou na construção arquitetônica desses estabelecimentos e transformou intimamente as estruturas administrativas e pedagógicas das escolas. No decorrer do século passado, os grupos escolares se tornaram um símbolo da modernização escolar paulista e se consolidaram como uma tradição de escola em todo o país, ainda que não tenham alcançado a sua pretendida homogeneização.

Os estudos relacionados aos grupos escolares emergiram na historiografia da educação nos anos 1990, quando os historiadores, com novas abordagens, voltaram a sua investigação para a cultura escolar e para a história das instituições educativas. Desse modo, esses estudos podem ser divididos em dois grupos, os mais gerais referentes a escola primária em si e a sua instituição em diferentes locais e os direcionados a uma história institucional, isto é, os focados em um grupo escolar específico. (SOUZA; FARIA FILHO, 2006). É, portanto, nesse segundo grupo que o nosso trabalho se encaixa.

O Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro de São Luiz do Paraitinga surgiu no contexto desse projeto político republicano para a educação. Estabelecido em 24 de novembro

de 1895, foi um dos primeiros do interior do estado de São Paulo e recebeu como denominação o nome desse político, que era coronel da guarda nacional e filho do barão do Paraitinga.

Nessa pesquisa, procuramos conhecer a origem desse grupo escolar, conhecer detalhes de seu funcionamento até o final dos anos 1930 e compreender os seus aspectos cotidianos (características estruturais e organizacionais além de outros elementos) a partir da década de 1940 e entender como essa escola, ao mesmo tempo em que seguia a legislação educacional, desenvolveu as suas próprias particularidades.

A idealização dessa monografia surgiu do interesse em conhecer mais profundamente essa instituição. Uma vez que a família materna da pesquisadora é luizense, ela cresceu ouvindo o seu avô, o seu tio-avô e as suas tias-avós comentando da época em que estudaram no “grupão”. Assim, em 2016, numa caminhada pelo centro de São Luiz do Paraitinga acompanhada de seu avô e de uma de suas tias-avós, semanas após uma aula da faculdade sobre os grupos escolares, eles apontaram para o local onde antigamente ficava o prédio da escola (que foi reconstruído depois da enchente de 2010 e onde atualmente funciona a Biblioteca Municipal) e lembraram mais uma vez a sua época de alunos. Foi quando a pesquisadora definiu que a história e as memórias desse grupo escolar seriam o tema de seu trabalho de graduação.

Observamos que comumente os estudos acerca da história regional, estão em detrimento da história global e nacional. Porém, por exemplo, o Vale do Paraíba é uma região significativa, pois além de estar ligada ao ciclo econômico do café, foi cenário de acontecimentos marcantes para a história do país, como o Convênio de Taubaté de 1906, que é estudado nas escolas de diversos estados. O município de São Luiz do Paraitinga, por ser uma cidade patrimonial, abrigando bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-SP), recebeu em 2002 do estado de São Paulo o título de estância turística, que garante um certo *status* e uma verba maior para a promoção do turismo regional. Além dos patrimônios materiais como os casarões do centro histórico e dos patrimônios imateriais como as manifestações religiosas e culturais (Festa do Divino e Carnaval de Marchinhas), a cidade também se destaca pelo seu turismo ecológico, como as trilhas e o rafting do Núcleo Santa Virgínia.

Sendo um dos principais polos turístico e cultural da região do Vale do Paraíba paulista, entendemos que o município é relevante social e historicamente e, por isso, merece o seu devido reconhecimento nas produções acadêmicas. Portanto, realizando esse recorte local, podemos conhecer, nesse caso, os aspectos da cultura escolar regional e das vivências dos professores e dos alunos, valorizando também a memória educacional da cidade. Sendo assim, acreditamos

que este trabalho se justifica pela pertinência de se estudar a história regional e pelo fato de que tendo tido uma perda documental irreparável devido a enchente de janeiro de 2010, São Luiz do Paraitinga, carece de mais pesquisas que incluam as fontes orais e que apontem as poucas, porém imensamente relevantes, fontes documentais a serem estudadas.

Entre os objetivos dessa pesquisa, evidenciamos a promoção da pesquisa em história da educação, de forma a valorizar a escola pública e reconhecer o seu direito à memória, o estudo da história regional, a valorização do papel dos professores, alunos e funcionários do Grupo Escolar luizense como agentes de construção da história escolar da cidade, o reconhecimento da História Oral como uma importante fonte de pesquisa, uma observação entre o nacional e o regional e a proposta de diálogo entre a comunidade e a produção de conhecimento acadêmica.

A nossa principal metodologia foi o recurso de História Oral, que consiste na realização de entrevistas gravadas em arquivos de áudio abordando as memórias temáticas ou de vidas. Seguindo as normas da Universidade de Taubaté, submetemos o pré-projeto dessa pesquisa ao comitê de ética da universidade por meio da Plataforma Brasil em agosto de 2018, o qual foi aprovado em março de 2019. No final desse trabalho, estão em anexo o roteiro de entrevistas e o parecer de aprovação.

Ao todo, selecionamos 14 sujeitos (um professor, um funcionário e doze alunos), os quais nos revelaram as suas perspectivas, as suas interpretações do passado, os elementos escolares, os tópicos cotidianos e saberes que não encontraríamos registrados em documentos oficiais. Suas narrativas foram analisadas e contrastadas com as leis e os decretos educacionais da época e com a bibliografia especializada. Contudo, analisamos previamente outras fontes, tais como relatórios e periódicos. Isso pois, reconhecendo a presumível subjetividade das narrativas, acreditamos que a comparação das fontes se configura como a crítica mais adequada.

No primeiro capítulo, elencamos quatro importantes fases da história de São Luiz do Paraitinga (surgimento da cidade, período do café, patrimônio e reconstrução pós-enchente) de forma a elucidar os cenários social, econômico, cultural e educacional e identificar elementos formadores da identidade luizense.

No segundo capítulo, explanamos a respeito da origem dos grupos escolares, recorrendo para isso, à sua gênese, ou seja, às escolas graduadas da época dos Estados-Nações. Em seguida, baseando-nos na análise documental, procuramos conhecer a origem do grupo escolar de São Luiz do Paraitinga e expor suas principais características até o ano de 1940. A documentação

analisada compreendeu a ata de sessão solene da inauguração do prédio, ofícios e relatórios de inspetores escolares disponíveis no Arquivo do Estado de São Paulo e os jornais “O Luizense” e “Correio Paulistano”, disponíveis respectivamente no Arquivo Histórico Municipal de Taubaté “Dr. Félix Guisard Filho” e na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional.

Por fim, no terceiro capítulo, percorremos os anos finais da década de 1930 até os anos iniciais da década de 1970 por meio das narrativas orais de professores, funcionários e alunos que estudaram e/ou tralharam nessa época. Esse recorte temporal foi pensado devido a duas questões: as possibilidades de viabilização da pesquisa e de um contato com conhecimentos não registrados nos arquivos. Inicialmente, elucidamos brevemente os principais conceitos, Cultura Escolar, História Oral e Memória (nos baseando em autores como Julia, Lozano, Portelli, Meihy, Halbwachs e Le Goff). Posteriormente, divididas em cinco categorias de análise (ensino, aprendizagem e outros elementos; espaço escolar; civismo e festividades; relações professor-aluno e regras disciplinares; e entorno da escola, representações e outras lembranças), analisamos as memórias, cotejando-as com a legislação educacional e com a bibliografia pertinente, fundamentada principalmente nos livros “Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo” e “Alicerces da Pátria: história da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976)” de Rosa Fátima de Souza, mas também em outros autores.

Em suma, esperamos cumprir os nossos objetivos e intenções para o presente trabalho e de alguma forma contribuir para o reconhecimento e valorização da história da educação, da história regional, da história oral e da cidade de São Luiz do Paraitinga.

CAPÍTULO 1 – SÃO LUIZ DO PARAITINGA: ASPECTOS HISTÓRICOS

*“(...) distingo agora, o casario esbranquiçado,
os velhos telhados e o larguinho...
rodeado de sobradões antigos.
Uma ou outra parede de azulejo.
Histórias do passado! (...)”.*

(Aziz Nacib Ab’Saber)

Nesse capítulo pretendemos apontar algumas fases significativas da história de São Luiz do Paraitinga. Isso, pois, entendemos que para compreender o presente devemos conhecer o passado. Nesse caso, é fundamental elucidar os cenários social e econômico desse município no período anterior à instalação do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro e apresentar os posteriores eventos que marcaram a história da cidade para que, desse modo, possamos nos inteirar mais precisamente da trajetória dessa instituição.

Para tal, dividimos este capítulo em quatro partes, isto é, elencamos quatro momentos importantes do município. Inicialmente, exporemos sua história inicial, como as circunstâncias de sua fundação. Em seguida, apresentaremos o contexto daquela localidade na época do ciclo do café. Posteriormente, discutiremos sobre como essa cidade patrimonial se tornou uma estância turística. E, por fim, abordaremos a questão da enchente e a reconstrução da cidade.

Assim, compreendendo e contextualizando os seus aspectos históricos conseguiremos identificar os elementos formadores da identidade luizense e das culturas popular, caipira e religiosa, tão presentes no local.

1.1 Gênese e consolidação

O Vale do Paraíba é um território que abrange a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, com 39 municípios no estado de São Paulo, e a Região Sul Fluminense, com 14 cidades no estado do Rio de Janeiro. Localizado entre as capitais desses dois estados, seu principal eixo urbano encontra-se às margens da rodovia Presidente Dutra (BR-116). Seu

nome provém da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, do qual a parte inicial pertence a sua extensão.

Situada em uma região montanhosa no Vale do Paraíba paulista, à 173 km de distância da capital, São Luiz do Paraitinga, tem uma área de 617,315 km², uma população de 10.687 pessoas¹ e é banhada pelos rios Paraitinga², Paraibuna³ e Chapéu.

A cidade abriga, em sua essência, elementos das culturas popular, tropeira, cafeeira e religiosa, os quais se manifestam tanto na musicalidade, na arquitetura, na culinária, nas festas religiosas e seculares, tais como a Festa do Divino Espírito Santo e o Carnaval de Marchinhas, quanto nos hábitos, costumes e tradições de seus moradores. Estes elementos se entrelaçaram ao município no decorrer de seus processos históricos.

O Vale do Paraíba foi habitado pelos indígenas Muiramomis da etnia Guarani até meados do século XVI, quando estes foram dizimados pelos Tamoios. Mais tarde, ao se retiraram para o Litoral Sul, deixaram essa área livre para a ocupação dos Puris. Estes, por sua vez, se dispersaram após serem dominados pelos colonizadores, bandeirantes e tropeiros que chegaram a região após a descoberta do ouro em Minas Gerais e a expansão das fronteiras agrícolas. (SILVA, 2017, p. 123).

Nos primeiros séculos do período colonial brasileiro, essa região exerceu um papel de entreposto comercial. Dispondo de uma boa localização que atendia aos interesses dos agentes da metrópole portuguesa, ela serviu como um caminho estratégico para diversos fins. As produções auríferas e agropecuárias da época, vinculadas a esse território, possibilitaram o crescimento e o desenvolvimento dessa região em decorrência da fundação de inúmeras cidades⁴.

A história da cidade que viria a ser São Luiz do Paraitinga teve início em meados do século XVII. Quando caminho de expedições, era apenas o Bairro do Paraitinga, pertencente a Vila de Taubaté, do qual mais tarde foi desmembrado. Muitos viajantes paravam às margens do rio Paraitinga para descansar da viagem às Minas Gerais, da qual traziam o ouro a ser

¹ Segundo o último censo do IBGE (2019). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-luiz-do-paraitinga/panorama>> Acesso em: 07 mai. 19.

² Parahytinga, do Tupi Guarani “águas claras”.

³ Os rios Paraitinga e Paraibuna, quando se encontram, formam o Rio Paraíba do Sul.

⁴ Quando próxima ao século XIX, essa região tinha a povoação mais elevada e o maior número de vilas na capitania. (SANTOS, 2008).

enviado para o porto de Paraty⁵. Nesse percurso enfrentavam dificuldades, pois essa era uma área de mata fechada. À vista disso, estabelecer um povoado nessa região asseguraria suporte aos grupos próximos a seu destino final.

Quando mencionamos os tais grupos, nos referimos aos bandeirantes que exploravam os territórios, procuravam pedras preciosas e capturavam indígenas para servirem como mão de obra na exploração das terras brasileiras e aos grupos de expedições interioranas ligados à prática de mineração, cujo objetivo era enviar a remessa de ouro à Portugal.

Essa região era também a rota de passagem e pouso dos “tropicadores”, que viajando longas distâncias entre o Sul e o Sudeste, impulsionaram uma forma de transporte embasada, principalmente, nos lombos de mulas. Eles comercializavam alimentos, especialmente o charque (carne seca), pois, em razão da extração de ouro, esse tipo de produção era muito baixa na região sudeste. Seus entrepostos e feiras comerciais deram origem a pequenas vilas e cidades.

O primeiro núcleo colonizador do Vale do Paraíba foi a Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté. Fundada pelo bandeirante Jacques Félix, por meio da obtenção de sesmarias⁶, foi elevada à categoria de vila em 5 de dezembro de 1645.

A história da ocupação do Bairro do Paraitinga também se iniciou nessa mesma época. Sabemos que houve algumas tentativas de formação de povoado anteriores a que é considerada oficial. Segundo Nery (2014, p. 19), o então denominado “sertão da Paraitinga” é um local mencionado em documentos muito anteriores aos de sua fundação⁷.

A primeira tentativa foi realizada em 5 de março de 1688 quando uma sesmaria foi concedida a João Sobrinho de Moraes e ao capitão Mateus Vieira da Cunha. A finalidade era de que se formasse um povoado que atendesse a carência de expansão dos domínios na capitania de São Paulo em direção à Serra do Mar, posto que esse era um momento de circulação de ouro na região. Porém, tal tentativa acabou sendo frustrada, assim como outras como se seguiram.

No final do século XVIII, quando a mineração começou a entrar em declínio, e também diante da necessidade de ocupar terras para expandir a produção agrícola, o governador da capitania de São Paulo, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, conhecido por Morgado de

⁵ Após esse trajeto, o ouro seria levado até o porto do Rio de Janeiro, do qual seria enviado para Lisboa, em Portugal.

⁶ Lotes de terras doados pela Coroa Portuguesa. Seus destinatários, que precisavam cultivá-las, compunham a elite colonial.

⁷ Antes da fundação definitiva da vila havia um pequeno arraial com cerca de 50 casas. (NERY, 2014, p. 19).

Mateus, autorizou a fundação de uma povoação⁸, junto ao rio Paraitinga, nomeando o sargento Manoel Antônio de Carvalho como Juiz das Demarcações das Sesmarias.

Ao receber as sesmarias, Manoel Antônio de Carvalho ficou responsável por estabelecer uma vila e governá-la. Assim, no dia 8 de maio de 1769, ocorreu a fundação definitiva desse povoado que foi chamado de Vila de São Luiz e Santo Antônio do Paraitinga, em homenagem aos santos de devoção do sargento.

De acordo com Santos (2008, p. 54), conceder o ato de fundação de uma cidade a uma única pessoa legitima o poder de um determinado sujeito sobre todo um núcleo populacional que já habitava a região, ou seja, organizava-se um espaço em torno de habitações e de relações sociais já existentes intencionando um maior controle pelo Estado sobre o território brasileiro, algo necessário aos olhos da Metrópole. Entretanto, nesse caso, algumas famílias tiveram influência no domínio e administração da nova povoação.

É certo o comando da povoação, logo em seu início, até o final da década de 90 do século XVIII, é exercido majoritariamente por taubateanos e pindenses (Gil, Dias, Siqueira, Prado, Toledo Piza e Cardoso), mas no final do século XVIII e início do século XIX, a influência de famílias oriundas de Guaratinguetá e de Cunha se sobressai (Nunes de Siqueira, Gomes Gouvea, Lopes Figueira). (NERY, 2015, p. 19).

As primeiras famílias que povoaram a cidade não possuíam bens a princípio, portanto, dedicaram-se à agricultura de subsistência. Posteriormente, passaram a se sustentar a partir da exploração de minérios, dos engenhos de cana e da produção leiteira. Por muito tempo também cultivaram cereais até iniciarem a plantação de algodão e café, quando, então, a cidade ascendeu economicamente. Essa mudança na economia local permitiu a construção de novas obras e propiciou a expansão e acúmulo de riquezas de proprietários rurais mais abastados. (ALLUCCI, 2015, p. 24).

No documento oficial de fundação da vila⁹, encontra-se o incentivo a construção de uma igreja, sob a intercessão de Nossa Senhora dos Prazeres, da qual o sargento também era devoto. Tal prática de erguer igrejas assim que estabelecesse uma nova vila ou cidade era

⁸ Seguindo as determinações referentes a política de povoamento de Marquês de Pombal, ministro do rei de Portugal.

⁹ Documento citado em Santos, João R. C. C. *A festa do divino de São Luiz do Paraitinga: o desafio da cultura popular na contemporaneidade*. São Paulo: FFLCH, 2008.

comum na sociedade do século XVIII¹⁰. Esse reforço da religiosidade popular era uma prática de poder e um dos meios utilizados para controlar a sociedade.

Juntamente à construção da igreja, levantar uma edificação para a Casa de Justiça, Casa da Câmara, Cadeia e Pelourinho eram anseios presentes nas correspondências oficiais de Manuel Antônio de Carvalho. (SANTOS, 2008, p. 56).

Devido a um incentivo do governador geral, que objetivava a vinda de novos moradores, em 31 de março de 1773, o povoado de Santo Antônio e São Luiz do Paraitinga foi elevado oficialmente à categoria de vila e declarada como Vila Nova de São Luiz do Paraitinga. No ano seguinte, foram registradas cerca de 800 pessoas morando nessa região.

A história do município revela, como afirma Santos (2008, p. 38), o poderio exercido pela elite econômica face a uma população bastante pobre. Havia um intenso movimento de troca dessas elites consoante os ciclos econômicos locais, tais como o do café e da pecuária, e os cargos políticos e sociais em destaque se readequavam às novas situações.

Como sabemos, além da dificuldade em administrar o imenso território brasileiro naquela época, a metrópole portuguesa enfrentava também a crise do sistema colonial¹¹. Para Santos (2008), esses fatores contribuíram para que São Luiz do Paraitinga, assim como a grande maioria dos pequenos municípios brasileiros, ficasse praticamente abandonada pela administração colonial. Segundo o autor, isso foi um fator que fez com que essas localidades “nascentes nesse contexto conturbado, acabassem tendo na grande maioria das vezes, uma história inicial com sucessões de golpes políticos, pobreza e isolamento”. (SANTOS, 2008, p. 38).

Porém, conforme Santos (2008, p. 58), as “dificuldades econômicas e políticas não são suficientes para diminuir a importância [...] das organizações de festas – com destaque para as do Divino”, pois “pode ser percebido por pedidos de licença [para as festas] para a Câmara local já no período inicial de constituição do povoamento”. Ser o festeiro da Festa do Divino dava a seus organizadores prestígio e status social na comunidade, isso fazia com que os fazendeiros da região se revezassem nesse papel. (SANTOS, 2008, p. 61).

¹⁰ À título de exemplo, nas Minas Gerais setecentista e oitocentista, é intrínseca a relação entre a construção de uma capela e o estabelecimento de um arraial.

¹¹ Contestações e aspirações de emancipação colonial levaram à tal crise.

1.2 A hora e a vez do café

Quando se iniciou o ciclo do café¹², no final do Setecentos, as mudanças políticas e socioeconômicas que vieram com ele foram significativas no país como um todo, mas especialmente na província de São Paulo. No Vale do Paraíba, a cultura cafeeira movimentou a economia e favoreceu o crescimento e o desenvolvimento das cidades da região.

São Luiz do Paraitinga, servindo como um entreposto imprescindível no escoamento da produção, não apresentou uma grande produção de café em comparação à maioria das cidades vale-paraibanas, mas ainda assim se beneficiou da economia gerada nessa região, a qual enriqueceu as elites locais e trouxe algumas melhorias para o município. Suas construções históricas são, em sua maioria, desse período. É a partir do século XIX, que se iniciam diversas obras públicas, como a Casa da Câmara e da Cadeia e a Igreja Matriz¹³, dedicada a São Luís de Tolosa.

Trindade (apud SANTOS, 2008, p. 66), apontou a existência de três fazendas dedicadas, em maior escala, à plantação de café, ainda que se dedicassem a policultura. Uma delas seria, possivelmente, da família “Domingues de Castro”. Segundo este autor (Idem, p. 68), neste mesmo período, em 1852, o delegado de polícia Manoel Jacinto Domingues de Castro menciona na região luizense uma “pequena exportação a saber de cafés, algum toucinho, feijão e milho”.

Além de possuir o domínio da produção cafeeira na cidade, a família “Domingues de Castro” tinham importantes cargos políticos e sociais, grandes fazendas na zona rural e posses na área urbana, ou seja, eram notoriamente muito influentes como veremos mais para frente.

Como indica Santos (2008), mesmo que documentos oficiais não comprovem uma ampla produção específica nessa cidade, a maioria da população luizense valoriza um passado de riqueza proporcionado pela cultura cafeeira. “Temos nesta realidade o elemento principal na construção da memória coletiva atual que não cansa de exaltar um passado rico e marcado por festas exuberantes”. (SANTOS, 2008, p. 69). A monocultura do café foi, portanto, um dos alicerces na composição da identidade de São Luiz do Paraitinga.

¹² Na economia brasileira, o ciclo do café se iniciou no final do século XVIII e permaneceu até meados da década de 1930 do século XX.

¹³ A Igreja Matriz foi construída em 1840 na praça chamada Pátio, futuro Largo da Matriz e Praça Oswaldo Cruz.

Mais tarde, com o declínio das lavouras de café, a cidade viveu um período de redução de sua economia. A partir das décadas de 1930 e 1940, migrantes mineiros começaram a trazer para a região a criação de gado leiteiro. Essa nova atividade, a pecuária leiteira, também foi escolhida por outras fazendas do Vale do Paraíba, que precisaram se reconstituir. Em São Luiz do Paraitinga, essa economia prevaleceu de forma ampla até o final da década de 1980¹⁴. (ALLUCCI, 2015, p. 26).

São Luiz do Paraitinga, que foi elevada à categoria de cidade em 1857, recebeu em 11 de junho de 1873, o título de “Imperial Cidade”, concedido por D. Pedro II que a visitou enquanto estava de passagem pela região. Tal título, dado as cidades consideradas importantes, era um *status* e conferia aos municípios autonomia e poder regional. Esse fato, que revela seu auge econômico, foi também mais um aspecto importante na construção identitária luizense.

Durante a sua passagem pelo município, D. Pedro II pernoitou na Fazenda Palmeiras, cujo proprietário era o tenente Coronel Manoel Jacintho Domingues de Castro. Foi nesta mesma ocasião que o Imperador outorgou ao Coronel o título de “Barão do Paraitinga”. (COMITÊ, 1997, p. 48).

Na última década do século XIX, o surgimento de uma nova instituição também marcou a história da cidade. Ainda muito presente na memória dos luizenses, o Grupo Escolar criado no final de 1895 foi um dos primeiros da região. Seguindo uma lei do governo paulista, as oito escolas isoladas da cidade foram agrupadas em um prédio próprio, alterando a rotina de alunos, pais de alunos e professores.

Desde o momento de sua instalação, foi denominado Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro. Seu patrono era membro da Guarda Nacional e filho do Barão de Paraitinga. Assim, novamente observamos a influência dessa família. Detentora da maior produção cafeeira da cidade e do poder econômico luizense, detinham também o comando político.

1.3 Patrimônio histórico

No decorrer da história, a palavra *patrimônio* assumiu diversos sentidos. Nos dias de hoje, podemos dizer que os patrimônios, especificamente os culturais, em suas diversas

¹⁴ Atualmente, a base da economia luizense está na agropecuária e no turismo.

categorias¹⁵, são testemunhas de fatos históricos e revelam aspectos que formaram a identidade histórica e cultural de determinadas localidades. De acordo com Lemos (2017, p. 19-21), preservá-los seria uma forma de garantir a compreensão da nossa memória social.

O Artigo 216¹⁶ da Constituição Federal de 1988 definiu¹⁷ os patrimônios culturais como bens de “natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Eles incluem

As formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Na Rodovia Oswaldo Cruz, saindo de Taubaté em direção a São Luiz do Paraitinga, é possível observar, mais ou menos no quilômetro 30, uma placa azul indicando que estamos na divisa Redenção da Serra/São Luiz do Paraitinga. Poucos metros depois, há uma outra placa, marrom, maior que a anterior, com os seguintes dizeres “São Luiz do Paraitinga: Patrimônio Cultural, Estância Turística, Conjunto Histórico e Paisagístico Nacional”.

Segundo Allucci (2015, p. 32), “o interesse dos órgãos de preservação do patrimônio por São Luiz do Paraitinga começou em 1963, com a publicação do ensaio *Quadro Geral dos Monumentos Paulistas*, de autoria do arquiteto Luís Saia”. Neste, o autor “explicita a evolução da região [paulista], enfatizando as fundações que marcaram uma fase de expansão da Capitania de São Paulo” (Idem) e destaca São Luiz do Paraitinga como um local representativo desse período e que, por isso, deveria receber proteção do poder público.

Dez anos após esse ensaio, segundo a autora, Saia reafirmou a importância da cidade em “*Evolução urbana de São Luiz do Paraitinga*”, documento este que deu suporte à ação de tombamento do conjunto urbano-arquitetônico realizada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT).

¹⁵ De acordo com o IPHAN, os patrimônios culturais são divididos em quatro categorias: material, imaterial, arqueológico e mundial.

¹⁶ Disponível em <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp>. Acesso em: 05 mai. 19.

¹⁷ Foi uma redefinição ao antigo Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.

Em face da importância do município na história regional, de seu patrimônio arquitetônico, das manifestações de sua cultura popular e de sua beleza paisagística, já no início da década de 1970, o CONDEPHAAT deu a São Luiz do Paraitinga o título de ‘a mais brasileira das cidades paulistas’. (CAMPOS, 2011, p. 46)

Em 1975, o CONDEPHAAT tombou¹⁸ a Casa de Oswaldo Cruz, construída em 1834. O tombamento desse prédio “demonstrou alguns critérios utilizados pelo órgão para os tombamentos; ela recaiu muito mais por seu ilustre morador do que por características específicas do imóvel”. (CONDEPHAAT apud ALLUCCI, 2015, p. 32)

Em 1981, foi tombado pelo Conselho¹⁹ o Sobrado número 3 da Praça Oswaldo Cruz sob a alegação de que “o edifício, localizado na praça em meio a outros sobrados, faz parte do conjunto arquitetônico mais significativo do núcleo histórico urbano”. (CONDEPHAAT apud ALLUCCI, 2015, p. 33). Tal imóvel era, e ainda é, a sede da Prefeitura de São Luiz do Paraitinga. Também em 1981, foi tombada²⁰ a Capela de Nossa Senhora das Mercês, primeira construção religiosa da cidade.

Em 1982, o CONDEPHAAT realizou mais um tombamento²¹ na cidade. Dessa vez foi todo o Centro Histórico, com suas dezenas de casas, sobrados e igrejas e seu entorno paisagístico. Para isto, utilizou-se de um cadastro de edificações realizado pelo arquiteto Gustavo Neves da Rocha e, novamente, do texto de Luís Saia. (ALLUCCI, 2015, p. 33).

Conforme o Arquivo do CONDEPHAAT (apud DOSSIÊ, 2011, p. 15), em virtude de suas características específicas, a cidade foi dividida em dois setores para o efeito de tombamento:

Centro Histórico I – Área de grandes sobrados, predominantemente do século XIX, no alinhamento do lote e com influências do ecletismo. O conjunto é formado por 171 edificações, em sua maior parte, de uso residencial.

¹⁸ Número do Processo: 00364/73. Resolução de Tombamento: ex-officio em 26/12/1974. Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 104, p. 14, 06/05/1975.

¹⁹ Número do Processo: 21603/81. Resolução de Tombamento: Resolução 30 de 05/08/1981. Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 152, p. 27, 22/12/1981.

²⁰ Número do Processo: 21731/81. Resolução de Tombamento: Resolução 37 de 28/09/1981. Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 155, p. 28, s.d.

²¹ Número do Processo: 22066/82. Resolução de Tombamento: Resolução 55, de 13/05/1982. Livro do Tombo Histórico: Nº inscr. 200, p. 51, 18/08/1982

Centro histórico II – Constituído de 262 casas populares, de um ou dois pavimentos, de uso residencial e pequeno comércio.

Em esfera federal, o tombamento²² pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) aconteceu em 10 de dezembro de 2010, aprovado em unanimidade pelo Conselho. A “cerimônia de assinatura da Resolução Ministerial foi prestigiada pela presença de todas as autoridades da área, inclusive a do ministro da Cultura”. (CAMPOS, 2011, p. 46).

Segundo Allucci (2015, p. 34), os documentos para a realização do tombamento do Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga pelo IPHAN estavam finalizados desde 2009. Porém, devido aos problemas causados pela enchente, o órgão reelaborou, no ano seguinte, o “Dossiê São Luiz do Paraitinga”, documento no qual foram apresentadas as motivações para o tombamento.

Para nós, voltados à proteção do patrimônio cultural, é a cidade em seu conjunto que importa, tanto à luz do entendimento do desenho da cidade e sua arquitetura, seu desenvolvimento histórico, como em relação a definições, princípios e objetivos exarados em cartas e recomendações relativas ao patrimônio cultural, elaboradas em encontros patrocinados pela Unesco, pela OEA e pelo International Council on Monuments and Sites (Icomos). (DOSSIÊ, 2010, p. 20-21).

Conforme consta em um texto em seu site, o tombamento realizado pela instituição, no ano de 2012, incluiu casarões, capelas, praças, coretos e fontes, ladeiras, ruas e largos, sendo estes “marcos de preservação urbana que trazem relevantes referências espaciais da cidade e caracterizam as fases de sua expansão urbana”. (IPHAN, 2014)²³. Sobre a delimitação dessa área,

O conjunto urbano tombado abrange mais de 450 imóveis e a preservação visual do entorno. Este entorno compreende o “mar de morros” que envolve a cidade, formando uma moldura verde que valoriza o conjunto arquitetônico. [...] Os marcos urbanísticos e arquitetônicos descritos no perímetro da área urbana têm como objetivo, prioritariamente, a proteção pública e abrange o rio Paraitinga, ruas e áreas seriamente afetadas pela enchente. (IPHAN, 2014).

²² Número do Processo: 1590-T-10. Livro Histórico: Nº inscr. 612, vol. 3, f. 051-053, 05/12/2012. Livro Arq./Etn./Psq.: Nº inscr. 161, vol. 2, f. 074-075, 05/12/2012.

²³ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/388/>>. Acesso em 05 mai. 19.

São Luiz do Paraitinga é, também, uma Estância Turística²⁴. Conforme o Governo de São Paulo, “as estâncias possuem infraestrutura e serviços direcionados ao turismo, seguindo legislação específica e pré-requisitos para a qualificação”. (SÃO PAULO, s.d).

A transformação de São Luiz do Paraitinga em estância era um desejo antigo. Numa propaganda eleitoral de 1968 já consta promessa nesse sentido, sinal que o assunto já vinha sendo comentado entre os moradores. CAMPOS (2011, p. 46).

Isso nos revela que décadas antes, quando a base econômica do município ainda era a pecuária leiteira, já havia, mesmo que pequenas, discussões a respeito do turismo. Ao ganhar cada vez mais apoio das autoridades locais, diversas tentativas foram feitas para que essa ideia se concretizasse e o município fosse incluído na lista de estâncias paulistas. (CAMPOS, 2011, p. 46).

Décadas mais tarde, aprovado pela Lei Estadual nº 11.197 de 5 de julho de 2002²⁵, a cidade recebeu o título de Estância Turística, o que contribuiu, de forma significativa, para o aumento do turismo. Como Estância Turística, a cidade passou a receber verbas do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE) a serem empregues em obras que melhorem sua estrutura para incentivar a visita de turistas.

Para Funari (2017), mesmo que as políticas de preservação de patrimônios culturais ainda sejam recentes nos países latino-americanos, a valorização desses bens é uma forma de preservar as características identitária das cidades e incentivar o turismo.

A reabilitação dos centros históricos, além de potencializar a identidade coletiva dos povos e promover a preservação de seus bens culturais – materiais e imateriais – pode contribuir para o desenvolvimento econômico e social e, ainda, otimizar os custos financeiros em ambientais do desenvolvimento urbano, através do aproveitamento da infraestrutura de áreas centrais e do incremento da indústria turística. (FUNARI, 2017, n.p.)

Nos últimos anos, o turismo tem crescido e movimentado a economia da cidade. Além de eventos como o Carnaval de Marchinhas e a Festa do Divino que atraem milhares de turistas da região e de fora todos os anos, São Luiz do Paraitinga apresenta outros pontos de cultura e

²⁴ No Estado de São Paulo, há 70 estâncias divididas em quatro grupos: turísticas, balneárias, climáticas e hidrominerais.

²⁵ Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2002/lei-11197-05.07.2002.html>>. Acesso em: 05 mai. 19.

turismo, tais como o Centro Cultural Nelsinho Rodrigues, o Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia, o Mercado Municipal, a Praça Oswaldo Cruz, entre outros.

São Luiz do Paraitinga é, ainda, a sede da Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba²⁶. Criada em 2014, a partir do estabelecimento de um termo de cooperação com diversos seguimentos da sociedade local, tem como objetivo “criar um espaço de interlocução com a comunidade local, visando propiciar debates e a participação social na gestão, proteção e valorização do patrimônio cultural” (Casa do Patrimônio, 2014) para que se torne “um lugar de referência regional para a pesquisa e a reflexão sobre a temática do patrimônio, reconhecendo que o Vale do Paraíba se constitui em uma das regiões mais patrimonializadas do estado de São Paulo”. (Idem). Sobre São Luiz do Paraitinga ser a sede do projeto, ela foi escolhida por

Se constituir como um dos principais polos culturais da região, além de abrigar um dos maiores conjuntos urbanos tombados pelo órgão federal de preservação do patrimônio cultural no estado de São Paulo. (Casa do Patrimônio, 2014).

Como pudemos observar, nas últimas décadas São Luiz do Paraitinga vem desenvolvendo e promovendo ainda mais as relações entre a população e seu território por meio de ações de tombamento e valorização de seus patrimônios. Com cada vez mais frequência, esse município conta com eventos e manifestações culturais, não deixando que se perca suas tradições e propiciando aos turistas o contato com a cultura popular regional.

1.4 Destruição e reconstrução

Um dos acontecimentos que mais impactaram o município foi a enchente de 2010, que derrubou construções históricas e deixou centenas de pessoas desalojadas. Uma tragédia coletiva ainda muito presente na memória dos luizenses.

Conforme um relatório preliminar divulgado pelo CONDEPHAAT após essa tragédia, dos 426 bens tombados, 65 foram seriamente danificados e 16 totalmente arruinados. Além disso, uma fileira de casas numa rua localizada entre as margens do Rio Paraitinga e a Praça Oswaldo Cruz também foi destruída. (SILVA, 2017, p. 167).

²⁶ A Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba é um projeto da Superintendência do IPHAN-SP, com vistas ao desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial e comunicação com o público. Disponível em: <<https://casadopatrimoniovp.wordpress.com/a-casa/>>. Acesso em: 05 mai. 19.

Em outros momentos de sua história, São Luiz do Paraitinga também sofreu com enchentes. Num jornal do século XIX, há registros de uma catástrofe causada por esse incidente. Segundo Campos (2011, p. 48),

Foi na noite de 11 para 12 de janeiro de 1863, quando o transbordamento do rio Paraitinga causou muita confusão e lamentos aflitos. No final foram contabilizados muitos prejuízos, como a destruição de três sobrados, quatro casas térreas, além da cadeia pública e de duas pontes. As águas chegaram aos primeiros degraus da igreja matriz.

No final da década de 1960, mais duas enchentes causaram estragos no município. No final de fevereiro e em 7 de março de 1967, o volume de chuva foi tão forte que, em ambas às vezes, encheram o rio Paraitinga e a água invadiu a parte baixa da cidade, causando prejuízos à população. (CAMPOS, 2011, p. 47-48). Alguns dias depois, um outro acontecimento assustou ainda mais os luizenses.

Era cerca de 9 horas da noite do dia 22 de março de 1967 quando, após um estrondo surdo, toda cidade de São Luiz do Paraitinga começou a tremer. Como as pessoas estavam preocupadas com o estado de conservação do prédio [do grupo escolar], à noite, funcionava o ginásio estadual, a primeira impressão dos moradores foi a de que ele havia desabado. Parte da população, principalmente pais e mães de alunos, correu para lá. No entanto, não se registrou qualquer pessoa ferida naquela casa de ensino. (CAMPOS, 2011, p. 47).

Posteriormente, compreendeu-se que se tratava de um abalo sísmico, o qual nunca foi devidamente explicado. Tal episódio, que jamais se repetiu, ainda é muito lembrado pelos luizenses que o vivenciaram.

A partir daí as enchentes inundando a parte baixa de São Luiz do Paraitinga se tornaram mais periódicas. Em 27 de fevereiro de 1971, a Vila de Catuçaba foi atingida. Entre os anos de 1967 e 1980, a prefeitura decretou estado de calamidade pública em três momentos. Em 27 de fevereiro de 1996, as águas alcançaram a Praça da Matriz pela primeira vez nesse século. (CAMPOS, 2011, p. 48).

Porém, a pior enchente aconteceria anos mais tarde. Em 31 de dezembro de 2009, choveu o dia inteiro e em grandes quantidades. No dia seguinte, 1º de janeiro de 2010, as águas do rio Paraitinga subiram cerca de 12 metros, muito mais do que as outras vezes, e transbordaram. A praça da matriz foi completamente inundada no período da tarde. Toda a parte

baixa da cidade, onde ficavam a maioria das construções históricas ficou completamente submersa durante a madrugada do dia 2. (CAMPOS, 2011, p. 49).

Esses edifícios eram, quase todos, construídos em taipa de pilão, pau à pique, com alicerce feito de pedras irregulares. Por isso, começaram os desmoronamentos, que culminaram com a queda dos principais monumentos arquitetônicos da cidade, como a igreja de Nossa Senhora das Mercês, de 1814, do antigo Grupo Escolar, obra de Euclides da Cunha, e, principalmente, da própria igreja matriz. Este templo, depois de 170 anos, foi destruído entre as 9h30, quando caiu a primeira torre, e às 15h30, com a queda da última parede. (Campos, 2011, p. 49).

Com base em informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), essa enchente aconteceu em decorrência de diversos fatores. Os primeiros indícios começaram ainda no último inverno que, contrariamente aos anos anteriores, foi muito chuvoso. Na época foram registradas poucas queimadas e o rio Paraitinga começou a transbordar ainda no mês de outubro, um fato raro. A terra, portanto, ficou muito encharcada e não permitiu a absorção de mais água. Em dezembro de 2009, o índice de precipitação de chuvas na região foi de 605 milímetros, sendo que o normal para o mês variava entre 150 e 200 milímetros. No dia 31, choveu 200 milímetros em um único dia, mais do que o esperado para todo o mês²⁷.

Felizmente, não houve nenhuma vítima fatal. Toda a população atingida foi resgatada por equipes de rafting²⁸, um esporte que era (e ainda é) praticado no rio Paraibuna por muitos atletas e turistas. Suas técnicas foram imprescindíveis para resgatar os moradores isolados pelas águas. Mesmo com a forte correnteza e todos os perigos e riscos que envolviam aquela situação, as equipes trabalharam durante toda a noite para salvarem a todos. Centenas de pessoas ficaram ilhadas e precisaram ser retiradas pelo telhado de suas casas, sem poder levar nenhum de seus pertences. Ganhando o reconhecimento de toda a comunidade, os membros dessas equipes foram considerados heróis.

Aos poucos, o município foi se recuperando e as igrejas, casas e demais repartições públicas e privadas foram sendo reconstruídas. São Luiz do Paraitinga contou com o auxílio de diversas prefeituras da região e de órgãos estaduais e federais nos trabalhos de limpeza e

²⁷ Informações retiradas do site da Prefeitura. Disponível em <www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br> Acesso em: 28 mai. 19.

²⁸ O Rafting é um esporte de aventura em equipe baseado na prática de descida em corredeiras utilizando botes infláveis e equipamentos de segurança.

recuperação. A capela de Nossa Senhora das Mercês e a Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa foram reconstruídas pelo governo estadual. Conforme Campos (211, p. 50),

Foi possível verificar o que a igreja matriz significa para o arquétipo local: muitas pessoas que ficaram desalojadas, saindo com apenas a roupa que estavam usando, lamentavam mais a queda do templo do que a perda de suas casas e seus bens.

Isto é, numa cidade onde a grande maioria é católica²⁹, a igreja matriz era muito significativa para os luizenses. Representava as suas trajetórias de vidas, uma vez que, foi nesse espaço, o qual frequentavam com frequência, que se encontravam com seus conhecidos, que foram batizados, que batizaram seus filhos e netos e que se casaram. “Sua reconstrução ficou, no imaginário dos moradores, como um sinal da reconstrução da cidade e de suas vidas”. (CAMPOS, 2011, p. 50).

O IPHAN e o CONDEPHAAT também prestaram atendimento por meio de seus escritórios temporários estabelecidos na cidade. Empresas como Elektro, Sabesp e Telefônica também se empenharam para que o funcionamento desses serviços voltasse a normalidade antes do esperado. Alguns estabelecimentos comerciais voltaram a funcionar rapidamente, mesmo que de forma mais precária no início, porém outros pontos comerciais só conseguiram ser reabertos meses depois.

Foram entregues pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do governo do Estado (CDHU) 151 casas aos moradores desabrigados. Esse conjunto de casas recebeu o nome de “Residencial Casinha Branca”, em referência e homenagem à música “Você Vai Gostar/Casinha Branca” de Elpídio dos Santos³⁰.

Atualmente, alguns poucos prédios no Centro Histórico ainda não foram reconstruídos. A cidade conseguiu recuperar suas atividades, embora essa lembrança ainda é muito viva, não só em seus moradores, mas em todos que acompanharam o ocorrido em notícias ou que foram até o local na época.

Ressaltamos que o prédio no qual funcionou o Grupo Escolar até o início da década de 1970 foi uma das construções que desabaram. Ele foi reconstruído em um modelo um tanto

²⁹ 84,6% da população, de acordo com o último censo do IBGE (2010). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-luiz-do-paraitinga/panorama>> Acesso em: 28 mai. 19.

³⁰ Nascido em São Luiz do Paraitinga em 14 de janeiro de 1909, foi compositor, maestro, poeta, instrumentista e professor. Compôs diversas músicas para os filmes de Mazzaropi, de quem era amigo pessoal. Muitas de suas canções foram regravadas por outros artistas e fizeram parte da trilha sonora de diversas novelas.

quanto diferente do original, desagradando boa parte dos luizenses. Atualmente, funciona nesse prédio a Biblioteca Municipal.

Entre os tantos objetos de valor material e/ou sentimental que foram perdidos, muitas documentações de diferentes setores também foram levadas pela enchente. Os documentos históricos referentes ao grupo escolar da cidade, importantes para esta pesquisa, encontram-se, em sua maioria, no Arquivo Histórico do Estado de São Paulo. Na cidade de São Luiz do Paraitinga, a maior fonte de pesquisa³¹ sobre essa instituição são as memórias daqueles que um dia passaram por aquele grupo escolar. Nos próximos capítulos, recorreremos as tais fontes para compreendermos melhor esse estabelecimento de ensino.

³¹ Na Biblioteca Municipal de São Luiz do Paraitinga, há alguns livros sobre a cidade. No entanto, não há nenhum específico sobre o Grupo Escolar.

CAPÍTULO 2 – OS GRUPOS ESCOLARES E O PROJETO REPUBLICANO

*“Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda”.*

(Paulo Freire)

A instituição que chamamos de “escola” teve outras configurações antes do modelo em vigência, pois esse espaço destinado ao saber e a instrução transformou-se, estruturalmente e fisicamente diversas vezes no decorrer da História. Por isso, os objetivos e as particularidades da educação foram sendo modificados consoante aos fatores políticos, econômicos e sociais.

Nesse segundo capítulo, procuramos, primeiramente, compreender o que eram os tais grupos escolares, esse novo modelo de escola primária que surgiu, a princípio, no estado de São Paulo e logo depois se difundiu por todo o país. Posteriormente, com base em diferentes fontes documentais, apresentaremos o Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro de São Luiz do Paraitinga, desde seus primórdios até o início da década de 1940, expondo seus principais pontos, os quais nos foram revelados por meio de livros, jornais e documentação oficial.

2.1 Grupos escolares: origens e consolidação

Se antes era tradicionalista e religiosa, o papel da educação na sociedade entrou na pauta dos intelectuais e ganhou novas perspectivas ao adentrar o “século das luzes”³². Nas últimas décadas do Setecentos, esse debate ganhou força e voltou-se para de qual forma ela poderia contribuir para a inserção do conceito de Estado-Nação na sociedade. Um século depois, como veremos, a temática da educação nacional já havia se desdobrado por toda a Europa e Américas.

A unificação político-jurídica de diferentes reinos e a decorrente definição das fronteiras nacionais possibilitou a consolidação dos Estados-Nação³³, especialmente na Europa³⁴. Em

³² Alcinha pelo qual ficou conhecido o século XVIII, quando pensadores denominados iluministas deram início a um movimento intelectual, cultural e filosófico que, baseado no uso da razão (luz) e da ciência, buscava romper com as antigas tradições medievais. Na França, pouco tempo depois da Revolução de 1789, alguns intelectuais como Condorcet apresentaram à Assembleia Nacional, projetos sobre a instrução pública, nos quais defendia-se um ensino emancipatório e com liberdade de pensamento.

³³ Os Estados foram organizados a partir dos princípios políticos do liberalismo e não mais das monarquias.

³⁴ A Itália e a Alemanha, por exemplo, constituíram um estado liberal.

outras palavras, muitas localidades, que antes eram apenas espaços geográficos ocupados por povos com culturas distintas, agora tornaram-se uma nação, a qual por sua definição deveria ser uma sociedade permeada pelo compartilhamento não somente do mesmo regime político, idioma, território ou legislação, mas também da mesma cultura e, sobretudo, do mesmo sentimento de pertencimento.

Uma crença ainda muito presente nos dias de hoje surgiu nesse contexto: a de que a educação é uma peça-chave na construção da nação. Tal convicção, que transpassava o imaginário dos intelectuais da época, movimentou tanto os países monárquicos quanto os republicanos, em torno do arranjo de seus sistemas de ensino, com vistas a suceder um projeto de homogeneização cultural. Concomitantemente a esse processo, a crescente industrialização³⁵ passou a demandar uma mão de obra cada vez maior e os países perceberam a necessidade de preparar seus cidadãos para o trabalho.

Portanto, uma instituição social voltada a esses desígnios seria fundamental. Assim, compartilhar elementos políticos em comum, formar trabalhadores, instruir a população e fazê-la se comprometer com o “nacional” seria uma das tarefas da escola. Nesse ideário, a escola garantiria, superficialmente, a formação da sociedade, enquanto, implicitamente, legitimaria e seria conveniente ao Estado. Se funcionasse, a educação cumpriria seu almejado papel.

Nesse meio tempo, alguns pensadores como Rousseau, Pestalozzi, Froebel, Freud, entre outros, dedicaram-se a estudar sobre as questões relacionadas à criança e ao desenvolvimento infantil. Com isso, surgiram novas descobertas científicas a respeito da infância que, aliadas as primeiras teorias psicopedagógicas, deram início a um movimento de renovação no campo educacional, que fortuitamente contribuiu para a promoção da nascente reforma da instrução primária.

Em síntese, foi nesse efervescente cenário que teve início a organização e a consolidação dos novos sistemas de ensino. Em pouco tempo, esse modelo de escola “única e universal” se difundiu e se consolidou por diversos países, construindo os alicerces da escola pública que conhecemos hoje: gratuita, laica e obrigatória.

Devemos salientar que, evidentemente, o Estado precisou de um certo esforço para alcançar essa hegemonia na área da educação, pois, até aquele momento, ela estava presente

³⁵ A crescente industrialização foi resultante da Revolução Industrial que ocorreu na Europa nos séculos XVIII e XIX. Esta, que intensificou não só a produção econômica, mas também a produção de outros âmbitos, alterou comportamentos e modos de vida a partir da instituição de uma cultura industrial urbana.

nas mãos da Igreja e das famílias. Sobre o ensino primário, segundo Julia (2001, p. 23), seu “estabelecimento [...] não se realizou pacificamente”, uma vez que “a violência dos combates [...] pontuaram as lutas das Igrejas e dos Estados neste terreno”. Para o autor,

Esta construiu-se mais frequentemente ligada a um projeto político que visa a associar cada cidadão ao destino da nação à qual pertence. Não se trata somente de alfabetizar, trata-se de forjar uma nova consciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de “progresso”. Os professores primários tornam-se funcionários do Estado que se emancipam progressivamente da tutela dos padres e dos notáveis locais, sendo encarregados de difundir as luzes trazidas pelo advento das ciências. (JULIA, 2001, p. 23).

Paralelamente, aqui no Brasil, a efetiva organização do nosso sistema educacional teve início especificamente no final do século XIX. Quando instituída a República em 1889, havia um anseio imanente às elites brasileiras em prol da modernização do país. No intento de romper com o passado imperial e conduzir a sociedade ao progresso, empenharam-se em encontrar um meio de reformar os costumes e disciplinar as camadas populares.

Com os olhos voltados para os países europeus e principalmente para os Estados Unidos, os republicanos paulistas assistiam impressionados à constituição dos sistemas nacionais de ensino nesses países e os avanços educacionais. No final do século XIX, a universalização do ensino primário era um fenômeno consolidado em muitos deles. (SOUZA, 1998, p. 29).

Essa confiança no poder transformador da educação chegou ao nosso país acompanhada das novas ideias pedagógicas. Nesse ínterim, os republicanos viram na educação uma função social imprescindível. Como uma instituição “reinventada” na República e disseminada pelo país, essa escola serviria para diversos fins políticos, econômicos, sociais e culturais. Dessa maneira, discussões a respeito desta foram fortalecidas e uma série de fatores que se seguiram contribuiu para o estabelecimento de um novo modelo de ensino, principalmente primário.

No Brasil, a importância da educação primária defendida durante o Império foi elevada a problema nacional por excelência nas décadas finais do século XIX e no alvorecer da República. Bem poucas vozes dissonantes houveram de se contrapor à crença generalizada do poder da escola creditada como instrumento de moralização e de civilização do povo e de regeneração da nação. A educação [...] foi vista como elemento propulsor do desenvolvimento econômico-social e do progresso, instrumento indispensável para a consolidação do regime

republicano e como meio para assegurar a ordem social e da democracia. (SOUZA, 2009, p. 262).

Uma população alfabetizada, moldada pelo civismo, pela valorização da pátria e dos símbolos nacionais e exercendo uma atribuição tão indispensável como o voto consolidaria e legitimaria a nova República. Ou seja, entendemos a remodelação que aqui se fez na instrução primária como um projeto que ambicionava modernizar a sociedade, difundir os valores patrióticos, formar o cidadão republicano, constituir uma identidade nacional e estabelecer o novo regime político. Para Souza,

Um amplo projeto civilizador foi gestado nessa época e nele a educação popular foi ressaltada como uma necessidade política e social. A exigência da alfabetização para a participação política (eleições diretas), tornava a difusão da instrução primária indispensável para a consolidação do regime republicano. Além disso, a educação popular passa a ser considerada um elemento propulsor, um instrumento importante no projeto prometeico de civilização da nação brasileira. (SOUZA, 1998, p. 27).

Contudo, é importante compreender que esse ingresso às escolas não foi inteiramente popularizado, pois, apesar de ser liberal, a Primeira República também foi oligárquica. Isto é, ainda que os republicanos realmente tenham investido na expansão da educação pública e na liberdade de ensino (ações essas vinculadas a propaganda de ideais liberais), esse acesso à educação permaneceu restrito e elitista até meados da década de 1930.

No Decreto nº. 7, de 20 de novembro de 1889³⁶, expedido ainda no Governo Provisório, previa-se que cabia aos estados "providenciar sobre a instrução pública e os estabelecimentos próprios a promovê-la em todos os seus graus" (BRASIL, 1889). Quer dizer, concernia a eles a tarefa de legislar sobre a educação, independente se tivessem poucos recursos. Na primeira Constituição Republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, manteve-se essa isenção do governo federal quanto a incumbência sobre o ensino primário.

A partir de 1892, desencadeou-se uma série de reformas na instrução pública no estado de São Paulo. A título de exemplo, a lei nº. 88, de 8 de setembro de 1892³⁷, estabeleceu a divisão do ensino em primário, secundário e superior. O ensino primário foi dividido em dois cursos: preliminar e complementar. O primeiro, obrigatório para ambos os sexos dos sete aos 12 anos

³⁶ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7-20-novembro-1889-517662-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 24 abr. 19.

³⁷ Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1892/lei-88-08.09.1892.html>> Acesso em: 24 abr. 19.

de idade, compreendia algumas matérias como moral prática e educação cívica, leitura, gramática e caligrafia, história do Brasil, noções de geografia e cálculos aritméticos. O segundo, de especificidades mais complexas, seria destinado aos que se mostrassem habilitados nas do curso preliminar. (SÃO PAULO, 1892). Posteriormente, o ensino primário reduziu-se somente ao preliminar, quando o curso complementar foi descaracterizado. (SOUZA, 2009). Porém, a principal base desse conjunto de reformas foi a reforma da Escola Normal³⁸ e a criação da Escola-Modelo também em 1892.

Composta por classes primárias instaladas num prédio anexo à Escola Normal, a Escola-Modelo era “destinada a prática de ensino dos alunos-mestres da Escola Normal” e, por isso, “deveria funcionar como um campo de experimentação. Além de promover a formação técnica dos professores, atuou como centro de irradiação dos novos métodos de ensino – propriamente o método intuitivo ou lições de coisas”. (SOUZA, 2009, p. 29). Como o próprio nome sugere, ela era um padrão a ser seguido e, portanto, serviu como referência para os Grupos Escolares que deveriam obrigatoriamente adotar a estrutura, a organização e também o método de ensino empregados nela.

“Ao propor a criação dos grupos escolares (chamados inicialmente de escolas centrais ou escolas graduadas), [o deputado] Gabriel Prestes trazia, para o cenário educacional brasileiro, uma das mais importantes inovações em matéria de organização do ensino primário”. (SOUZA, 1998, p. 31, acréscimo nosso). Criados e regulamentados pela Lei nº. 169, de 7 de agosto de 1893³⁹ e pelo Decreto nº. 248, de 26 de julho de 1894⁴⁰, eles se tornaram o símbolo da modernização escolar paulista.

Instalados exclusivamente nas áreas urbanas, tinha como propósito “agrupar” as escolas isoladas em um único prédio com condições mais apropriadas, isto é, construído ou adaptado justamente para esse fim. Os grupos escolares reuniram praticamente todas as características em voga nas escolas graduadas de diversos países. De acordo com Souza,

A escola graduada fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos implicando a constituição de classes. Pressupunha, também, a

³⁸ Escola Normal era o nome dado ao curso de formação de professores habilitados a lecionarem no ensino primário.

³⁹ Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1893/lei-169-07.08.1893.html>> Acesso em: 24 abr. 19.

⁴⁰ Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-248-26.07.1894.html> Acesso em: 24 abr. 19.

adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular – controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (graduação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. O modelo colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe referente a uma série, para cada classe, um professor. (SOUZA, 2009, p. 29).

Ainda conforme a autora,

Cada grupo escolar poderia comportar de 4 a 10 escolas isoladas e seria regido pela quantidade de professores referentes a agrupamento de 40 alunos [que] seriam distribuídos em 4 classes, para cada sexo, correspondentes ao 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso preliminar. Para a direção, o governo nomearia um professor da mesma escola diplomado pela Escola Normal. [...] A implantação dos grupos escolares reafirmou o princípio da igualdade de educação entre os sexos ao estabelecer igual número de classes para meninos e meninas. No entanto, impediu a coeducação. (SOUZA, 1998, p. 47).

A implantação desta nova modalidade de escola primária, um marco para a história da educação brasileira, alterou rotinas e transformou profundamente as estruturas pedagógicas e administrativas. A noção de tempo escolar⁴¹ foi redefinida, os conteúdos lecionados se tornaram mais técnicos e baseados em conhecimentos evolucionistas e positivistas, as ciências exatas foram priorizadas em detrimento das ciências humanas e cargos como o de inspetor e de diretor surgiram para interpor-se as novas relações de poder surgidas nesses espaços.

A criação de inúmeros grupos escolares que se sucedeu por todo o país e a consecutiva ampliação na quantidade de vagas aumentou a demanda por livros e materiais didáticos. Além da considerável expansão no mercado editorial brasileiro, algumas empresas chegaram ao Brasil, trazendo mobiliário escolar como carteiras e cadeiras e objetos como mapas e globos.

Outro aspecto relevante dos grupos escolares era a arquitetura, uma vez que ela detinha um caráter ideológico. No geral, eram construções imponentes que acentuavam a distinção e a excelência que essas escolas precisavam transmitir. Por isso,

⁴¹ Enquanto nas escolas isoladas, o tempo escolar era subjetivo e a critério do professor, nos grupos escolares o tempo era regido e organizado, ou seja, havia tanto um horário de entrada, saída, recreio e atividades, como um “tempo” para o avanço nos estudos divididos por séries. Esse sistematizado tempo escolar foi um dos elementos essenciais que compôs uma nova cultura escolar produzida e configurada nas escolas primárias graduadas. (SOUZA, 1998; FARIA FILHO; VIDAL, 2000).

Em muitas cidades, ao lado da igreja, da Câmara Municipal, da cadeia e dos palacetes [...] o grupo escolar reluzia como um dos mais bonitos prédios públicos. Quando especialmente construídos, os edifícios escolares aparentavam ser construções sóbrias, sólidas, projetadas para durar. Quando esses prédios não eram construídos pelo poder público, alguns ocupavam os melhores edifícios da cidade. (SOUZA, 1998, p. 126).

Como aponta Souza (1998, p. 123), “o edifício escola deveria exercer, portanto, uma função educativa no meio social. Além disso, estabelecer a correspondência entre a importância da escola e o meio social”. Reveladores do poder público paulista, tais espaços, de inspiração europeia, deveriam ser novos, funcionais e contempladores dos ideais pedagógicos.

A despeito da esperada hegemonia dos grupos escolares como um modelo de educação primária, ela não se cumpriu completamente em todo o país. Vidal afirma que

As dificuldades de implantação das escolas graduadas nas diversas regiões brasileiras, pelo alto custo que representavam – sendo muitas vezes substituídas pelas escolas reunidas, que reduziam gastos de instalação mas mantinham o modelo multisseriado – ou pela resistência oferecida por grupos sociais a um modelo escolar que supunha o afastamento das crianças do lar (e do trabalho produtivo) e a supremacia da autoridade da escola (e seus representantes), atestam que a hegemonia pretendida não se efetivou por completo no território nacional. (VIDAL, 2006, p. 8).

Entretanto, mesmo que não tenha havido a efetivação dessa hegemonia, podemos dizer que os grupos escolares tiveram um amplo alcance no decorrer do século XX. O cotidiano das escolas, a marcante cultura escolar e as lembranças daqueles que passaram por elas permitiram que os grupos escolares se consolidassem como uma “tradição inventada”. Nas palavras de Hobsbawm, podemos entendê-la como

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM, 2017, p. 8).

Para Souza (2009, p. 355), “na criação de novas tradições, a escola reinventava sentidos incorporando em suas rotinas a celebração do calendário político e educacional”. Na visão da autora,

No âmbito do estudo da relação entre escola e construção da nacionalidade, partimos do pressuposto segundo o qual muitos rituais e práticas simbólicas observadas nas escolas primárias podem ser analisados como expressões de “tradições inventadas”, é o caso, por exemplo, do culto ao pavilhão nacional, as festas escolares e as comemorações cívicas. (SOUZA, 2009, p. 297).

Com base em Tyack e Cuban (1999), Vidal (2006, p. 9-10), afirma que, simbolicamente, os grupos escolares assumiram uma posição de *escola de verdade*, sugerindo *status* e consenso perante a sociedade, principalmente nas quatro décadas iniciais da Primeira República. Sendo constituídos como monumentos públicos, eles “fundaram uma representação de ensino primário que não apenas regulou o comportamento, reencenado cotidianamente, de professores e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais”. (Idem). Porém, mesmo com essa forte representação de modelo de escola primária, é importante ressaltar que ela não permaneceu imutável até sua dissolução.

No entrecruzamento de *representações concorrentes* de ensino e aprendizagem escolares foram-se redesenhando os contornos da escola primária brasileira (e de sua cultura). Por um lado, a força simbólica da forma dos Grupos Escolares persistia assegurando matizes da cultura escolar primária fundada ao fim do oitocentos. Por outro, a nova gramática escolanovista lançava desafios ao modelo, traçando-lhe novos perfis, num processo considerado por Tyack e Cuban (1999) como *hibridação*. (VIDAL, 2006, p. 11).

Na década de 1930, a Escola Nova ganhou notoriedade. Colocando a criança como o centro do processo de aprendizagem, trouxe à tona (novas e antigas) questões, como a construção dos conhecimentos, os métodos ativos, a cientificidade da pedagogia e dos saberes, a preocupação quanto às normas higiênicas, novas práticas de leitura e escrita, entre outros. (VIDAL, 2000). Também sendo denominado de Escola Ativa, esse movimento, que defendia o rompimento com conteúdos tradicionais, a igualdade de direitos, a necessidade da coeducação e a universalização da escola pública essencialmente obrigatória e laica, influenciou muitas práticas educacionais.

Os Grupos Escolares foram extintos na década de 1970 após a promulgação da Lei nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971⁴², a qual reformou a rede estadual de ensino substituindo o ensino primário e secundário pelos ensinos de 1º e 2º graus e, portanto, eliminando as terminologias

⁴² Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 19 abr. 19.

antigas. Permanecendo ainda hoje na memória coletiva dos antigos alunos e funcionários, os prédios que abrigaram esses estabelecimentos de ensino tornaram-se *lugares de memória*⁴³.

2.2 O grupo escolar de São Luiz do Paraitinga

Para que pudéssemos mergulhar nas memórias dos antigos docentes e discentes e compreender o cotidiano do grupo escolar de São Luiz do Paraitinga, entendemos como necessário conhecer um pouco da origem e do funcionamento da escola até os anos finais da década de 1930, período anterior ao início de nossas narrativas orais. E para tal, percorremos diferentes fontes documentais em busca dessas informações. Portanto, a leitura e a análise de livros, relatórios e jornais nos permitiram complementar essa pesquisa.

Uma de nossas principais fontes foram os Relatórios da Delegacia Regional de Ensino de Taubaté⁴⁴, documentos oficiais redigidos pelos inspetores escolares (atuais supervisores de ensino). Estes eram designados pela Secretaria do Interior (responsável pela instrução pública do estado) e visitavam, durante um ano inteiro, todos os grupos escolares da região, fazendo registros. Mais tarde, elaboravam relatórios, nos quais eram detalhadamente descritos, em sessões, todos os aspectos administrativos, as práticas pedagógicas, o cumprimento das leis e dos decretos educacionais, o cotidiano escolar, as características físicas do prédio e demais dados relativos aos grupos escolares. De acordo com Souza,

A exigência de relatórios anuais, preenchimentos de formulários, boletins e outros documentos pelos inspetores e delegados de ensino instituiu uma intrincada rede de controle visando à eficiência da administração escolar. Os inspetores e auxiliares de inspeção visitavam as escolas, ministravam aulas-modelo, orientavam professores em relação à técnica e aos métodos de ensino, preenchiam o Termo de Visita e o Cartão de Visita ao encerrar os trabalhos na escola, redigiam relatórios de inspeção e boletins de alfabetização, elaboravam gráficos e tabelas com base nos dados coletados nas unidades escolares. (SOUZA, 2009, p. 191).

⁴³ Para o historiador francês, Pierre Nora, os lugares de memória são locais materiais ou imateriais onde se cristaliza a memória de uma sociedade ou uma nação, isto é, locais onde os grupos ou povos se reconhecem e formam um sentimento de pertencimento e identidade.

⁴⁴ Pertencente a denominada Zona Norte do Estado, a região escolar de Taubaté era dividida em 1934 em quatro distritos escolares. São Luiz do Paraitinga junto com Taubaté (sede), Tremembé, Redenção e Natividade estavam a cargo do inspetor Pergentino Marcondes de Oliveira (Rel. GE, 1934). Em 1935, a região foi dividida em três distritos, ficando São Luiz do Paraitinga agora pertencente ao primeiro junto com os mesmos anteriores, exceto Tremembé. (Rel., GE, 1935).

No Arquivo do Estado de São Paulo, consultamos os relatórios referentes aos anos de 1899 e 1906, bem como a ata de sessão solene da inauguração do prédio do grupo escolar datada de 1895. Enquanto no site⁴⁵ do mesmo Arquivo, encontramos disponíveis para *download* os correspondentes a 1934, 1935, 1936, 1937 e 1940⁴⁶. Quando necessária a transcrição dos trechos pertinentes ao texto, optamos por coloca-los na atual ortografia.

No Vale do Paraíba paulista e Litoral Norte, o primeiro grupo escolar foi criado em 1894 no município de Ubatuba. No ano seguinte, outros seis foram instalados, entre eles o de São Luiz do Paraitinga. Um pouco mais de uma década depois, já havia doze estabelecidos na região, sendo quase todos os prédios pertencentes ao governo do estado.

QUADRO I – Grupos Escolares instalados no Vale do Paraíba paulista entre 1894 e 1907

| Ano | Cidade | Denominação | Instalação | Prédio |
|-------------|------------------------|-------------------------------|-------------------|----------------|
| 1894 | Ubatuba | “Dr. Esteves da Silva” | 15.10.1894 | Estadual |
| 1895 | Guaratinguetá | “Dr. Flaminio Lessa” | 24.1.1895 | Estadual |
| | Jacareí | “Coronel Carlos Porto” | 02.2.1895 | Estadual |
| | Lorena | “Gabriel Prestes” | 03.6.1895 | Estadual |
| | Paraibuna | “Dr. Cerqueira César” | 28.7.1895 | Estadual |
| | Pindamonhangaba | “Dr. Alfredo Pujol” | 24.1.1895 | Estadual |
| | São Luiz do Paraitinga | “Coronel Domingues de Castro” | 24.11.1895 | Estadual |
| 1896 | São José dos Campos | “Olympio Catão” | 03.7.1896 | Arrend. Câmara |
| | Taubaté | “Dr. Lopes Chaves” | 01.9.1896 | Estadual |
| 1900 | Bananal | “Cel. Nogueira Cobra” | 22.9.1900 | Estadual |
| 1902 | São Sebastião | - | 07.7.1902 | Cont. Câmara |
| 1907 | Caçapava | - | 24.4.1907 | Estadual |

Fonte: (SOUZA, 1998, p. 117-119, adaptado).

A maioria dos grupos escolares recebiam como designação o nome de alguém que possuísse um certo *status*. Em sua maioria, membros das elites regionais que detinham poderes políticos e/ou econômicos e exerciam uma certa influência na sociedade. De acordo com Souza,

⁴⁵ Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/relatorios_educacao> Acesso em: 20 fev. 19.

⁴⁶ Os relatórios de 1934, 1935, 1936 e 1937 foram assinados pelo delegado regional de ensino Francisco Lopes Azevedo e o de 1940 por Lafayette [não conseguimos identificar o sobrenome]. Em todos esses anos, o inspetor responsável por São Luiz do Paraitinga foi o professor Nestor Pereira Leite.

“poderiam receber também denominações especiais em homenagem aos cidadãos que concorressem com donativos para a reunião de escolas. Dessa forma, o governo estimulava a contribuição dos particulares em troca da homenagem pública”. (SOUZA, 1998, p. 47).

Em São Luiz do Paraitinga, o grupo escolar teve como patrono, desde o momento de sua instalação, Manuel Jacyntho Domingues de Castro, coronel da Guarda Nacional e filho do barão do Paraitinga⁴⁷. Segundo Campos (2016, p. 42), o coronel nasceu em 30 de novembro de 1846, na Fazenda São José, situada no Bairro das Flores, próximo a vila de Catuçaba⁴⁸. Ao longo de todo o período cafeeiro, sua família dominou a política luizense. Posteriormente, se tornou o principal chefe político da cidade. Faleceu em 19 de setembro de 1905, em Taubaté.

Em diversas legislaturas, fez parte da Câmara Provincial, representando a Zona Norte de São Paulo, como, então, o Vale do Paraíba era chamado. Durante o Império, pertenceu ao Partido Conservador Imperialista. Depois, aderiu à República e se filiou ao Partido Republicano Paulista (PRP). Participou da primeira Constituinte Republicana do Brasil, pois foi eleito senador por essa zona eleitoral de São Paulo. Ele é considerado o autor moral do decreto que criou os grupos escolares paulistas. (CAMPOS, 2016, p. 42).

Em um ofício enviado ao Conselho Superior de Instrução Pública do Estado em 30 de maio de 1895, o inspetor do 6º distrito literário, Pedro Augusto de Calazans⁴⁹, indicou um professor para o cargo de diretor do grupo escolar de Paraibuna e uma denominação para o grupo escolar de São Luiz do Paraitinga. No mesmo documento, contém o seguinte trecho:

Atendendo ao que propõe no ofício junto, o Inspetor do 6º distrito, sou de parecer que se proponha ao Governo a nomeação do professor normalista sr. Eduardo José de Camargo para o cargo de diretor do Grupo Escolar Dr. Cerqueira César e que se aprove a denominação do Grupo Escolar de Cel. Domingues de Castro, proposta no mesmo ofício para as escolas reunidas de São Luiz do Paraitinga. S. Paulo, 14 de junho de 1895. Gabriel Prestes. (Of. CS., ordem C06935, 1895).

Como vimos, o grupo escolar de São Luiz do Paraitinga foi instalado apenas dois anos após a promulgação da lei que os instituíram. Segundo Campos (2016, p. 42), havia neste

⁴⁷ Ambos, pai e filho, tiveram os mesmos nomes e sobrenomes.

⁴⁸ Distrito de São Luiz do Paraitinga.

⁴⁹ Nascido em 12 de outubro de 1869, em Paraibuna, formou-se na Escola Normal na capital em 1889. Foi diretor do grupo escolar de São Luiz do Paraitinga e um dos idealizadores do grupo escolar de Paraibuna. Mais tarde, foi nomeado inspetor escolar dos 6º e 8º distritos. Em sua cidade natal, exerceu os cargos de vereador e prefeito. Fonte: Paróquia Santa Teresinha. Disponível em: <<http://www.paroquiasantateresinha.org.br/conteudos.php?act=ler&id=127>> Acesso em: 23 mar. 19.

município oito escolas isoladas em funcionamento, sendo quatro masculinas e quatro femininas. Cada uma delas contavam com o seu próprio regente, os quais depois se tornaram os primeiros professores do grupo escolar. Reunindo-as, o grupo escolar foi instalado solenemente em 24 de novembro de 1895 e iniciou as suas atividades no dia seguinte. Inicialmente, o “agrupamento” das escolas isoladas não agradou os munícipes. Nas palavras de Calazans,

Com vigentes e quase insuperáveis dificuldades para levar efeito esta medida, tive de arrostar porque as opiniões divergiram-se quanto ao resultado desta grandiosa concepção, principalmente em São Luiz onde de simples desencontro de ideias começou desde logo a reinar certo capricho da parte dos que condenavam a fusão das escolas, dando isto lugar a uma luta que tive de sustentar atento às benéficas informações que tinha acerca de outros grupos anteriormente formados no Estado. (CALAZANS, Of. CS⁵⁰, ordem 4.970, 1895 apud SOUZA, 1998, p. 51-52).

No dia da inauguração, houve uma “imponente e brilhante festa”. Na ata da sessão solene⁵¹, Calazans relatou que ela foi realizada na sala principal do grupo escolar e contou com a presença da Câmara Municipal, da Guarda Nacional, de autoridades civis e policiais, do intendente da instrução pública, do professorado público, dos alunos das escolas públicas e de numerosas famílias. Descreve ele:

Foi pelo cidadão inspetor literário, presidente da ata, declarado instalado o Grupo Escolar, fazendo depois o mesmo judiciosas apreciações quanto a utilidade e vantagens do agrupamento das escolas, em brilhante e bem desenvolvidos discursos. Usaram da palavra, em seguida, os cidadãos: tenente coronel Manoel Bento Domingues de Castro, presidente da Câmara Municipal; professor Cândido Tertuliano dos Santos, como representante dos professores; dona Afra da Costa e Silva pelas professoras; o reverendíssimo vigário da paróquia; o promotor público desta cidade, cidadão Horácio Fernandes; José Manoel Fontes, representante dos professores provinciais; João Cândido Cabral; a aluna Machilde da Conceição Andrade e o aluno Oscar Cabral, representante dos alunos das escolas públicas. Algumas alunas da escola pública de dona Afra da Costa e Silva recitaram poesias [...] nada mais constando foi lavrada esta, sendo encerrada a seção às quatro horas da tarde. (CALAZANS, 1895).

⁵⁰ Neste capítulo, mantivemos as indicações de SOUZA, 1998: Of. (Ofício), CS (Conselho Superior), Rel. (Relatório), GE (Grupo Escolar).

⁵¹ A ata da sessão solene foi escrita em 26 de novembro de 1895 pelo inspetor e diretor Calazans. Documento disponível para consulta no Arquivo do Estado de São Paulo.

Observamos que passados três anos da inauguração o grupo escolar funcionava com normalidade. No relatório do ano letivo de 1899, redigido em 3 de dezembro, nos foram dadas as seguintes informações: dos 274 alunos matriculados, 151 eram meninos e 123 meninas, duas eliminadas por motivos legais. A sessão masculina era lecionada por cinco professores e a feminina por três professoras. Naquele ano, os exames finais começaram dia 3 de novembro e terminaram no dia 27. Este revela também que naquele ano os materiais recebidos foram: mapas para o ensino do sistema métrico, algumas caixas de lápis de pedra, livros de Zalina Rolim e de Felisberto de Carvalho, compêndios de geometria de Olavo Freire, um armário com portas de vidro, 40 espingardas de madeira para o batalhão infantil, dois tambores, duas cornetas e 14 kg de desinfetantes. Ainda nesse relatório, consta-se que entre os dias 15 e 30 do mês de novembro, as prendas das alunas, que eram “ricos trabalhos de lã e crochê”, estiveram expostas no salão de honra. (Rel. GE, ordem 6.818, 1899).

Nesse dia 30, atendendo a um convite do diretor, compareceram, às oito horas da noite, todas as autoridades locais, inúmeras famílias e uma banda de música, afim de assistirem a festa de encerramento das aulas e a entrega dos diplomas aos alunos que completaram seus estudos preliminares. Conforme Calazans, depois que todos se assentaram, ele ofereceu a presidência desse ato ao coronel e deputado estadual Manoel Bento Domingues de Castro e “este tendo em mãos o programa da festa, deu-me em primeiro lugar a palavra. Assumindo eu a tribuna, externei-me sobre as emoções que me despertavam no momento e salientei a grande eficácia da educação a todas as camadas sociais”. (Rel. GE, ordem 6.818, 1899). Ele continua o relato:

Em seguida, e após a entrega dos diplomas, usou da palavra o reverendíssimo Cônego João Antonio da Costa Bueno, vigário desta paróquia, na qualidade de paraninfo dos diplomandos, que em eloquente discurso cujas frases arrebatavam a cada instante o auditório, felicitou os novos diplomandos falando também sobre a instrução. [...] muitos e bem elaborados discursos de professores e alunos desta casa seguiram-se a estes, bem como lindos diálogos e poesias entusiasticamente recitados pelos alunos, terminando o sarau literário com calorosas vivas ao excelentíssimo governo do estado e a instrução pública levantados por muitos cidadãos entusiasmados pelo que haviam acabado de assistir durante a solenidade. (Rel. GE, ordem 6.818, 1899).

Quando instalado, o grupo escolar situava-se num casarão à rua 31 de Março, nº1. Como mencionado no relatório de 1899, o prédio da escola havia sido arrendado por dez anos pela municipalidade e pertencia a Misericórdia da cidade. Sobre suas condições,

Além de ser um dos melhores do lugar, oferece ela sua vastidão todas as comodidades para o funcionamento regular das aulas de ambos os sexos, visto contar oito salas decentes e espaçosas. Situado no centro da cidade em lugar arejado, circundado de muitas janelas, que lhe dão bastante claridade e facilitam a precisa renovação do ar, satisfaz mais ou menos as prescrições pedagógicas. (Rel. GE, ordem 6.818, 1899).

Em 1902, o grupo escolar foi transferido para outro imóvel, situado na rua paralela à Igreja Matriz. Neste, permaneceu até sua extinção. No relatório de 1936, detalha-se que

O prédio que funciona o Grupo Escolar “Cel. Domingues de Castro” é próprio estadual, situado à rua Conego Costa Bueno, nº 3, num terreno de 708,50 m², no valor de 1:500\$000. [...] necessita, dadas as suas péssimas condições, de uma reconstrução. Terreno e prédio adquiridos à Santa Casa de Misericórdia local pela importância de 13:000\$000, por escritura lavrada a 10 de setembro de 1902 no 6º Tabelião da Capital pela importância de 13:000\$000 e registrada no Registro Geral da Comarca em 16 de setembro de 1902. (Rel. GE, 1936).

Esse novo prédio da escola foi adaptado para funcionar como um grupo escolar pelo escritor e engenheiro de obras Euclides da Cunha. De acordo com Rodrigues (1956 apud Campos, 2016, p. 43), a verba destinada a reforma foi de 30:000\$000, despesa essa bancada pelo governo estadual, o qual, também, desapropriou duas casas vizinhas cujos terrenos foram incluídos aos da escola. Segundo o autor, este queixou-se das precárias condições do imóvel numa correspondência à Diretoria de Obras Públicas em 12 de junho de 1902, pois teria que transformar “um enorme pardieiro, desgracioso e frágil, de cômodos escuros, com os piores traçados e materiais [...] num edifício cômodo, arejado e claro, desafogado das casas e muros que o comprimiam, ampliado por duas novas salas”. (RODRIGUES, 1956, p. 136 apud CAMPOS, 2016, p. 43-44).

Após a conclusão das obras, Calazans enviou um ofício ao intendente (prefeito) do município com lamentosas observações a respeito da reforma, o qual encaminhou a Secretaria do Interior e Justiça. Esta, por sua vez, por intermédio da Diretoria de Obras o remeteu, reservadamente, a Euclides da Cunha. Em resposta, ele afirmou que para ele o antigo prédio seria muito mais adequado para uma adaptação. Por fim, revelou que aceitou realizar tal reforma apenas porque teria sido o único indicado pela Câmara com a insistência do coronel Manoel Domingues de Castro. Ainda acrescentou que só o fez “não por me subordinar àquela Câmara e àquele político – o que nunca sucedeu nem sucederá comigo, no exercício da minha profissão

– mas em virtude da própria delicadeza da questão”. (RODRIGUES, 1956, p. 139-142 apud CAMPOS, 2016, p. 44). O desfecho desse episódio não conhecemos.

Ao analisarmos os relatórios da década de 1930, constatamos que, mais de duas décadas depois, o prédio do grupo escolar ainda apresentava sérios problemas em sua estrutura física. Mesmo sendo anualmente descritas e ressaltadas, aparentemente essas condições críticas não eram sanadas e, desse modo, se agravaram com o passar dos anos, deixando o imóvel em uma situação ainda mais precária.

Conforme o relatório de 1934, seria necessária uma reforma completa, de preferência nos encanamentos e nas dependências sanitárias. Seriam fundamentais também os retoques no forro, no assoalho e na pintura geral. (Rel., GE, 1934).

No relatório do ano seguinte, foi realizada, inicialmente, uma descrição mais geral da situação: “boa construção, regular estado de conservação, necessitando, porém, de grandes reformas, principalmente construção de privadas e rede de esgoto e água”. (Rel., GE, 1935, p. 3). Posteriormente, numa seção dedicada a “necessidades mais urgentes”, relatou-se que “tratando-se de um prédio grande para as necessidades do ensino em São Luiz do Paraitinga, poderá ser melhor adaptado, quando se farão concertos, limpeza e pintura. Urgente, porém, é a reconstrução de suas instalações sanitárias”. (Idem).

Ainda neste, nos é informado que dois ofícios teriam sido enviados, um em 5 de junho e outro em 15 de outubro, da Delegacia Regional de Ensino à Diretoria Estadual de Ensino. Sobre estes, não sabemos se houve respostas. Por fim, quanto a possível “cooperação do município e de particulares”, poderia contar-se com o prefeito, exceto se fosse em relação a doação de terrenos. (Rel., GE, 1935).

No relatório de 1936, foi evidenciado novamente, porém sem maiores detalhes, a necessidade de uma reconstrução devido as suas péssimas condições. No ano seguinte, houve também uma breve menção: “Dos 23 grupos escolares existentes na Região, 15 são próprios estaduais, 2 municipais e 6 particulares. Os do Estado estão bem conservados, exceção apenas de 2: São Luiz do Paraitinga e Salesópolis”. (Rel., GE 1937, p. 14).

Por último, no relatório correspondente a 1940, a descrição quanto a precária condição de alguns grupos escolares da região foi notoriamente mais enfatizada. Enfim observamos uma sucinta referência ao que estava sendo feito para sanar tais problemas. Na seção denominada “os prédios e o mobiliário”, há o seguinte relato:

Os prédios escolares da Região, pode-se dizer que são, em geral, bons, ainda que alguns, embora bem conservados, não satisfaçam certas exigências higieno-pedagógicas. [...], mas os que estão necessitando de amplas reformas, em razão de seu precaríssimo estado de conservação, são os do Grupo Escolar “Dom Pereira de Barros” em Taubaté e “Cel. Domingues de Castro”, em São Luiz do Paraitinga. A delegacia de há muito se vem empenhando para a construção de prédios, nessas localidades, de acordo com as exigências modernas, para substituírem os famosos pardieiros da Região. (Rel. GE, 1940, p. 8).

Para Souza, os relatórios dos inspetores eram um meio do Departamento de Educação, além de fiscalizar os grupos escolares, avaliar a efetivação das reformas educacionais. Um exemplo disso seriam indagações como “as escolas da região adotaram a renovação didática? Foram implementadas as instituições auxiliares da escola? A escola ativa encontra-se em franco desenvolvimento na região?”. (SOUZA, 2009, p. 191).

Como vimos anteriormente, o movimento escolanovista defendia, entre outros aspectos, a criança como o centro de todo o processo educacional. Nos anos finais da década de 1930, alguns de seus ideais tentaram ser inseridos nos grupos escolares da nossa região. No relatório respectivo ao ano de 1937, é informado que

Tem sido tentado em vários estabelecimentos, grupos ou escolas isoladas, os processos de renovação didática, sempre e cautelosamente recomendados pelos senhores inspetores escolares, os quais, antes de impor as ideias modernas, procuram fazer adeptos delas. Assim, podem citar-se os seguintes estabelecimentos onde se experimentaram com resultado os processos modernos de ensino: Grupo Escolar São Luiz do Paraitinga [...] (Rel., GE, 1937, p. 18).

Uma das instituições auxiliares⁵² das escolas era o caixa escolar, um recurso no qual se angariava fundos por meio de doações materiais ou financeiras, buscando garantir a permanência de alunos carentes. Inicialmente, ela foi inserida, em 1892, na reforma da Instrução Pública, com a intenção educativa de “despertar, na educação dos alunos, o sentimento de economia”. (São Paulo 1937a, p. 166 apud SOUZA, 2009, p. 250). Porém,

⁵² No ideário da Escola Nova, as instituições auxiliares como bibliotecas, clubes de leitura, associação de pais e mestres e assistências médicas e dentárias foram apresentadas como um meio facilitador da escola no cumprimento de seus fins. Entre elas, as que mais se destacaram foram as de ação social e assistência escolar, como os caixas escolares. (SOUZA, 2009).

A partir da década de 1930, essas instituições ganharam novo impulso sendo adotadas em boa parte dos grupos escolares do estado. A maioria delas era sustentada por contribuições e donativos dos pais e da comunidade. As caixas administravam também recursos obtidos através da realização de festas e campanhas. As verbas arrecadadas mantinham não apenas roupas e materiais, mas também a assistência alimentar e médico-dentária. (SOUZA, 2009, p. 250).

No relatório de 1935, consta que todos os grupos escolares da região possuíam seu caixa escolar, o qual assistia aos alunos de acordo com suas necessidades, isto é, materiais escolares, vestuários, remédios e alimentação. No relatório do próximo ano, reiterou-se essa afirmação e acrescentou-se o seguinte comentário

Zona em que a grande maioria dos alunos são pobres, facilitam elas enormemente a matrícula e a frequência dos escolares. [...] vê-se que a essas instituições cabe o encargo de prover as crianças pobres de material, lanches, vestuário, medicamentos e assistência médica, em casos especiais. A assistência alimentar toma, nos diversos estabelecimentos, várias formas: em uns, é fornecido pão; em outros, frutas; em alguns, ‘o copo de leite’ ou café com pão. (Rel. GE, 1936, p. 26).

QUADRO II – Demonstrativo da movimentação do caixa escolar do grupo escolar “Cel. Domingues de Castro” referente aos anos entre 1934 a 1937 e de 1940.

| Ano | Saldo do ano anterior | Receita | Despesa | Saldo para o ano seguinte |
|------|-----------------------|------------|----------|---------------------------|
| 1934 | - | 447\$300 | 134\$000 | 313\$000 |
| 1935 | - | 628\$100 | 367\$100 | 258\$500 |
| 1936 | 261\$000 | 898\$200 | 683\$500 | 475\$700 |
| 1937 | 475\$700 | 1:002\$600 | 602\$500 | 795\$800 |
| 1940 | 620\$900 | 416\$300 | 843\$000 | 194\$200 |

Fonte: Relatórios anuais da Delegacia Regional de Ensino de Taubaté.

Ainda nesse aspecto de recursos auxiliares, conforme informações dispostas na seção “Instituições de assistência e de cooperação social” do relatório de 1935, reparamos no grupo escolar de São Luiz do Paraitinga (e em alguns outros da região) a falta de serviços auxiliares e de equipamentos pertinentes às aulas: na maioria deles, não havia assistência médico-dentária;

seguindo um decreto educacional⁵³, em todos os estabelecimentos da região havia o seu próprio Orfeão composto pelos alunos dos 3º e 4º ano, porém apenas em cinco deles havia pianos; sobre o escotismo, também determinado por lei⁵⁴, existiam em apenas quatro (em outros dois estava em organização). Entretanto, em todas as escolas praticava-se jogos e exercícios ginásticos; quanto aos gabinetes dentários, havia apenas nos grupos escolares de São José dos Campos, Jacareí, Pindamonhangaba e Taubaté; em relação a Associação de Pais e Mestres, ela estava presente em todos, à exceção de um que havia sido instalado recentemente; por fim, o relatório indica que havia uma biblioteca infantil no grupo escolar de São Luiz do Paraitinga, porém não foi informado maiores detalhes. (Rel. GE, 1935). Sobre esta, o relatório de 1936 mostra que ela não estava em funcionamento e o do ano seguinte sequer a menciona. (Rel., GE, 1936; 1937).

No que diz respeito as matrículas, sabemos que eram realizadas logo no começo do ano e “a frequência se apresentava como obrigatória, em geral, para crianças de 7 a 12 anos de idade, o que concorria para estabelecer uma *idade da escola primária* coincidente a uma determinada *idade de infância*”. (VIDAL, 2006, p. 8). Como citamos antes, em 1899 havia 274 alunos, sendo a maioria meninos. Já em 1935, o grupo escolar, que funcionava somente em um período e dispunha de oito salas com diferentes dimensões, tinha lotação para 336 alunos. Nesse ano, o total de matriculados foi de 279 alunos, sendo 136 meninos e 143 meninas. Das seis classes existentes, apenas cinco estiveram em funcionamento. (Rel. GE, 1935). Em 1936, a lotação era para 480 alunos e o total de matrícula foi de 284, do qual apenas 196 se efetivaram. (Rel. GE, 1936). No ano seguinte, havia 290 matriculados e 206 efetivos. Contando com as seis classes, a porcentagem de promoção foi de 66,5% (133 alunos no total nas quatro séries) e a de alfabetizados 58,1%. (Rel., GE, 1937).

Sobre a população geral da cidade, encontramos a seguinte informação no relatório de 1935: ela era de 15.129 habitantes, sendo que 2.217 moravam na área urbana e o restante, que seria a maioria da população, vivia na zona rural. Com isso, constatamos que, nessa época, a quantidade de habitantes era um pouco maior do que hoje em dia. Atualmente, a população do

⁵³ Decreto nº 24.794, de 14 de julho de 1934. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24794-14-julho-1934-515847-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 20 mai. 19.

⁵⁴ Decreto n.3.531, de 22 de novembro de 1922. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1922/decreto-3531-22.11.1922.html>> Acesso em: 20 mai. 19.

município é de 10.687 pessoas⁵⁵. Naquela época, em idade escolar havia 2.642 pessoas em todo o município e destes, 277 viviam na cidade. (Rel., GE, 1935).

Por fim, quanto ao quadro de funcionários, averiguamos que, em 1936, havia 14 funcionários, sendo eles um diretor, seis adjuntos com classe, quatro substitutos efetivos, um porteiro adjunto e dois serventes. (Rel. GE, 1936).

O grupo escolar de São Luiz do Paraitinga, bem como o seu patrono e os familiares deste eram constantemente citados nos principais jornais tanto da região quanto do estado. No dia 2 de setembro de 1906 no jornal⁵⁶ próprio do município, denominado “*O Luizense*”, há o seguinte trecho na seção de “Notas e Notícias”:

Realizaram-se durante a semana finda os exames trimestrais dos alunos do grupo escolar Coronel Domingues de Castro. Acedendo a gentil convite do distinto diretor daquele estabelecimento, sr. Professor Ayres de Moura, tivemos a fortuna de assistir a brilhantes provas de dedicação e de esforço, reveladas pelos alunos nesses pequeninos *tics* que, por si, bastam para evidenciar o zelo acurado com que no grupo é ministrado o ensino. Damos, por isso, sinceros parabéns ao sr. Diretor e aos seus dignos auxiliares. (O LUIZENSE, 1906, p. 3).

Em 18 de abril de 1907, o mesmo jornal descreveu nas duas primeiras páginas a sessão solene realizada na Câmara Municipal em homenagem ao Cel. Manuel Jacyntho Domingues de Castro, falecido, na época, há quase sete meses. Nesta sessão, realizada às sete horas da noite, estiveram presentes o coronel Manoel Bento Domingues de Castro, presidente da Câmara, o capitão Antonio Carlos da Silva Braga, vice-presidente, Benedito Gonçalves Pereira, intendente municipal, o tenente Benedito Gonçalves de Freitas, Benedito de Azevedo, major Theodoro Pereira de Campos Coelho, capitão Saturnino José Nogueira de Castro, vereadores. Após os discursos do coronel e do intendente, foi apresentado o retrato a óleo do ex-chefe político, o qual havia sido encomendado pela Câmara. Após mais um discurso, este proferido pelo promotor público da comarca, João de Azevedo, foi finalizada a sessão com a corporação musical SS. Sacramento executando novamente o Hino Nacional. (O LUIZENSE, 18.abr.1907, p. 1-2).

⁵⁵ População estimada pelo IBGE (2019). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-luiz-do-paraitinga>> Acesso em: 25 mai. 19.

⁵⁶ Disponível para consulta no Arquivo Histórico Municipal de Taubaté “Dr. Félix Guisard Filho”.

Ainda de acordo com esse jornal, durante a noite dessa terça-feira, a Câmara Municipal iluminou as partes laterais do seu prédio para realçar o ato solene e o prédio do grupo escolar também conservou iluminada “até alta hora da noite” a sua fachada principal. (O LUIZENSE, 18.abr.1907, p. 2).

FIGURA I – Primeira página do jornal *O Luizense*, de 18 de abril de 1907.



Fonte: Fotografia tirada em 26 jul. 2018. Esse exemplar encontra-se disponível para consulta no Arquivo Histórico Municipal de Taubaté.

O grupo escolar também foi mencionado algumas vezes nos jornais da capital, como, por exemplo, no *Correio Paulistano*, que, em 11 de dezembro de 1898⁵⁷, narrou a cerimônia de encerramento do ano letivo. Neste, apresentou-se a seguinte passagem:

S. Luiz do Paraitinga. Do nosso correspondente em data 4 do corrente: O grupo escolar Coronel Domingues de Castro festejou no dia 30 de novembro com uma magnífica matinê literário-musical, o encerramento dos seus trabalhos do ano letivo. Não temos lembrança de haver assistido uma festa deste gênero

⁵⁷ Digitalizado pela Hemeroteca Digital Brasileira e disponibilizado no site da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> Acesso em: 17 ago. 19.

nesta localidade que deixasse no espírito tão agradáveis impressões. Às dez e meia, deu as primeiras notas festivas a banda musical S. S. Sacramento, que com um ardente dobrado dirigiu-se a Câmara Municipal, onde se achava a comissão municipal reunida e que às onze horas devia seguir incorporada para o edifício do grupo, afim de ser aberta a sessão pelo presidente da mesma, coronel Manoel Bento. [...] O edifício do grupo estava rica e luxuosamente ornamentado de folhagem, flâmulas e galhardetes. [...] A comissão municipal entrou de baixo de uma verdadeira nuvem de confete e ao aparecer na área a banda musical Santa Cecília, que já se achava esperando em um dos coretos, tocou o hino nacional. [...]. (Correio Paulistano, 11.dez.1898, p. 2, ed. 12690).

A seguir, duas fotos do exterior do grupo escolar luizense disponíveis nos relatórios de 1934 e de 1937. A primeira é do ano de 1926, enquanto a outra não foi indicada a data.

FIGURA II – Foto da lateral direita do grupo escolar Cel. Domingues de Castro



Fonte: Relatório da Delegacia Regional de Ensino de Taubaté do ano de 1934.

FIGURA III – Foto da lateral esquerda do grupo escolar Cel. Domingues de Castro



Fonte: Relatório da Delegacia Regional de Ensino de Taubaté do ano de 1937.

No próximo capítulo, conheceremos o cotidiano desse grupo escolar pela “voz” de seus próprios agentes históricos, isto é, seus antigos funcionários, alunos e professores.

CAPÍTULO 3 – O GRUPO ESCOLAR: SUJEITOS, MEMÓRIAS

*Tudo o que é chamado hoje de memória
não é, portanto, memória, mas já história.
Tudo o que é chamado de clarão de memória
é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história.
A necessidade de memória é uma necessidade da história.*

(Pierre Nora)

Nesse último capítulo nos atentaremos às memórias daqueles que estudaram e/ou trabalharam no Grupo Escolar Cel. Domingues de Castro de São Luiz do Paraitinga. A seleção dos sujeitos foi organizada considerando as décadas de 1940⁵⁸ a 1970, em razão da possibilidade de contato direto com antigos alunos, professores e funcionários.

Como afirmamos anteriormente, as fontes documentais a respeito dessa instituição são escassas, por isso, adotamos a metodologia da História Oral. Uma vez que a documentação oficial analisada corresponde até o ano de 1940, ao recorrermos as memórias viabilizamos a nossa pesquisa para além desse período e nos colocamos em contato com conhecimentos não registrados em arquivos.

3.1 Cultura Escolar, História Oral e Memória

As instituições escolares possuem uma cultura própria que se originou e se estabeleceu dentro dela. Ainda que tenha havido diretrizes a serem seguidas foi o fazer cotidiano dos seus atores que formou sua essência. Pertencendo a historiografia da educação, ela foi definida pelo historiador Dominique Julia (2001, p. 10) como

Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas

⁵⁸ Apenas uma das entrevistadas estudou na instituição entre os anos de 1935 a 1940.

coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

Quando nos referimos a cultura escolar, pensamos nos seguintes elementos: os sujeitos sociais (professores, diretores, inspetores, alunos, famílias, etc.), os materiais didáticos (livros, cadernos, cartilhas), o mobiliário (quadro, carteiras), os métodos de ensino (disciplinas⁵⁹, formas pedagógicas, avaliações), a arquitetura escolar específica (interior e exterior dos prédios), os regulamentos (normas e regras comportamentais) e as práticas (organização, tempo, atividades, etc.). Ou seja, esses valores, símbolos, rotinas e estruturas formaram uma cultura própria desse ambiente que, veiculada no interior de cada escola, muitas vezes não foram registrados.

A História Oral é um recurso metodológico usado em áreas que variam desde História, Pedagogia e Sociologia até Psicologia, onde nasceu. Foi difundida, primeiramente, nos Estados Unidos e na Europa em meados da década de 1950, após a invenção do gravador. Consistindo na realização de entrevistas gravadas em um arquivo de áudio (ou vídeos), essa fonte de pesquisa registra depoimentos pessoais a respeito de uma instituição, um acontecimento ou história de vida.

No Brasil, ela foi introduzida nos anos 1970 com a criação do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mas foi a partir da década de 1990 que o recurso se expandiu pelo país. A Associação Brasileira de História Oral (ABHO), criada em 29 de abril de 1994, compõe-se de afiliados que, periodicamente, reúnem-se em encontros regionais e nacionais com o objetivo de publicar artigos e livros e promover discussões metodológicas.

Como aponta Lozano (2002, p. 16), “a história oral compartilha com o método histórico tradicional as diversas fases e etapas do exame histórico”. O uso desse método pressupõe um conjunto de passos, tais como a elaboração de um projeto de pesquisa, a inserção de uma problemática, o aval de um conselho de ética, o estudo do tema, a escrita do questionário, os encontros, as entrevistas e as transcrições e análises dos áudios. Para o autor (Idem), durante a execução dessas tarefas deve-se proceder “com o maior rigor possível, ao controle e às críticas interna e externa da fonte constituída, assim como das fontes complementares e documentais”.

⁵⁹ Como afirmou Chervel (1990, p. 220), as disciplinas escolares interveem na história cultural da sociedade, isto é, “seu aspecto funcional é o de preparar a aculturação dos alunos em conformidade com certas finalidades: é isso que explica sua gênese e constitui sua razão social”.

Portanto, compreendemos que esse recurso certamente permite a produção de um conhecimento científico e histórico.

“Os relatos orais sobre o passado englobam explicitamente a experiência subjetiva. Isso já foi considerado uma limitação, mas hoje é reconhecido como uma das principais virtudes da história oral”. (CRUIKSHANK, 2002, p. 156). Lozano (2002, p. 16), também justifica que “a consideração do âmbito subjetivo da experiência humana é a parte central do trabalho desse método de pesquisa histórica”. Assim,

Muito mais que documentos escritos, que frequentemente carregam a aura impessoal das instituições que os editaram – mesmo se, naturalmente, compostos por indivíduos, de quem sabemos pouco ou nada – as fontes orais envolvem o relato inteiro em sua própria subjetividade. Junto à primeira pessoa do entrevistado se situa a primeira pessoa do historiador, sem o qual não haveria entrevista. Ambos os discursos, do informante e do historiador, são em forma narrativa, que raramente é o caso dos documentos de arquivo. Informantes são historiadores, de certo modo; e o historiador é, algumas vezes, parte da fonte. (PORTELLI, 1997, p. 37).

Sendo assim, também devemos ter cuidado com a nossa própria subjetividade. Isto é, por mais que as escolhas dos pesquisadores não sejam de fato imparciais, a percepção crítica é imprescindível e o cotejamento com outras fontes também se faz, essencialmente, importante.

Dispondo de técnicas e métodos precisos, Lozano (2006, p. 16) afirma que, a história oral é, antes de tudo, “um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações *qualitativas*⁶⁰ de processos histórico-sociais”. Dessa maneira, interessando-se pela oralidade, a história oral “procura destacar e centrar sua análise na *visão* e na *versão* que dimanam do interior e do mais profundo de sua experiência dos atores sociais”. (Idem). Segundo Meihy (2005, p. 137), “é fundamental saber que mais importante que registrar quem e quando ocorreram os fatos, a história sempre reflete uma situação social”.

O ramo da história oral apresenta diversas categorias que não nos caberia exemplificar aqui, porém evidenciamos que seguimos o modelo de “história oral temática”, esta que tem sua

⁶⁰ Método de investigação, no qual são considerados os aspectos subjetivos. Ou seja, não são analisados dados numéricos como na pesquisa quantitativa, mas sim particularidades e percepções objetivando a compreensão de experiências e comportamentos, por exemplo.

fundamentação na articulação e no diálogo com outros tipos de fontes documentais. Conforme Meihy (2005, p. 162),

Por partir de um assunto específico e previamente estabelecido, a história oral temática se compromete com o esclarecimento ou a opinião do entrevistador sobre algum evento definido. [...] A hipótese de trabalho [...] é testada com insistência e o recorte do tema deve ficar de tal maneira explícito que conste das perguntas a ser feitas ao colaborador. [...] quanto mais informações se tem previamente, mais interessantes e profundas podem ser as questões.

Assim, acreditamos que “a história oral ganha sentido quando deixa de ser documento equiparável aos preexistentes, escritos. Por ser fundamento de ‘outra visão’ é que a história oral merece destaque”. (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 30). O contato com as memórias daqueles que, gentilmente, se dispuseram a enriquecer o nosso trabalho, nos permitiu conhecer experiências, lições e saberes que jamais poderiam ser encontrados nos registros oficiais.

Ressaltamos, porém, que memória⁶¹ e lembrança não são sinônimos, pois, enquanto a primeira aponta para representações e recordações de experiências pessoais sobre determinados eventos, a segunda não se estabelece como impreterivelmente particular, uma vez que possui a tendência de reproduzir (sem uma análise metodológica, crítica e científica como a da História) uma interpretação coletiva de um findado período que nem sempre foi vivenciado por aqueles que a compartilham.

Como afirma Le Goff (2013, p. 435), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”. Portanto, a compreendemos como uma restrita e fragmentada concepção do passado que, mediante interesses políticos, é propagada através das gerações.

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 2013, p. 485).

Na maioria das vezes, as memórias individuais são compartilhadas por meio das interações sociais e, portanto, possuem relações com a coletividade, ou seja, ocupam o mesmo espaço e/ou pertencem a um determinado grupo. Como afirma Le Goff (2013, p. 435), “a

⁶¹ O conceito de memória tem passado por ressignificações nos estudos da área de Ciências Humanas.

memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”. De acordo com o sociólogo francês Maurice Halbwachs⁶² (2004, p. 35),

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança; é necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade.

Para concluir essa breve elucidação a respeito dos conceitos utilizados nesse terceiro capítulo, apoiamo-nos na seguinte afirmação de Viñao-Frago (2001, p. 62):

São muitas as influências e entrecruzamentos entre o espaço e o tempo. Mas ao menos em relação ao passado, não captamos a duração em si mesma; podemos medi-la, segmenta-la, mas carecemos de memória acerca da duração. O que recordamos são espaços que levam dentro de si, comprimido, um tempo. Nesse sentido, a noção do tempo, da duração, nos chega através da recordação de espaços diversos ou de fixações diferentes de um mesmo espaço. De espaços materiais, visualizáveis. O conhecimento de si mesmo, a história anterior, a memória, em suma, é um depósito de imagens. De imagens de espaços que, para nós, foram, alguma vez e durante algum tempo, lugares. Lugares nos quais algo de nós ali ficou e que, portanto, nos pertencem; que são, portanto, nossa história.

3.2 Procedimentos e categorias de análise

Procuramos estabelecer um paralelo entre as memórias, as legislações educacionais e a fundamentação teórica baseada nos dois livros de Rosa Fátima de Souza: *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo* e *Alicerces da Pátria: história da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976)*.

Para isso, optamos por organizar os relatos dos entrevistados, dividindo-os em cinco categorias de análise que orientaram a sistematização das informações. A primeira, “ensino, aprendizagem e outros elementos” compreende além das disciplinas, materiais didáticos e métodos de ensino, elementos como exposições, excursões, período de aulas, férias, desistência

⁶² Fundador do campo de estudos sobre memória na área de Ciências Sociais e precursor da reflexão sistematizada sobre memória coletiva.

e uniformes. A segunda, “espaço escolar”, abrange tanto o espaço físico em si como a ocupação deles. A terceira “civismo e festividades” inclui os desfiles e as data comemorativas. A quarta “relações professor-aluno e regras disciplinares” compõe-se das relações estabelecidas entre os alunos e os professores, bem como das regras disciplinares. Por fim, a quinta e última, “entorno da escola, representações e outras lembranças”, integra tanto as vivências sociais nas adjacências da escola como o percurso dos alunos, quanto outras lembranças e também as representações que o grupo escolar tem em suas vidas.

A escola e os seus sujeitos possuíam suas próprias dinâmicas, as quais, muitas delas nos foram relatadas. Mesmo que tenha sido ínfimo o número de entrevistas, se comparado a quantos indivíduos passaram por aquele grupo escolar, especialmente em suas últimas décadas de existência, as suas memórias trouxeram aos nossos tempos atuais o conhecimento de uma parte daquele cotidiano.

Quadro III – Relação dos entrevistados

| Caracterização funcional | Idade atual | Período que estudou e/ou trabalhou | Informações extras |
|---------------------------------|--------------------|---|--|
| Professora 1 | 79 anos | De 1961 a 1986. | Também foi a Aluna 2. |
| Servente 1 | Não revelou | De 1961 ou 1962 em diante. | Fez o ginásio ao mesmo tempo que trabalhava. |
| Aluno 1 | 90 anos | De 1935 até 1940. | |
| Aluno 2 | 79 anos | De 1947 ou 1948 até 1951 ou 1952. | Também foi a Professora 1. |
| Aluno 3 | 73 anos | De 1953 em diante. | Entrou aos sete anos. |
| Aluno 4 | 70 anos | De 1953 em diante. | Entrou aos quatro anos. Deu aulas posteriormente. |
| Aluno 5 | 71 anos | De 1954 a 1958. | Entrou com seis anos |
| Aluno 6 | 71 anos | De 1955 até 1958. | Entrou aos sete anos. |
| Aluno 7 | 73 anos | De 1953 até 1957. | Entrou com sete anos. Repetiu a terceira série. Foi diretor do GE. |
| Aluno 8 | Não revelou | 1950, 1951 ou 1952. | Estudou só na primeira série. |
| Aluna 9 | 75 anos | De 1956 até 1957. | Entrou com 12 anos. Estudou apenas um ano. |
| Aluno 10 | 74 anos | De 1951 ou 1952 até 1954 ou 1955. | |
| Aluno 11 | 64 anos | De 1960 até 1964. | |

| | | | |
|----------|---------|-----------------|--------------------------|
| Aluno 12 | 56 anos | De 1968 a 1971. | Entrou na segunda série. |
|----------|---------|-----------------|--------------------------|

Fonte: Elaborado pela autora, com informações cedidas pelos entrevistados.

No quadro acima, constata-se diversas semelhanças e divergências. A maioria dos ex-alunos que nos cederam seus depoimentos estudaram no grupo escolar na década de 1950. É interessante notar, entretanto, a diferença, ainda que pouca, em suas idades. Alguns não se lembraram exatamente o ano correto que iniciaram e finalizaram os estudos no grupo escolar, porém, juntos, fizemos a conta usando suas idades atuais com a idade que tinham naquela época.

Também averiguamos, porém sem maiores informações, que nesse prédio funcionava, conjuntamente, mas em outro período, o ginásio. Assim os dois alunos, 3 e 4, nos quais colocamos “em diante” após o ano inicial são aqueles que frequentaram o ginásio, à exceção, é claro, do referente ao Servente 1 que corresponde, nesse caso, ao seu período de trabalho na instituição.

Como informações adicionais, comunicamos que a Aluna 4 também foi professora do estabelecimento, mas após a década de 1970 quando este já havia deixado de ser um grupo escolar e se tornou uma escola estadual de 1º grau. É o mesmo caso do Aluno 7 que também foi diretor posteriormente a mudança na legislação.

3.2.1 Ensino, aprendizagem e outros elementos

A nossa primeira categoria de análise, a qual mais evocou lembranças, compreendeu o ensino, a aprendizagem e alguns dos principais elementos da escola. Por meio das narrativas orais, conhecemos aspectos relacionados as disciplinas, aos materiais didáticos, as avaliações, aos métodos de ensino, entre outros detalhes esmiuçados.

Os programas de ensino⁶³ das escolas primárias urbanas foram reformulados nove vezes entre as décadas de 1890 e 1960. “Em todas essas reformulações as alterações incidiram mais sobre a configuração das matérias (aglutinação de conteúdos e sua distribuição nas séries) e ampliação das indicações metodológicas do que sobre a seleção cultural”. (SOUZA, 2009, p. 60). Ou seja, conforme a autora, até o final desta última década, o conjunto de disciplinas manteve-se praticamente inalterado desde o fim do século anterior. Porém, o cumprimento desses programas era inviável em muitos grupos escolares devido à falta de recursos e “logo o

⁶³ Os programas de ensino estabeleciam quais conteúdos deveriam ser lecionados.

idealismo dos reformadores da instrução pública viria a soçobrar surpreendido pelos obstáculos apresentados pelas condições humanas e materiais das escolas”. (SOUZA, 1998, p. 208).

Como a maioria dos entrevistados fez parte do grupo escolar posteriormente à década de 1950, nos inteiramos dos programas postos em vigor a partir de 1949, os quais “em caráter experimental, buscaram conciliar tradição e modernidade, expressando a forma pelo qual o ideário renovador foi apropriado pelos educadores paulistas”. (SOUZA, 2009, p. 220). Eles traziam sugestões de atividades, objetivos de cada matéria, detalhamento dos conteúdos e novas técnicas de formulação de currículos.

A comissão [...] optou por programas analíticos compreendendo cinco volumes – um para cada ano do curso primário (do 1º ao 4º ano) contendo as matérias básicas: Linguagem Oral, Linguagem Escrita, Leitura, Gramática Aplicada, Aritmética e Geometria, Geografia, História do Brasil, Educação Moral, Social e Cívica, Ciências Naturais – Higiene; e um quinto volume contendo as matérias auxiliares para todas as séries – Desenho, Trabalhos Manuais, Economia Doméstica, Canto, Educação Física e Educação Sanitária. (SOUZA, 2009, p. 220).

Nas respostas dos alunos, as matérias que mais apareceram foram português⁶⁴ (incluindo as aulas de caligrafia), aritmética, história geral, geografia e ciências. Sobre tais conteúdos, a Aluna 2 (2019), relatou:

Nós tínhamos linguagem, que era mais a linguagem escrita, nós tínhamos a aritmética, nem se falava matemática, só que hoje é a tecnologia que domina tudo né? No nosso tempo, tínhamos que trabalhar mentalmente. Aprendia, memorizava. Poderia ser na base da decoreba, mas era diferente, você tinha esses ensinamentos pra vida toda. Se perguntarem uma tabuada nós sabemos. Antigamente, no nosso tempo de escola, não havia dicionário disponível pras crianças, mas os professores eram muito capacitados, eram professores de outro cerne, nós tínhamos aquela formação mesmo que perdurou pela vida né? O que você aprendeu, permanece [...] tínhamos história, geografia, até pouco tempo eu tinha um caderninho do meu quarto ano, mas tivemos aquela enchente grande né, então levou tudo. No nosso tempo, aprendíamos o mapa político do Brasil, qual aluno não sabia as capitais do Brasil? Nós sabíamos, isso no nosso tempo de escola, todas as capitais, os produtos de cada região. História geral não tinha, era mais história do Brasil mesmo.

⁶⁴ Possivelmente linguagem oral e escrita.

De acordo com Souza (2009, p. 108), “sendo a aprendizagem da língua tarefa primordial da escola, a linguagem oral e escrita deve ser cuidadosamente ensinada”, portanto o ensino de linguagem compreendia a leitura intuitiva, os exercícios orais, a análise de elementos fônicos e exercícios escritos de formação de sentenças. (SOUZA, 1998, p. 191-192). A Professora 1 também comentou que nos livros da época havia muitas histórias, principalmente fábulas, sendo todas sempre com um objetivo moral.

Em aritmética, além de estudar as formas geométricas, os alunos deveriam “aprender os rudimentos das primeiras operações pelos meios concretos. [...] contar, calcular, medir, sobre números inteiros e frações”. (SOUZA, 2009, p. 110).

Na disciplina de geografia, era indispensável o reconhecimento do espaço nos quais os alunos se encontravam. “Elege-se o quarteirão onde está situada a escola, então os nomes das ruas, a descrição do caminho que cada aluno percorre ao dirigir-se a ela. A medida do tempo, as estações e os pontos cardeais são aprendizagens obrigatórias”. (Souza, 2009, p. 112). Depois, “O espaço alarga-se para a cidade, o estado de São Paulo e o Brasil. Em seguida, noções elementares sobre os movimentos da Terra, o sistema planetário e generalidades sobre os fenômenos atmosféricos, os continentes e os oceanos”. (Idem). Enfim, a parte teórica seria complementada com a “construção de tabuleiros geográficos, representações dos diversos acidentes no quadro negro, exercícios complementados com o trabalho assíduo de cartografia, estudos dos mapas, planisfério e globo geográfico”. (Ibidem).

No que tangia ao ensino de história, Souza (2009, p. 113) atesta que “importa usar os contos sobre os fatos da História Pátria, além de palestras sobre fatos e atos que despertem sentimentos de patriotismo, civismo, heroísmo, abnegação, etc.”. Sobre os conteúdos dessa matéria, abrangia-se a biografia de personalidades e a política nacional: “Proclamação da República, Império sob o reinado de D. Pedro II e D. Pedro I, Independência, período colonial e o descobrimento, os indígenas”. (Idem).

Conforme Souza (2009, p. 110-111), a matéria de ciências (físicas e naturais) eram divididas em cinco (física, química, botânica, zoologia e mineralogia) quando foram aglutinadas em 1905 como ciências físicas e naturais, o que lhes atribuiu “caráter prático e utilitário, com aplicações na agricultura, na indústria e comércio, articulada com a higiene e com os processos de raciocínio e aquisição do conhecimento”. (Idem).

Por fim, quanto as aulas de caligrafia, estas eram praticadas por meio de cópias ou ditados. “Da reprodução de sentenças, trechos e textos os exercícios evoluem para a produção própria do aluno, a composição sobre temas diversos ou a redação de bilhetes, cartas, poesias e esboço biográfico de brasileiros ilustres”. (SOUZA, 2009, p. 108). De acordo com a autora, a escrita ou caligrafia na escola primária se constituía como uma atividade educativa que moldava os comportamentos.

Escrever com correção e letra legível (preferencialmente cursiva e com traçados elegantes) é demonstrar a posse de uma cultura erudita. Por essa razão, o ensino da escrita também foi objeto de discussões metodológicas. Grande ênfase foi dada à caligrafia concebida no mesmo sentido de escrita ou como “arte de escrever bem” vinculando as tecnologias disciplinares de economia de corpo e do ato de escrever com as exigências do trabalho urbano, particularmente a necessidade de leitura de textos manuscritos. (SOUZA, 2009, p. 109).

No grupo escolar de São Luiz do Paratinga, as aulas de caligrafia eram dadas uma vez na semana dentro das aulas de português, como nos revelaram os alunos 1, 6 e 9. Esta matéria tinha seus materiais específicos, como destacou a Aluna 2 (2019):

Caneta de pau, caneta tinteiro, tinteiro derramando. Tinha até aquelas esponjinhas que as professoras faziam, em flanelinha né? Em camadas pra você limpar a pena ou alguma coisa. Mata borrão existia também, quando havia excesso de tinta, usava o mata borrão pra secar um pouquinho pra você virar a página.

Sobre essas matérias básicas, Souza (2009, p. 221) aponta que as suas finalidades “acentuavam a contribuição para o desenvolvimento integral da criança, desenvolvimento do raciocínio e autonomia e adaptação na sociedade”. Entretanto, havia ainda as matérias auxiliares que “reafirmavam a iniciação para o trabalho e a formação da nacionalidade”. (Idem). Como exemplo, mencionamos a de Trabalhos Manuais. Suas atividades incluíam

Dobramento de papel, modelagem, alinhavos em cartão, executados a cores sobre modelos diversos, representando figuras de animais, flores etc. Para o sexo masculino, os gêneros de trabalho compreendem a modelagem, cartonagem e carpintaria. Para o sexo feminino, o crochê, pontos, alinhavos, pospontos, pontos de remate, franzidos duplos, serzaduras, pregas, bainhas, casear e pregar botões, colchetes, pontos russos e de ornamento, pontos de marca. (SOUZA, 2009, p. 114).

Também denominada “prendas domésticas”, apareceu com uma certa recorrência nas lembranças dos alunos. Para o Aluno 11 (2019),

Se tinha uma coisa que eu achava memorável, era que tinha uma professora, era de prendas domésticas, então ela ensinava, as meninas, lógico, aprender a fazer coisas, principalmente doces e bolos, etc., a nós rapazes foi dado aprender a fazer cestas, eu achava aquilo uma maravilha, única coisa que eu adorava, era que aprendi a fazer cesta e conseguia vender a cesta.

A finalidade da disciplina de “Trabalhos Manuais”, de acordo com Souza (2009, p. 220-221), era “desenvolver a habilidade manual da criança, sua iniciativa, seu gosto estético, além de formar hábitos de ordem e economia. A orientação do programa era para que as escolas mantivessem permanentemente exposição dos trabalhos escolares”. Em relação as exposições, no grupo escolar elas aconteciam próximas ao encerramento do ano letivo. Segundo a Aluna 2 (2019), “*havia-se exposições lindas no final do ano*”.

Tinha aula de trabalhos manuais, tanto pras meninas que era bordado, crochê, tricô, essas coisas e os meninos eram pintura, gravura, trabalhos feitos em tábua. E em uma sala ficava em exposição, até pessoas que não tinham filhos vinham visitar, ficava uma semana mais ou menos a exposição. (Aluno 7, 2019).

As exposições “representavam um momento de exposição pública do trabalho e das atividades desenvolvidas na escola. Por meio delas as famílias dos alunos e a população em geral tomavam ciência da qualidade do trabalho desenvolvido” (SOUZA, 1998, p. 261) tornando-se uma “fonte de orgulho dos professores, alunos e familiares [pois] denotava o capricho, o desvelo, a habilidade, o esforço, o empenho e a dedicação dos alunos e professores”. (Idem). Assim, configuradas como um “microcosmo próprio encerrado por muros, grades e paredes e outras fronteiras não-materiais, a escola abria-se à cidade, à rua, à sociedade, aos alunos, aos seus pais, aos seus amigos e às suas famílias”. (Ibidem).

Retomando rapidamente, o ensino de ciências foi identificado nos anos 1920 como “lições de coisas” e, levando décadas do século XX para alcançar uma definição estável, o ensino deste se estabeleceu como devendo “desenvolver a observação, a curiosidade e o espírito crítico, capacidade essenciais para o pensamento autônomo”. (SOUZA, 2009, p. 110). Conforme a autora, esse apelo à observação vinculou o ensino das ciências naturais aos materiais didáticos, porém estes também se expandiram para outras disciplinas.

Entre os materiais que surgiram, podemos certamente citar (no caso de português), as cartilhas e os livros que possibilitaram aos alunos um primeiro contato com as letras e com as palavras. O incentivo à leitura era um elemento fundamental nas aulas.

Da leitura das palavras e sentenças escritas pelo professor no quadro negro, o ensino de leitura evolui para o uso da cartilha e dessa para o 1º livro de leitura. Depois, a interpretação de pequenos trechos lidos, para a leitura em prosa e verso e leitura de manuscritos; do 2º livro de leitura ao 3º e 4º sucessivamente seguindo a graduação do ensino primário. Da leitura corrente move-se para a leitura silenciosa, e dessa para a suplementar, e, por último, para a expressiva. Sendo a aprendizagem da língua tarefa primordial da escola, a linguagem oral e escrita deve ser cuidadosamente ensinada. Falar corretamente implica exercícios diários de descrição de objetos, narração de fatos instrutivos e morais, reprodução de histórias, declamação de poesias, exercícios de invenção sobre um tema. (SOUZA, 2009, p. 108).

Ao descrever as suas experiências de quando estudava no grupo escolar, a Aluna 3 (2019), recordou com certa emoção que *“Uma coisa boa também que eu fiquei muito contente na primeira série, foi quando fui sorteada e ganhei um livro chamado Flor do Lácio⁶⁵, tenho até hoje. Tinha historinhas e eu gostava de ler”*.

Sobre as cartilhas, conforme Mortatti (2000) elas se consolidaram no século passado como um instrumento essencial na concretização dos métodos de alfabetização, leitura e escrita. Dentre elas, as quais mais se destacaram foram a *Sodré* e a *Caminho Suave*: A primeira, escrita pela professora Benedicta Stahl Sodré, teve a sua primeira edição publicada em 1940 pela Companhia Editora Nacional. Sendo uma das mais populares do país, ela foi produzida até 1980. Era organizada a partir de uma metodologia própria (Método Sodré) que constituía em uma Alfabetização Rápida, ou seja, sem uma necessidade prévia de ancoragem. Entre as suas recomendações aos professores, estava uma ênfase maior na memorização. Quanto a segunda, de autoria de Branca Alves de Lima, foi lançada em 1950. Com 40 milhões de exemplares vendidos, se tornou um símbolo da alfabetização tradicional. *“A primeira cartilha que eu tive foi a Caminho Suave que tinha as lições pra você aprender bem rápido e você aprendia mesmo”*. Aluno 6 (2019).

⁶⁵ Flor do Lácio foi um livro didático bastante utilizado nos anos 1960. Na realidade, era destinado aos alunos do Curso Normal para o ensino de português e continha, por meio de textos, ensinamentos referentes a gramática e a redação. Fonte: <http://www.anosdourados.blog.br/2011/07/imagens-escola-livro-flor-do-lacio.html> Acesso em: 10 out. 2019.

Além dessas, a Aluna 2 (2019) lembrou-se de uma outra: *“tínhamos sim [cartilhas] e livros bons até. Guardo na memória o título de um deles, chamava-se Saudade, era um livro de quarto ano. Era geral, mas sempre baseado na formação pessoal, moral, cívica”*.

Com relação a aquisição das cartilhas e dos livros didáticos, as respostas variaram. Poderiam ser comprados diretamente com os professores, numa pequena papelaria local ou mesmo em Taubaté. De acordo com a Aluna 5,

Se você tivesse condição você comprava, o professor encomendava e levava na escola e você pagava o livro, agora quando não tinha condição o aluno ficava pro caixa, o caixa da escola sabe? Tinha pais que gostavam eles mesmo de ir pesquisar e comprar, mas a gente que era mais difícil, morava na roça, não tinha tempo, não tinha jeito de ir pra cidade, aí comprava com o professor, mas era um preço só mesmo. Aí então tinha livros Sodré (do primeiro ano) e outros de história, geografia, mas a maioria das matérias ela passava na lousa, já pra não precisar comprar, aí você copiava e estudava em casa.

A Aluna 4 (2019) reforçou essa afirmação da possível compra em Taubaté e também mencionou uma adaptação por parte dos docentes nas outras disciplinas

Comprava fora, a escola não tinha pra vender, não é como agora. A gente comprava nas livrarias em Taubaté. Tinha uns que não conseguiam, mas aí o professor dava um jeito, as vezes os alunos que passavam pra outra série, doavam. Professor passava a listinha e a gente comprava. Geralmente era português e matemática, as outras disciplinas história, geografia, o professor adaptava, era mais perguntas e respostas, a gente tinha um caderninho né, as matérias decorativas era assim, pergunta e resposta e a gente decorava.

As alunas acima iniciaram os estudos no grupo escolar em 1953 e 1954, apenas um ano de diferença. Já o aluno 11 (2019), que iniciou os estudos no grupo escolar em 1960, citou a existência de uma papelaria onde poderiam ser feitas as compras.

Tinha, uma cartilha, Caminho Suave, que em japonês é jiu-jitsu, aí que eu fiquei mais feliz quando eu soube dessa história. [...] os alunos tinham que comprar. Tinha, não digo uma livraria, mas uma papelaria, e encomendava ali quem não pudesse ir pra Taubaté. Em 60, era 3h30, 4h de ônibus até Taubaté, então pouquíssimas pessoas iam. O problema, pra muitas pessoa, era dinheiro. Então, tudo era muito difícil. Ter caderno era difícil, ter lápis era difícil.

A seguir, destacamos uma imagem digitalizada da capa de um exemplar da cartilha Sodré⁶⁶ pertencente a Aluna 9. Esta, que foi utilizada no grupo escolar de São Luiz do Paraitinga em 1955 na classe de primeiro ano, é um dos únicos documentos dos alunos ao qual tivemos acesso, pois, devido a enchente de 2010, a maioria não os tem mais.

FIGURA IV – Capa da Cartilha Coleção Sodré⁶⁷



Fonte: Acervo pessoal da Aluna 9. Imagem digitalizada em 10 jun. 19.

Os cadernos dos alunos, que era mais de um em razão das diversas matérias, eram parte integrante das aulas. Alguns poderiam ser levados para casa, às vezes com tarefas a serem feitas, enquanto outros ficavam guardados em um armário na escola. Como relatou a Aluna 4 (2019),

⁶⁶ Apesar da cartilha “oficial” de alfabetização ser a verde, havia outras de cores azul, marrom e rosa, estas eram destinadas a leitura e a interpretação de texto.

Fonte: http://www.anosdourados.blog.br/2010/06/imagens-escola-cartilha-sodre_15.html Acesso em: 10 out 19.

⁶⁷ Como na capa da cartilha, logo acima do título Coleção Sodré, aparecia o nome da aluna e optamos por não revela-los nesse trabalho, decidimos editar a imagem, colocando um “efeito mosaico” apenas sobre ele para ocultá-lo.

Tinha o caderninho de linguagens que ficava guardado no armário, o caderno de ocupação, de desenho também, era um caderninho diário. O único que levava pra casa era o caderno de história, ciências e o livro de leitura também que todo ano você comprava um novo. Quando acaba o caderno ele guardava e no final do ano entregava.

O caderno de ocupação também foi lembrado pelo Aluno 11 (2019): *“tem um caderno que até hoje eu tenho [...] isso é uma coisa que eu trouxe do primário, o tal caderno de ocupação”*. Segundo o relato da Aluna 5 (2019), uma das primeiras coisas que deveriam escrever nos cadernos, logo no início da aula, era o cabeçalho, com o nome completo do grupo escolar, do aluno e do professor. E os cadernos deveriam ser bem cuidados, como lembrou o Aluno 6 (2019): *“o caderno da gente não podia ter beirinha, aquela orelhinha que eles fazem no caderno. E antigamente a bolsa era embornal, de pano, então a gente carregava naquilo”*.

As tarefas de casa eram uma realidade, confirmada pelos alunos 1, 2, 3, 4, 5, 9, 10 e 11. Sendo passadas quase sempre, eram cobradas nas próximas aulas. A aluna 5 (2019) relata: *“tinha, opa! Às vezes a gente, lá em casa, eu por exemplo, não tinha muito tempo pra fazer a tarefa, ajudava o pai na roça, essa coisarada toda né, mas quando chegava de noite eu acendia a luz lá no quarto e estudava pra valer, só nota boa”*. Para Souza (2009, p. 108), “na escola primária, o exercício é um dos componentes mais importantes das matérias que recortam campos de conhecimentos e saberes cujas fronteiras são de difícil determinação”.

Por todo o século XX, o recurso do questionário e da memorização permaneceram nos grupos escolares. De acordo com Souza (2009, p. 327),

Da passagem de ponto ao questionário, o modelo de ensino encontra uma formulação mais racional de transmissão da informação e aferição de aprendizagem. O sistema pergunta simples – resposta simples parece traduzir melhor o conhecimento ao nível do desenvolvimento infantil. O recurso à memorização continua sendo exigido, mas o questionário economiza o texto e a memória. É mais fácil para o aluno e para o professor. Ele agiliza a técnica de exposição e exercitação permitindo verificar prontamente a fixação de conceitos, exemplos, nomes, fatos.

No grupo escolar, utilizava-se bastante desses recursos. Modelo de ensino esse, que não acompanhava as escolas isoladas da cidade, colocando os alunos novos em uma situação difícil, como a que marcou a Aluna 9 (2019), que estudou lá apenas por um ano:

Eu estava bem na roça, chegamos atrasados [ela e o irmão], três meses atrasados, então deu um trabalho pra gente por a limpo, o caderno de

questionário era muito atrasado, a gente precisou de metade do caderno pra copiar das amigas que pedíamos emprestado. Mas era assim, faziam pergunta pra gente, ditado pra gente, tinha que ser rápido por que o ditado era rápido, mas era assim, era uma escola boa. [sobre os tais questionários] era difícil, não tinha onde procurar [as respostas] não, ela [a professora] explicava, se a gente não guardasse as perguntas que ela aplicava, fazia do jeito que entendeu, por que ela passava questionário na lousa a gente copiava tudo e levava pra casa pra gente responder, ou então se desse tempo respondia na classe mesmo [...] na roça era um tipo de aula, na cidade era outro, mudou tudo. Eu me atrapalhei, aí chegou no final do ano eu não consegui passar [...] foi um ano médio, não gostei muito de estudar na cidade não.

Ainda sobre os artifícios de ensino, a Aluna 4 (2019) revelou que, quando estudava na primeira série, os professores “*me chamavam, ou outro que nem eu [para ir em outra sala] pra fazer alguma operação, aí lá fazia certo pra criança ver que o outro já sabia e ele não. Hoje não pode, é uma humilhação pra criança, mas naquele tempo podia*”.

Um dos alunos adorava quando os professores colocavam uma gravura em um quadro e perguntavam aos alunos o que eles estavam vendo nele. “*Então você tinha que descrever aquele quadro, acho que aquilo ali foi me mostrando uma possibilidade de um novo mundo, como até hoje eu fico olhando um quadro, imaginando um mundo*”. (ALUNO 11, 2019). Segundo a Professora 1 (2019), eram poucos os materiais ilustrativos, mas para as aulas de redação “*havia uns cavaletes com uma espécie de caderno com várias gravuras, paisagens e os professores escolhiam um tema e colocava*”.

Um outro recurso auxiliar dos professores eram as excursões escolares, ainda que não fossem realizadas com tanta frequência. Conforme Souza (2009), nas décadas de 1930 e 1940, elas se tornaram um dos ícones da renovação educacional. Para a autora, as excursões apresentavam duas finalidades

A articulação da escola com o meio social envolveria não apenas a família, mas o meio comercial, industrial e agrícola. As excursões escolares cumpriam, pois, duas finalidades: a de propiciar a aprendizagem dos conteúdos escolares e a de colocar os alunos em contato com os centros de atividade econômica e profissional – estabelecimentos comerciais e industriais, institutos de formação técnica e profissional. Dessa maneira, a própria cidade tornar-se-ia a grande oficina de aprendizagem do trabalho e da vida. (SOUZA, 2009, p. 230).

No grupo escolar de São Luiz do Paraitinga, dos doze alunos entrevistados, apenas quatro confirmaram que havia excursões. Elas eram passeios feitos para algum local importante, sendo todos dentro da própria cidade, provavelmente pela questão de poucos recursos. “*Nós íamos em sítios aqui perto, em chácaras, só passeio, excursão intermunicipal não*”. (Aluna 2, 2019). Entretanto, a professora 1 comentou sobre uma excursão para Pindamonhangaba em seu tempo de docência, uma década depois. A Aluna 4 (2019) disse que “[a gente] visitava alguns lugares, casa Oswaldo Cruz, o Mercado em época de festa do Divino. Naquele tempo a gente gostava, éramos crianças né”. Por fim, segundo o Aluno 6 (2019),

Tinha muita fazenda antiga, as vezes eles levavam a gente pra conhecer, igual uma excursão, ia de carro de caminhão, as vezes levava a gente em campo de futebol, era uma sala por vez, 40 alunos, você tinha que seguir a regra, tudo junto, atravessar, mas não tinha nem carro na época.

As avaliações também se constituíram como um importante elemento da escola e, portanto, devemos mencioná-lo, posto que são “testemunhos de bons resultados [...] as provas demonstram a disseminação de uma cultura enraizada nos modelos exemplares, na súmula de conhecimentos formalizados em tópicos graduados em lições” (SOUZA, 2009, p. 102).

A Professora 1 (2019) relata que, inicialmente, quando começou a trabalhar no grupo escolar, os exames finais vinham da Delegacia Regional de Ensino em pacotes lacrados “e havia um professor designado pra aplicar aquela provinha, sabe? Depois, com o passar dos anos o próprio regente da sala é que dava as provas”. Em seu relato, a Aluna 4 (2019) também ressaltou que “nem o professor sabia como que era, as vezes vinham elaborada diferente um pouco do que você aprendeu com o professor, o mesmo assunto, mas uma colocação diferente, então tinha criança que ficava prejudicada, tinha dificuldade e as vezes era reprovada”. Contudo, a Professora 1 (2019) afirmou que já elaborava uma “provinha” mensal para que ela pudesse avaliar a aprendizagem de seus alunos.

“O ritual do exame externava todo o valor da ação educativa, enaltecia o trabalho do professor, dava sentido a experiência escolar e ao esforço físico e intelectual despendido pelo aluno [...] e reafirmava o sentido da escola como instituição disciplinar”. (SOUZA, 2009, p. 326). Sobre estas, temos o relato da Aluna 5 (2019):

Você tinha que estudar mesmo, o professor falava ‘vocês estudem por que é uma prova só’, era exame de fim de ano. Era num dia só de todas as matérias. Se passou maravilha, se não passou também tinha as notas de disciplina, de comportamento. Se você fosse bem-comportada tinha um pontinho sim. Lá era

assim, era rígido, se você fosse um aluno fosse indisciplinado, o professor tirava um ponto. As notas eram de 0 a 100. O mínimo que tinha que tirar era 50.

No quesito período de aulas, as informações dos entrevistados se contradisseram. As aulas aos sábados foram mencionadas pelos seguintes alunos: 2, 3, 4, 6, 7 e 8. Já a aluna 5 afirmou que não havia e o aluno 9 não soube responder. Vejamos, com exceção da aluna 2, que estudou no final dos anos 1940, o restante todo estudou na década de 1950. Além do mais, a professora 1 confirmou a existência, enquanto o aluno 11 ressaltou que não havia, porém estes dois foram, respectivamente, professor e aluno na década de 1960. O mesmo dilema apresentou-se quanto ao horário das aulas. A aluna 4 afirmou ter estudado no período da manhã das 8h às 12h, enquanto a aluna 5 afirmou que era das 7h às 11h, ambas da mesma época. No período da tarde, que a aluna 4 também frequentou, teria sido das 12h ou 13h até as 16h, já a aluna 9 afirmou ser das 12h30 às 17h. Posto que não tivemos acesso a nenhum documento datado dessa época, não pudemos chegar a uma conclusão.

Já em relação as férias, todos apresentaram as mesmas respostas: janeiro, julho e dezembro. Conforme a aluna 4 (2019), *“como tinha aula sábado, o ano letivo era menor, então pegava o mês inteiro de dezembro e janeiro de férias e às vezes as aulas começavam só depois do carnaval”*.

Quanto a evasão escolar, as alunas 3 e 5 afirmaram que, em suas turmas, nunca viram ninguém desistir de frequentar a escola, porém a Aluna 4 (2019) afirmou que nas suas salas *“tinha muita desistência e reprovação. Tinha gente de 16 anos na minha sala de 3º série [cuja maioria era de 9 anos] que saíram pra casar, vê se pode”*. O Aluno 7 (2019) também relatou que também *“tinha criança muito pobre que acaba desistindo e naquela época os pais não valorizavam tanto o estudo”*. Os professores tentavam incentivar os alunos a permanecerem nas aulas, segundo o aluno 10, porém entendiam que muitos precisavam trabalhar.

Por fim, nosso último tópico versa sobre os uniformes. A maioria confirmou que existia e era obrigatório e os que não confirmaram, disseram apenas não se lembrar. Nas fotos das décadas anteriores expostas no segundo capítulo, o vestuário aparentava ser semelhante. Segundo o Aluno 7 (2019), *“não podia entrar sem uniforme. Isso aí era uma barreira principalmente pros que vinha de zona rural, era uma barreira séria, tinha que ter pelo menos uma calça, duas camisas”*.

As meninas deveriam usar uma blusa branca e uma saia azul marinho, enquanto os meninos usavam calça curta e uma camisa branca com suspensório. De acordo com a Aluna 5 (2019), “*quem não podia comprar, a escola dava um jeito, mas falavam que quem pudesse comprar, comprava por que o caixa não dava pra todos. Aí o dia que eles marcavam ia todo mundo de uniforme*”. Ela continuou o relato informando que

Olha, os próprios pais que faziam, quem não sabia, mandava a costureira fazer. A mamãe fazia o meu, o emblema já era o cortezinho, o bolso, aí você costurava ele, os professores davam um jeito, encomendavam e traziam para os alunos [...] o uniforme era lindo, era uma sainha assim rodadinha, de preguinha sabe? Blusinha branca e o bolsinho com emblema da escola né, sapatinho e meia, era conga azul marinho, não falava tênis, saia azul marinho, meia branca, e tinha a blusinha de frio também quando chegava o tempo de frio, azul marinho, era casaco [...] meninos era quase igual, camisa branca e bolso né, agasalho era o mesmo, a calça não era jeans não, era tergal, naquele tempo nem jeans tinha. O sapato era conga também.

A respeito dos professores, todos eles tinham que vestir um guarda pó sobre a roupa.

3.2.2 O espaço escolar

Nesse item, procuramos conhecer e analisar características específicas do espaço físico da escola, bem como as suas atividades e ocupações. Porém, primeiramente, recorreremos a Viñao-Frago para entendermos melhor como esse conceito se aplica a esse ambiente escolar.

Segundo o autor (2001, p. 61), “a escola, pois, enquanto instituição, ocupa um espaço e um lugar. Um espaço projetado ou não para tal uso, mas dado, que está ali, e um lugar por ser um espaço ocupado e utilizado”. Para ele, assim como todas as atividades humanas precisam de seus próprios tempos e espaços, a educação também apresenta essas dimensões que compõem suas atividades. Ainda conforme o autor (Idem, p. 121), “é no âmbito da sala de aula, o núcleo por excelência da atividade instrutiva, onde a análise histórica mostra essa relação entre a disposição no espaço, das pessoas e objetos que nela estão, e o sistema ou método de ensino seguido”.

Como sabemos, os grupos escolares deveriam possuir uma retórica arquitetônica que exercessem a sua função educativa. Assim, traduzindo-se na monumentalidade e em ornamentos e símbolos, ela ajudou a construir a identidade da escola primária. (SOUZA, 1998,

p. 138). Para a autora, “por detrás dos muros, do portão, das paredes e dos jardins, a disposição e a distribuição do espaço escolar refletem um projeto cultural”. (Idem). Assim, entendemos que as escolas precisavam preencher esse requisito, porém não eram todas as que possuíam os recursos suficientes.

No prédio do grupo escolar de São Luiz do Paraitinga, como vimos anteriormente, até 1940 as condições estavam precárias. Na década seguinte, o espaço físico *“era um sobradinho de dois andares, tinha sala na parte de cima e de baixo, não era mal feito, era bem pintadinho. Não tinha risco que crianças fazem nas paredes”*. (ALUNO 10, 2019).

Para Souza (1998, p. 139), nas salas de aula, “toda a projeção do lugar visava à concentração, à imersão nos estudos e nas tarefas escolares”. Nos últimos dois anos da década de 1940, as salas de aula não tinham *“as condições pedagógicas [atuais] né, mas eram classes bem arejadas. Até o piso da escola não era conveniente, era madeira, mas era maravilhoso naquela época, haviam muitos brinquedos entre a criançada”*. (ALUNA 2, 2019).

Por meio das narrativas, constatamos, a grosso modo, como eram as salas de aula. Nessa época, as classes já eram mistas e também cheias (em torno de 30 a 40 alunos), tinha a lousa, havia armários para os professores e alunos guardarem seus materiais e as carteiras de madeira, que vinham com um tinteiro embutido e eram duplas. O que mais impressionava o Aluno 11 (2019), era que *“as idades eram muito desencontradas. Então por exemplo, você tinha você tinha oito, nove anos no 2º e 3º primários e tinham colegas que tinham 14”* e que

As carteiras eram duplas, mas jamais era possível um menino e uma menina sentarem juntos. Se por acaso sentava, esses dois iam ser todo o restante [do ano] quase que xingados na escola (apelidados). Eu achava isso horrível, não conseguia entender e o tempo foi mostrando que era absurdo aquilo, essa separação. (Aluno 11, 2019).

Quanto aos banheiros (chamados por alguns de “casinha”), não houve relatos específicos acerca de suas características físicas, à exceção da aluna 9, a qual afirmou que era “limpinho”. Sobre utilizá-los em horário de aula, o Aluno 10 (2019) afirmou que *“podia e ela [professora] sempre deixava, era difícil falar que não. Antes do recreio, todos tinham direito de ir uma vez no banheiro. Depois que voltava, tinha direito a mais uma”*. Ele ainda afirmou que *“tinha os tomadores de conta. Os alunos obedeciam e se pegassem alguém fazendo sujeira, levavam pro inspetor ou pra professora e davam castigo, todo mundo tinha medo e obedecia”*. (ALUNO 10, 2019).

Souza (1998, p. 137) afirma que os “símbolos sociais e morais encontraram morada nos grupos escolares: o relógio, o sino, o quadro de horário e o quadro de honra”.

Na escola, a criança internalizava as primeiras percepções cognitivas da temporalidade, pautadas na exatidão, na aplicação e regularidade [...] o repicar do sino, a exemplo das igrejas e dos sinos das fábricas, marca os principais momentos da jornada escolar: a entrada, o recreio, a saída. [...] o tempo escolar se expressa também como tempo disciplinar: respeitar horários e cumpri-los, cada coisa a seu tempo certo, preciso. Dessa forma, a criança aprende a concepção cultural do tempo que regulamenta a vida social. (Idem).

Entre os aspectos mais relatados encontra-se o momento do recreio que durava entre quinze a quarenta minutos (as respostas variaram). Ao tocar o sino, as turmas eram divididas e enquanto as meninas ficavam na parte de cima do prédio, os meninos ficavam na parte de baixo. Para voltar para a sala, era preciso silêncio e formação de fila.

Alguns disseram que poderia levar o lanche de casa, mas o que todos confirmaram foi que a merenda era paga. Segundo o relato da aluna 4, passavam de classe em classe para ver quem iria querer, para que se fosse feita na quantidade certa. Depois, ao pegá-la no recreio, eles a pagavam. Porém, ela também poderia ser fornecida pelo caixa escolar. Após o final da década de 1930 a assistência alimentar foi ampliada, pois “a relação entre aprendizagem e nutrição passou a ser invocada pelos educadores para explicar resultados do rendimento escolar e o baixo desempenho dos alunos pobres”. (SOUZA, 2009, p. 253).

No grupo escolar, havia um caixa escolar e “*os próprios professores contribuíam com o dinheiro deles naquela época, ou então pedia aí pro comércio ajuda e tal, pra poder distribuir a merenda [...] foi uma época muito difícil pra muita gente*”. (ALUNO 7, 2019). Quem pertencesse a uma família mais simples, tinham direito a fazer parte do caixa. Eles recebiam um cartãozinho que os dava direito a merenda.

Quanto a alimentação, o Aluno 6 (2019) relatou que “*às vezes era um fubá, um fubázinho bem temperadinho, um arroz misturado com feijão, uma sopinha de fubá com cheiro verde. A merendeira gostava muito de mim, ela punha mais*”. O Aluno 7 (2019) também relatou que “*era uma merenda tão gostosa, me lembro direitinho. Era sopa de feijão com macarrão, canjiquinha com frango desfiado, canjica com leite*”. Um relato que consideramos interessante foi o da Aluna 5 (2019), “*você sabe que lá os alunos eram tão bacanas que todo mundo dividia um com o outro. Eu mesma dividia, ainda mais que eu morava na roça, eu levava coisa diferente, levava bolo, pão de ló, até pamonha eu levava*”.

As brincadeiras também constituíram uma parte proveitosa nesse momento de relaxamento da rotina das aulas. De acordo com o Aluno 10 (2019), eles brincavam de barrabol, o qual era organizado tanto pelos professores, quanto pelos próprios alunos. Uma classe jogava contra a outra sob a supervisão de uma “tomadora de conta”. O Aluno 11 (2019) detalhou sua experiência

Um dos esportes que era violentíssimo era o barrabol que seria um tio-avô da queimada, que foi me ensinar, apesar de muito pequeno, mas aquele jogo tinha um contato físico muito intenso. Então eu tinha que saber como me defender, era um jogo de vinte minutos, então cinco minutos pra montar as equipes né e depois o jogo propriamente dito. Mas muito violento, o mundo masculino em todos os jogos era muito violento, mas aquilo me ajudou, penso eu, como se proteger, vamos lá, em todos os sentidos. Eu podia estar ao lado de um menino de 1,70m e eu tinha 1,50m, então eu acho que isso, simbolicamente, fez com que eu achasse um viés na vida de como me proteger, me defender. [sobre outros jogos] no caso das meninas as brincadeiras eram amarelinha e os meninos bolinha de gude, aquelas brincadeiras que desapareceram no tempo.

No capítulo anterior, observamos nos relatórios que não havia biblioteca no grupo escolar. Segundo a Aluna 5 (2019) “quando o professor dava pesquisa pra nós, eles tinham uma prateleira no pátio e eles mesmo iam lá e pegava os livros”. O Aluno 11 (2019), disse que “a biblioteca, era quase que invisível. Sabia-se que tinha, mas e daí? Não tinha acesso nenhum. Só quem tinha um pouco mais de condição pra comprar livros, especialmente gibis. Não tinha esses livros como hoje pra crianças, de jeito nenhum”.

Encerramos novamente com uma afirmação de Viñao-Frago (2001, p. 64). Para ele, nesse espaço da escola no qual se permanece durante todos os anos de estudos, as “estruturas mentais conformadas por um espaço que, como todos, socializa e educa, mas que, diferentemente de outros, situa e ordena com essa finalidade específica a tudo e a todos quantos nele se encontram”.

3.2.3 Civismo e festividades

No segundo capítulo desse trabalho, compreendemos que civismo é uma palavra-chave quando estudamos a história dos grupos escolares. E no grupo escolar de São Luiz do Paraitinga não era diferente. Nos depoimentos coletados, observamos a forte presença do civismo nos rituais escolares e nas festividades.

Primeiramente, apontaremos a exigência do Hino Nacional nas escolas. A lei nº. 259 de 1º de outubro de 1936⁶⁸, decretou a obrigatoriedade de se cantar o Hino Nacional em todos os estabelecimentos de ensino primário, secundário técnico-profissional, normal e associações desportivas e de outros fins educativos.

Todos os entrevistados, sem exceção, afirmaram que se cantava o hino no grupo escolar. No entanto, alguns disseram que se cantava todos os dias, outros relataram ser somente algumas vezes durante a semana e outros, ainda, falaram que era apenas em datas específicas. O Aluno 6 (2019), afirmou que *“todo mundo sabia cantar o hino nacional e [que] tinha outros tipos de músicas que você cantava pra entrar, tudo em fila [...] cantava no pátio”*. Como nos descreveu o Aluno 7 (2019), *“antes de entrar na escola cantavam as cantigas infantis ou então as cívicas. E todos os alunos sabiam cantar o hino da bandeira, o hino da independência, o hino da proclamação da república e o hino nacional”*. Conforme Souza (2009, p. 309),

Nesses rituais a escola celebrava a pátria e as virtudes morais. Nos hinos e canções entoados pelo orfeão infantil, nos poemas, nos jograis, nas dramatizações, nas palestras pronunciadas pelos professores e diretores, em tudo ela irradiava a sua ação educativa, ao mesmo tempo em que reafirmava publicamente a gramática básica da escola, de que nos fala Tyack e Cuban (1996), reforçando o próprio sentido cultural da escola e seu modo particular de ordenação das pessoas, do tempo, do espaço, dos saberes.

No grupo escolar, haviam as festas e as comemorações cívicas de diversas datas. De acordo com os relatos dos alunos, comemorava-se o dia dos pais, o 7 de setembro, o dia da bandeira, o dia das crianças, o dia da árvore, o dia de Tiradentes, o 15 de novembro, o dia do folclore, festas juninas, o encerramento do ano letivo, entre outros. Em muitas delas, os alunos que declamassem poesias eram premiados.

Em relação as comemorações de sete de setembro, a Aluna 4 (2019) assegurou que *“tinha desfile na rua. Era bonito, dava a volta nas ruas principais e terminava na igreja. Enchia de gente, só a escola que [desfilava], mas às vezes vinha um batalhão de Taubaté, vinham pra homenagear e conheciam o prefeito”*. Conforme o relato do Aluno 7 (2019) *“quando chegava perto da data a gente ia ensaiando. E outra coisa, a gente comemorava 7 de setembro, 15 de novembro no dia [e se caísse no domingo] era comemorado e era contado como dia letivo”*. Já o Aluno 10 (2019), afirmou que

⁶⁸ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-259-1-outubro-1936-556512-publicacaooriginal-76565-pl.html>> Acesso em: 25 out. 19.

Por exemplo, 7 de setembro tinha desfile na cidade. Era na rua do rosário, na praça, na rua Cel. Domingues de Castro. Era convidado para todos irem, mas todos não iam por motivo de serem trabalhadores rurais daí não tinha tempo de ir nas comemorações, mas tinha bastante gente da cidade que acompanhava. Era só da escola, mas os assistentes que eram da cidade iam apreciar, ver a festa dos alunos, dos filhos, etc. Não faziam preparativos não, só faziam um ensaíno pequenininho [os ensaios também eram de] dança de fitas e danças do tipo escoteiro.

No grupo escolar também era comemorado em 21 de setembro o dia da árvore que tinha o objetivo de despertar uma consciência ecológica nos alunos. A Aluna 3 (2019), relatou, com certa emoção, que *“teve um dia que eu fiquei muito contente. Era dia da árvore, daí falaram pra mim levar uma muda de ipê amarelo pra plantar dentro da escola mesmo, aí fiquei tão feliz. Acho que estava no quarto ano já, isso aí nunca esqueci, não sei por quê”*.

Quanto ao dia das crianças, sem muitos detalhes, o Aluno 6 (2019) relembrou que, para ele, *“a melhor coisa que tinha na escola era o dia das crianças, por que aí você aproveitava. Era pão com mortadela e guaraná, naquela época era muito bom. Uma semana pra brincar, muito bom”*.

Conforme Souza (2009, p. 298), desde o início do período republicano, o Estado patrocinava determinadas cerimônias de comemoração das festas nacionais com desfiles e paradas militares. Para a autora, tais festas

Introduzidas também nas escolas elas adquiriram (como tudo mais) um caráter educativo. Nesse sentido grande incentivo foi dado aos diretores de grupos escolares para a realização de festa de encerramento do ano letivo, seguida de exposição dos trabalhos escolares, comemoração do dia das árvores e dos animais, do aniversário da escola, além das comemorações cívicas nas datas nacionais. (SOUZA, 2009, p. 298).

Um outro relato que nos remeteu ao civismo foi o da Aluna 4 (2019): *“eu sempre fui boa aluna, então no final do ano a gente recebia alguma homenagem. Então era legal, o aluno que não faltava ia lá na frente com a bandeira, tinha o dia de hastear a bandeira”*.

No que se refere as festas de encerramento das aulas, a Aluna 5 (2019) nos informou que *“no final de ano, saíamos na rua e batíamos nas portas pra pedir donativo pra tal evento né. Tinha “gincana”, tudo patrocinado pela escola para angariar fundo pro caixa né, pra algo assim importante”*. A Aluna 4 (2019) também relatou que

A gente ia pra vila⁶⁹ e sempre levava alguma coisa, alimentos. Então era legal e essas coisas eu me lembro bem. Os alunos iam e os professores acompanhavam. [...] fazíamos visitas, festas, tinha essa contribuição, essa caridade do grupo escolar. Tinha as datas certas, não me lembro quais eram, que a gente visitava asilo, hospital. Todas as séries iam, cada professor saía com sua turma.

Por fim, a respeito da colação, havia uma comemoração que era realizada no palco (onde, em outras ocasiões, os alunos encenavam uma peça de teatro). Segundo a Aluna 4 (2019) ali *“cantava hino nacional, tinha discurso e você ia pegar o canudinho que era um diploma da 4º serie. Depois para entrar no primeiro do ginásio, você tinha que fazer uma provinha de admissão”*. No final deste trabalho, anexamos um exemplar digitalizado do diploma do grupo escolar.

3.2.4 Relações professor-aluno e regras disciplinares

No grupo escolar, os funcionários eram os professores, diretor, serventes, inspetores, merendeiros e porteiros. Nos relatos, os alunos disseram que eles eram muito respeitados, mas também se impunham bastante.

Conforme a Aluna 5 (2019), *“nossa diretora queria ver você lá em cima né. Quando ela chegava na classe pra chamar atenção de um aluno, todo mundo levantava da carteira na maior obediência”*. Sobre o porteiro, ela relembrou que ele abria o portão da escola às 7h da manhã e então *“ele tolerava cinco minutos, a criançada voava né e fechou o portão, não abria não. Daí iam bater na porta principal lá e na primeira vez ele falava ‘por essa vez você vai entrar, mas que não repita’. Era muito disciplinado a escola, demais”*.

Para a Aluna 2 (2019), o tratamento dado aos alunos era o mesmo, *“de igual para igual”*. Sobre as salas de aulas, a Aluna 4 (2019), relatou que *“era bem diferente, por que era uma sala só, então era bem misturado. Tinha todas as classes sociais, mas tinha boa adaptação, era mais fácil, tinha mais educação, mais respeito”*. Entretanto, o Aluno 7 (2019) constatou que a escola *“embora fosse para todos, quem realmente podia aproveitar era mais os filhos da classe média”*.

⁶⁹ Provavelmente ela estava se referindo a Vila São Vicente de Paula, uma associação de assistência social voltada aos idosos fundada há mais de 75 anos em São Luiz do Paraitinga.

Os professores também eram muito respeitados e alguns alunos possuíam uma forte ligação com eles. *“A gente era muito apegado a eles. Os professores acho que eram assim, mais amigos, a gente respeitava mais, entendeu? Seria a escola, naquela época, um complemento da casa da gente”*. (Aluno 8, 2019).

Havia, ainda, festas para os professores. Segundo a Aluna 1 (2019), *“no segundo ano, nós fizemos muita festa, era divertido, os professores gostavam, eram lembrados pelos alunos, naquele tempo havia festas, muitas festas”*. O Servente 1 também confirmou a existência delas, posto que ele ajudava na organização.

No que tangia as punições das penalidades, na reforma da instrução pública os republicanos buscaram inspiração nos “modernos dispositivos disciplinares advogados pela pedagogia moderna e em uso nas escolas públicas estrangeiras. Tais dispositivos substituíam os castigos físicos pela emulação e persuasão amistosa”. (SOUZA, 1998, p. 147).

Mesmo sendo há muito proibidos por lei⁷⁰, os castigos físicos estiveram presentes em muitos grupos escolares, como no São Luiz do Paraitinga. Segundo o Aluno 7 (2019), *“os alunos eram trazidos no cabresto curto, professor dava reguada na cabeça, mandava de castigo, mesmo no recreio não se permitia muita bagunça”*. As outras punições, de acordo com os relatos, eram fazer cópias de textos, ficar em pé ou de joelhos no canto da sala por um tempo determinado (cinco, dez minutos, meia hora) dependendo da gravidade do ato.

Porém, em praticamente todos os relatos enfatizaram que a disciplina realmente era muito respeitada por parte dos alunos, bem como a obediência aos professores. Por isso, tais castigos não eram tão frequentes. Segundo a Aluna 4 (2019) *“de vez em quando aparecia um bagunceiro, mas daí ele ia pra diretoria e naquele tempo as crianças tinham medo de ir pra diretoria, então elas se comportavam”*. Para Souza (1998, p. 147),

Vagar, correr, pular, brincar, xingar e brigar desordenadamente incomodava diretores e inspetores que viam nesses comportamentos dos alunos um grande prejuízo para os bons costumes. Por isso, a necessidade de vigilância permanente, de disciplina insidiosa, de aproveitamento máximo do tempo.

Por fim, em relação a brigas entre os próprios alunos, a Aluna 2 (2019) mencionou que *“havia-se também certos desentendimentos pequenos, então depois da aula é que daí iam tomar satisfações, mas nunca em sala de aula. Era só após as aulas, mas coisinhas de criança,*

⁷⁰ A lei de 15 de outubro de 1827, entre outras coisas, proibiu os castigos físicos substituindo-os pelos de cunho moral, fundamentado no método lancasteriano.

coisinha pequena, sem ferir ninguém, sem machucar”. O Aluno 6 (2019), acrescentou que *“mas nunca na minha vida eu vi os caras brigarem [entre si] ou xingar a professora, desrespeitar*”. Nessas discussões entre colegas, os alunos eram levados para a diretora que lhes dava uma lição de moral e mandava entregar um bilhete aos pais, no qual estava constado o que se tinha feito.

3.2.5 O entorno da escola, as representações e outras lembranças

Para Faria Filho (2011, p. 136), “a escola teve também de inventar, de produzir o seu lugar próprio, e o fez, também, em íntimo diálogo com outras esferas e instituições da vida social”. Isto é, acreditamos que as relações familiares, as dificuldades, as vivências sociais e a situação da cidade refletiam na escola e, por isso, influenciavam os cotidianos e as relações escolares.

Souza (2009, p. 317) afirma que nas escolas primárias “os profissionais da educação insistiam tomando os cuidados com a saúde e a higiene como imperativos da profissão, como atitudes e princípios básicos da cultura escolar”. Nas décadas que nossos entrevistados estudaram, especialmente os anos 1950, podemos perceber pelos relatos as precárias condições de higiene da cidade. Conforme o Aluno 7 (2019),

Havia muitas doenças, sabe? Era comum a gente encontrar crianças com nariz escorrendo, com piolho. O aspecto sanitário, de saúde, era bem ruim aqui em São Luiz. Na minha época de escola havia aluno assim que tomava banho uma vez por semana, então o professor ficava falando e tal. A água aqui era péssima, não tinha qualquer tratamento, então quando chovia ficava barrenta. Não havia rede de esgoto, as casas tinham seu banheiro fora de casa com fossa séptica [...] então a situação da cidade era muito difícil e isso refletia na escola.

De acordo com o Aluno 6 (2019), *“ela [a professora] vinha vistoriar você, sua cabeça, por que tinha muito piolho na época e as unhas, a unha da gente também tinha que ser bem cortadinha, mas podia estar descalço que não tinha nada*”. Como informação adicional, em muitos exemplares⁷¹ dos anos 1900 o jornal citadino “*O Luizense*” já fazia denúncias referentes as enfermidades e a falta de saneamento.

⁷¹ Disponíveis para consulta no Arquivo Histórico Municipal de Taubaté “Dr. Félix Guisard Filho”.

Os alunos entrevistados afirmaram que tinham contato com os seus amigos fora da escola, principalmente com os que moravam perto de suas casas. A Aluna 4 (2019) lembrou que *“a gente brincava muito até, demais, sempre com os colegas mais chegados. No final de semana, a gente brincava na rua mesmo, de barrabol, queimada, esconde-esconde, pega-pega”*.

Uma lembrança triste contada pelo Aluno 12 (2019) foi do dia em que *“deu um abalo aqui em São Luiz, um terremoto, quando as pessoas pularam lá do segundo andar até o chão. O pessoal, alunos da noite pularam pela janela e alguns até chegaram a machucar”*. Esse episódio, mencionado no primeiro capítulo desse trabalho, também foi lembrado pelo Servente 1 (2019) que comentou que *“no dia foi muito triste pra nós, o professor pulou da classe na rua. Eu estava em movimento, varrendo o recreio pra lá e pra cá e não senti. Os professores ficaram apavorados, o pessoal não queria ficar dentro da escola mais”*.

Um aspecto que nos chama a atenção é a dificuldade no trajeto até a escola pelo qual passavam os alunos que moravam na zona rural. Muitos caminhavam juntos por mais de uma hora para chegar ao grupo escolar na cidade. A Aluna 5 (2019) relatou que levantava às 5h30 da manhã, tomava banho, trocava de roupa e caminhava cerca de quatro ou cinco quilômetros até a escola acompanhada de mais ou menos dez colegas seus que moravam próximos (sem a presença de adultos). Na volta, refazia o mesmo percurso.

O Aluno 10 (2019) que percorria o mesmo trajeto apontou outra dificuldade pelo qual passavam: *“a gente saía da escola, tinha que esperar dependendo do tempo pra não sair no meio da chuva e chegar molhado em casa. Às vezes nos escondíamos na casa dos vizinhos na ida também pra não chegar molhado na escola, lembrança também pra nunca esquecer”*.

Um alívio a essa realidade como lembrou a Aluna 9 (2019), que assim como os alunos 5 e 10 morava na área rural, era de quando conseguiam um carona. Segundo ela,

Eu estudava das 12h30 às 17h no período da tarde. A gente vinha cedo por causa do leiteiro. Almoçava umas 9h, 9h30 e corria pra pegar o leiteiro. Ele vinha da roça, a gente pegava ele ali na ponte que vai pra Catuçaba, tão diferente essas estradas, de terra, cheia de morro, as pessoas tinham dó da gente, dava carona. Perigoso né? Mas no nosso tempo não era. Quando a gente perdia o caminhão de leite, a gente ia a pé da roça e voltava a pé.

Uma questão que muito apontada também foi sobre o uso de sapatos. A Aluna 5 (2019) revelou que *“a gente levava o sapato na mão, por que se fazia calo a conga né”* e que havia

uma senhora que deixava as crianças lavar os pés em sua casa: *“Nós lavávamos os pés, punha meia. Ela morava na ponte, uns cem metros longe da escola”* (Idem). O Aluno 6 (2019) que morava na cidade ressaltou que *“eu aqui na cidade ainda era mais ou menos, mas e quem morava na roça? Aqueles que tinham o calçado traziam dentro da bolsa e lavava o pé aqui por perto no rio e colocavam, isso pra não gastar o sapato”*. O Aluno 10 (2019), que também enfrentava essa situação, afirmou que *“naquele tempo era difícil adquirir as coisas que você queria, era caro e não tinha muito também pra comprar”*.

Por fim, sobre essa questão, uma outra realidade foi apresentada pelo Aluno 7 (2019): *“era um tempo difícil, a imensa maioria das crianças andavam descalças. Meus pais compravam sapato pra mim e eu sinceramente tinha vergonha de usar, por que ficava diferente dos meus colegas, mas meus pais não deixavam eu ir sem”*.

Nos depoimentos acima, observamos a resiliência dos alunos moradores da zona rural. Mesmo enfrentando muitas dificuldades, concluíram seus estudos no grupo escolar, ainda que muitos não tenham conseguido seguir adiante, pois naquela época não tinham condições de se deslocarem para outra cidade. *“Era uma dificuldade né. Eu não continuei os estudos, era muito difícil, a condução era difícil, tinha bonde duas vezes por dia só, daí não dava pra ir pra Taubaté estudar, aí eu parei na quarta série, mas [10 anos depois] fiz supletivo”*. (ALUNA 5, 2019).

Apesar dessa situação e de todos esses percalços, para a Aluna 9 (2019), estudar nessa instituição *“foi bom, o que eu aprendi serviu pra mim ajudar minhas filhas. Até a oitava série eu ajudava elas, eu sabia mais fazer conta do que elas”*. O Aluno 10 (2019) afirmou que embora tivesse que caminhar mais de quatro quilômetros *“aquele tempinho era muito bom demais, eu gostava mesmo, isso aí eu nunca vou esquecer, uma lembrança pra nunca acabar. A gente sofria bastante, mas tudo era uma festa”*. Já o Aluno 6 (2019) morava em local próximo ao da escola, mas também enfrentou muitos obstáculos. Mesmo assim ele relembrou que *“a gente era feliz, são só lembranças boas, as amigadas que estudaram comigo, você brincava sabe, foi uma época muito feliz”*.

Ser aluno ou professor do grupo escolar de São Luiz do Paraitinga marcou a vida de muitos luizenses e representou muito em suas vidas depois. Para a Aluna 4 (2019), *“representa minha vida profissional, social, aprendi tudo ali, a gente aprendia mesmo”*. A Aluna 5 (2019) reitera *“era tudo muito bom, representa muito, foi lá que aprendi o básico né, o ensino lá foi*

muito bom”. O Aluno 7 (2009), que posteriormente foi diretor quando a escola deixou de ser “grupo escolar” e tornou-se escola estadual de 1º grau, também apresentou seu relato

Representa um monte de coisa, representa orgulho, um sentimento de amorosidade, tudo o que eu conquistei profissionalmente depois eu devo ao grupo escolar. Se não fosse o grupo escolar, eu não teria me profissionalizado, sei lá qual seria minha carreira, de que modo eu teria sobrevivido. Me sinto muito feliz por ter trabalhado na educação [...] é super gratificante. A grande vantagem, sabe o que que é? Vou falar pra você, por experiência de vida. É que a gente não fica velho quando trabalha com aluno, a gente se renova por que a juventude e a infância não deixam a gente envelhecer. A gente tem aquela alegria, aquela esperança das pessoas quando estão nessa idade da infância e início da adolescência. Isso aí contamina benéficamente a gente, essa é a grande recompensa do professor.

Para o Aluno 8 (2019), “*era uma época muito gostosa, aqui era completamente diferente do que é agora. E o mundo passou por uma transformação muito grande de lá pra cá, então da saudade da cidade, dessa pracinha também*”. Por fim, a Professora 1 (2019), afirmou se sentir realizada por sua profissão. Ela encerrou seu relato dizendo que

Acho que todo professor, sem distinção, visa o bem-estar do aluno, da criança, então não tem o que falar. O professor tem uma vocação, ele tem que gostar, acreditar no que faz, ele chega na sala de aula, ele quer ver o bem-estar do seu aluno, seja quem for, e procura ser o mais justo possível, por que às vezes você falha. O professor visa a formação do aluno, não só a formação moral, mas a geral, em todos os sentidos, principalmente o professor do ensino básico que procura passar o respeito, a honestidade, para pelo menos ajudar a formar o caráter dessa criança. Como dizem, o professor é o início de tudo, não existe nenhuma profissão sem um professor, até os mais ilustres tiveram um professor. E não tem nada que se compare ao carinho de um aluno. É gratificante. E quando os anos passam, você se aposenta, encontra um ex-aluno e ele te chama de “professor”, isso não tem preço. Às vezes involuntariamente a gente pode até errar, mas o grande mestre lá em cima sabe.

Sabemos que as fontes escritas são essenciais para a escrita da história das instituições escolares, porém as fontes orais também oferecem as suas possibilidades, como as revelações sobre as práticas escolares específicas daquele estabelecimento e as emoções que os rodeavam. As narrativas orais expostas nesse capítulo nos permitiram compreender melhor como funcionava o grupo escolar de São Luiz do Paraitinga, bem como conhecer algumas das

especificidades que compuseram as dinâmicas cotidianas da escola. Para além disso, as memórias eternizadas aqui contribuem para que a história dessa instituição não se perca completamente, posto que, conforme já enfatizamos, grande parte do acervo documental relativo à escola desapareceu durante as enchentes que a cidade sofreu em 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No nosso trabalho, inserido na linha de pesquisa sobre as instituições escolares, tivemos a tarefa de desvelar os aspectos da dinâmica cotidiana do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro e entender como a escola se adaptou aos regulamentos e orientações estaduais e nacionais. Isto não se mostrou um objetivo simples, uma vez que reconstituir tal como era a história de outrora é inexecutável e esta jamais seria a nossa presunção. Contudo, procuramos ao máximo ir ao encontro de informações, ainda que parciais, que nos revelassem respostas e/ou esclarecimentos acerca de características estruturais e organizacionais, de acontecimentos, de afetividades, de rotinas e pormenores da escola, os quais nos permitiria conhecer um pouco de como era aquele ambiente.

Seguindo a maioria das leis e dos decretos educacionais (as que não foram praticadas eram justificadas, principalmente, em razão da falta de auxílio), o grupo escolar de São Luiz do Paraitinga apresentou semelhanças aos outros do estado de São Paulo e do país. Entretanto, evidentemente, ele continha as suas próprias particularidades. Para nos inteirarmos destas, realizamos, primeiramente, um levantamento bibliográfico pertinente ao tema e, em seguida, trabalhamos com as fontes escritas e orais.

A documentação analisada incluiu o ofício do pedido de denominação do grupo escolar, a ata solene de inauguração do prédio, o relatório do diretor correspondente aos anos de 1899 e 1906 e os relatórios dos anos de 1934, 1935, 1936, 1937 e 1940, escritos pelo inspetor escolar do distrito. Exploramos, ainda, alguns exemplares do jornal da cidade, “O Luizense”, e do jornal paulista, “Correio Paulistano”. Nesses documentos, percorremos a trajetória e o funcionamento da escola desde a sua origem em 1895 até a sua primeira metade de existência. Os relatórios, essencialmente, mencionaram diversos dados dos outros estabelecimentos de ensino da região, propiciando uma comparação mais detalhada entre eles.

Quanto as nossas fontes orais, utilizando da metodologia de História Oral, entrevistamos uma professora, um servente e doze alunos que estudaram e/ou trabalharam entre as décadas de 1940 a 1970. Ainda que todos os nossos questionamentos não tenham sido respondidos ou que tenhamos saído com novas perguntas, as narrativas nos permitiram recompor, parcialmente, o cotidiano, as normas e os elementos que integraram esse grupo escolar. O entrelace exposto entre as informações dos documentos, as narrativas orais e as referências de Rosa Fátima de Souza e outros autores nos permitiu que tecêssemos um panorama entre o micro e o macro.

No início da nossa pesquisa, tínhamos a noção de que essa era uma escola bem quista pelos que se lembravam dela, o que se confirmou ainda mais no final. Porém, vimos que possuía muitos problemas, especialmente em relação a sua estrutura. Constatamos também, de acordo com os relatórios, que lhe faltava muitos aparatos, mesmo os quais estavam presentes nos grupos escolares das cidades vizinhas. À época, a própria São Luiz do Paraitinga carecia de recursos e muitos dos munícipes enfrentavam uma situação difícil, o que se refletia no interior da escola.

No entanto, o contentamento com o qual alguns de nossos entrevistados relembrou a sua infância e os seus tempos de grupo escolar apesar de todos os percalços que passaram, em muito nos surpreendeu. Ainda que possamos julgar tais memórias como negativas, para muitos, era uma época feliz e de brincadeiras, da qual não guardam ressentimentos. Portanto, nos cabe apenas compreender, como uma vez escreveu Marc Bloch.

Ao desenvolver a presente monografia, objetivávamos identificar professores, alunos e funcionários como agentes históricos que compuseram a história de uma instituição educativa, reconhecer seus direitos à memória, valorizar a história regional, representar o município de São Luiz do Paraitinga numa produção acadêmica e promover a História Oral como uma fonte de pesquisa relevante. Em nosso entendimento, nos empenhamos para isso. Ainda desejamos ter cumprido aqui a nossa intenção de eternizar as memórias que se perderiam no tempo.

Por fim, enfatizamos a recompensa que uma pesquisa como essa nos trouxe, posto que novos saberes sempre nos fazem crescer. Nesse sentido, esperamos que nosso trabalho tenha contribuído para a valorização da história, da memória, da história regional, da escola pública e dos alunos e professores de São Luiz do Paraitinga.

FONTES DOCUMENTAIS

Jornais

O Luizense, de 2 de setembro de 1906.

O Luizense, de 18 de abril de 1907.

Correio Paulistano, de 11 de dezembro de 1898.

Atas

Ata de sessão solene da inauguração do grupo escolar apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública do Estado, de 26 de novembro de 1895, redigida pelo inspetor do 6º distrito literário, Pedro Augusto de Calazans. (Ordem C04970).

Ofícios

Ofício apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública do Estado, em 30 de maio de 1895, redigido pelo inspetor do 6º distrito literário, Pedro Augusto de Calazans. (Ordem C06935).

Relatórios

Relatório anual do grupo escolar, de 3 de dezembro de 1899, redigido pelo diretor do grupo escolar. (Ordem C06818).

Relatório anual da Delegacia Regional de Ensino de Taubaté, de 1934.

Relatório anual da Delegacia Regional de Ensino de Taubaté, de 1935

Relatório anual da Delegacia Regional de Ensino de Taubaté, de 1936.

Relatório anual da Delegacia Regional de Ensino de Taubaté, de 1937.

Relatório anual da Delegacia Regional de Ensino de Taubaté, de 1940.

REFERÊNCIAS

- ALLUCCI, Renata Rendelucci. *Carnaval de São Luiz do Paraitinga: conflito entre isolamento e abertura da cidade*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP). São Paulo, 2015.
- ASSUMPÇÃO, Rodrigo Vitorino. *A formação das identidades urbanas em São Luís do Paraitinga e Bananal: patrimônio arquitetônico e religioso*. Dissertação de mestrado (Arquitetura e Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC – CAMPINAS). Campinas, São Paulo, 2008.
- AZEVEDO, Paulo de Campos. *Paraitinga no meu tempo*. São Paulo: Sangirardi, 1986.
- CAMPOS, Judas Tadeu de. *A imperial São Luiz do Paraitinga: história, cultura e educação*. São José dos Campos, São Paulo: Alameda Comunicação, 2011.
- _____, Judas Tadeu de. *Grupo escolar Coronel Domingues de Castro*. In: EUGENIO, César Augusto; GONÇALVES, Mauro Castilho (orgs). *Elites regionais e escola pública primária*. Curitiba, Paraná: CRV, 2016.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. Col. Tudo é História.
- CASTILHO, Edson Donizetti; REIS, Fábio José Garcia dos (orgs.). *Vale do Paraíba: pessoas, instituições e movimentos*. Campinas, São Paulo: Alínea, 2008.
- COMITÊ PRÓ-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CULTURAL E AMBIENTAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. *São Luiz o ano inteiro*. Taubaté, São Paulo: Editora Vogal, 1997.
- CONINCK, Lara Cristina Merlini. *São Luiz do Paraitinga: História, Cultura e Educação*. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura). Centro de Educação, Filosofia e Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2014.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 9º ed. São Paulo: UNESP, 2011.

CRUIKSHANK, Julie. *Tradição oral e história oral: revendo algumas questões*. In: FIGUEIREDO, Janaína Amado Baptista de; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da história oral*. 8º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Instrução elementar no século XIX*. In: VEIGA, Cynthia Greive; et al (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. 4º ed. São Paulo: Autêntica, 2007.

_____; VIDAL, Diana Gonçalves. *Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil*. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago, nº 14, 2000.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2006.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 11º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Dossiê São Luiz do Paraitinga. São Paulo, 2010.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. Tradução de Gizele de Souza. Revista Brasileira de História da Educação. v. 1, n.1 [1], jan./jun. 2001, p. 9-43. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/273/281>> Acesso em 07 out 18

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 7º ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

LEMOES, Carlos Alberto Cerqueira. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2017.

LOZANO, José Eduardo Aceves. *Prática e estilos de pesquisa em história oral contemporânea*. In: FIGUEIREDO, Janaína Amado Baptista de; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da história oral*. 8º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Guia Prático de História Oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular*. Cadernos Cedex, ano XX, nº 52, nov. 2000

MOURA, Elen Cristina Dias de. *Entre ramos e rezas: o ritual de benção em São Luiz do Paraitinga, de 1950 a 2008*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP). São Paulo, 2009.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1976.

NERY, Rosa Maria de Andrade. *São Luiz do Paraitinga. Reduto de gente bandeirante*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763> Acesso em: 22 jul 19.

NÓVOA, Antônio de Sampaio (org.). *Vidas de professores*. 2º ed. Porto, Portugal: Editora Porto, 2007.

PINTO, Marina de Campos Ferreira. *O Grupo Escolar de São Luiz do Paraitinga: contexto histórico (décadas de 1930 a 1970)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Bauru, São Paulo: UNESP, 2011.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos. v. 2, n. 3. 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417> Acesso em: 12 out 19.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. Proj. História, São Paulo, (14), fev. 1997. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11233/8240> Acesso em: 28 mar 19.

SANTOS, Carlos Murilo Prado. *O reencantamento das cidades: tempo e espaço na memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, São Paulo, 2006.

SANTOS, João Rafael Coelho Cursino dos. *A festa do divino em São Luiz do Paraitinga: o desafio da cultura popular na contemporaneidade*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SAVIANI, Demerval, et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa*. Revista Brasileira de História da Educação. Tempo [online]. 2009, v. 13, n. 26, p. 32-55. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>>. Acesso em: 10 jan 19.

SILVA, Tânia Cristina Bordon Miotto. *São Luiz do Paraitinga: patrimônio, reconstrução e memória coletiva*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2017.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Alicerces da Pátria: história da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976)*. São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

_____. *Templos de civilização: a implementação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Unesp, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

VIÑAO-FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa*. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 2º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de entrevista

Roteiro de entrevista

Esse roteiro poderá sofrer alterações, exclusão ou acréscimo de perguntas de acordo com o andamento das entrevistas.

Identificação: Nome (não será divulgado) e o período em que estudou e/ou trabalhou no grupo escolar Cel. Domingues de Castro.

Questões

1. Quais as lembranças que o senhor/senhora tem do grupo escolar?
2. Como eram os comportamentos dos alunos e dos professores? Como eram tratados os alunos, professores e funcionários? Havia punições para as indisciplinas? Se sim, quais?
3. Como era o método de ensino? Quais eram as matérias? Havia materiais didáticos? Como eram avaliados? Havia lição de casa? Havia excursões?
4. Quantos alunos havia, em média, por sala? Eram de todas as condições sociais? Havia evasão escolar?
5. As condições do prédio eram adequadas? Como eram as salas de aula? Eram salas mistas? As carteiras eram duplas?
6. Durante o recreio os meninos e meninas eram separados? Quanto tempo ele durava? Havia merenda? Se sim, todos tinham acesso? Quais as brincadeiras durante o recreio?
7. Havia datas e festas comemorativas? Em quais datas? Como eram? Havia a participação da comunidade?
8. Questão livre para falarem sobre uniformes, horários de aula, férias, canto do hino, amizades, trajeto até a escola e outras vivências.
9. Para o senhor/senhora, qual foi o aprendizado mais importante que teve durante seu estudo e/ou trabalho no grupo escolar? O que representa para o senhor/senhora ter estudado lá?
10. Questão livre para comentar algo que desejar, outras lembranças, etc.

Fonte: elaborado pela autora.

ANEXOS

Anexo A – Segunda página do parecer de aprovação do Comitê de Ética



Continuação do Parecer: 3.205.644

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada no dia 15/03/2019, e no uso das competências definidas na Resolução 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|--------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1183592.pdf | 01/03/2019 00:59:17 | | Aceito |
| Outros | Carta_resposta_pendencias.pdf | 01/03/2019 00:58:17 | Mauro Castilho Gonçalves | Aceito |
| Outros | Termo_de_Compromisso_do_Pesquisador_Responsavel.pdf | 01/03/2019 00:57:57 | Mauro Castilho Gonçalves | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto_detalhado.pdf | 01/03/2019 00:57:45 | Mauro Castilho Gonçalves | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | Termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido.pdf | 01/03/2019 00:57:32 | Mauro Castilho Gonçalves | Aceito |
| Folha de Rosto | folha_de_rosto.pdf | 03/08/2018 23:22:29 | Mauro Castilho Gonçalves | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

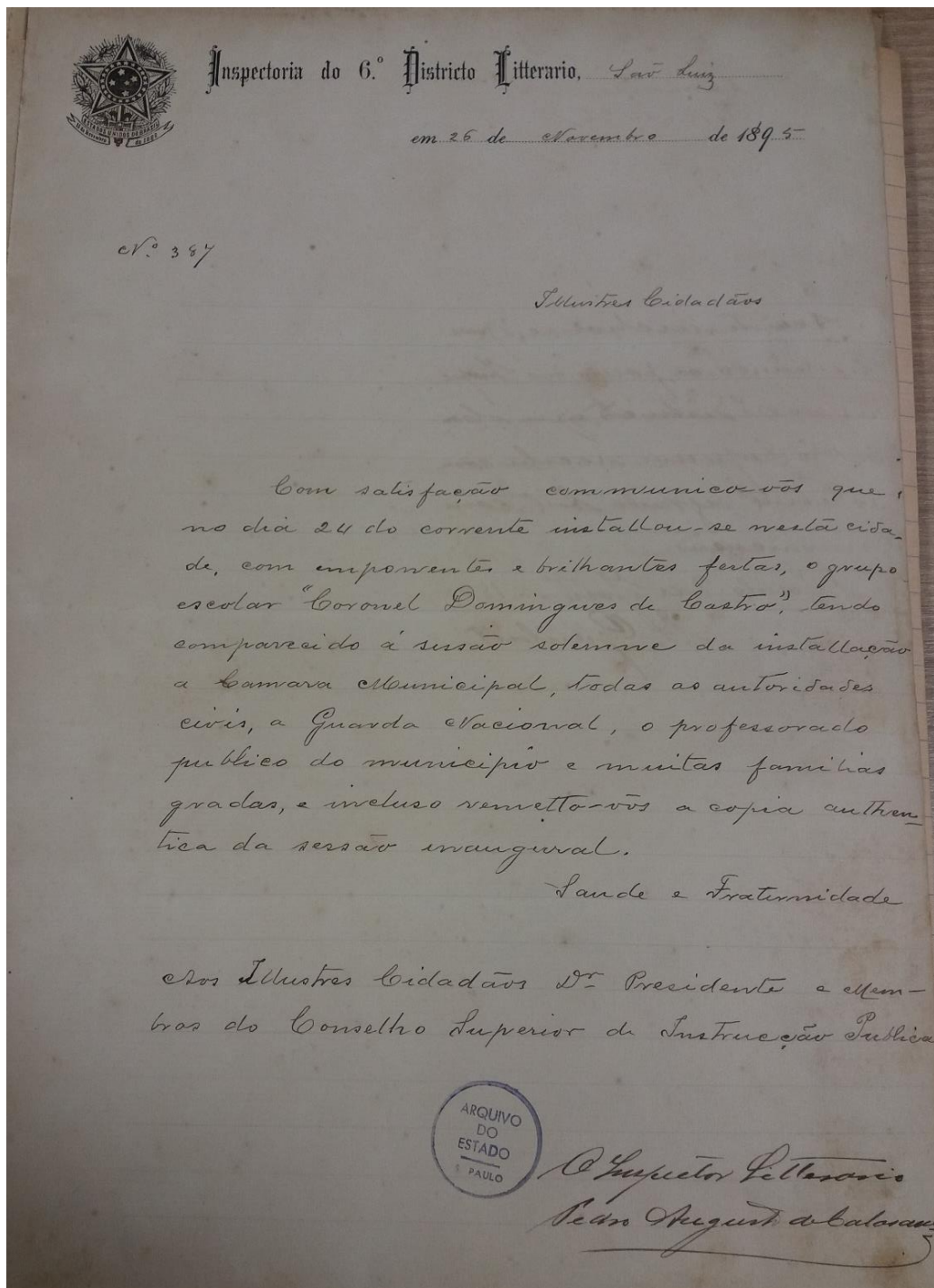
Não

TAUBATE, 18 de Março de 2019

Assinado por:
José Roberto Cortelli
(Coordenador(a))

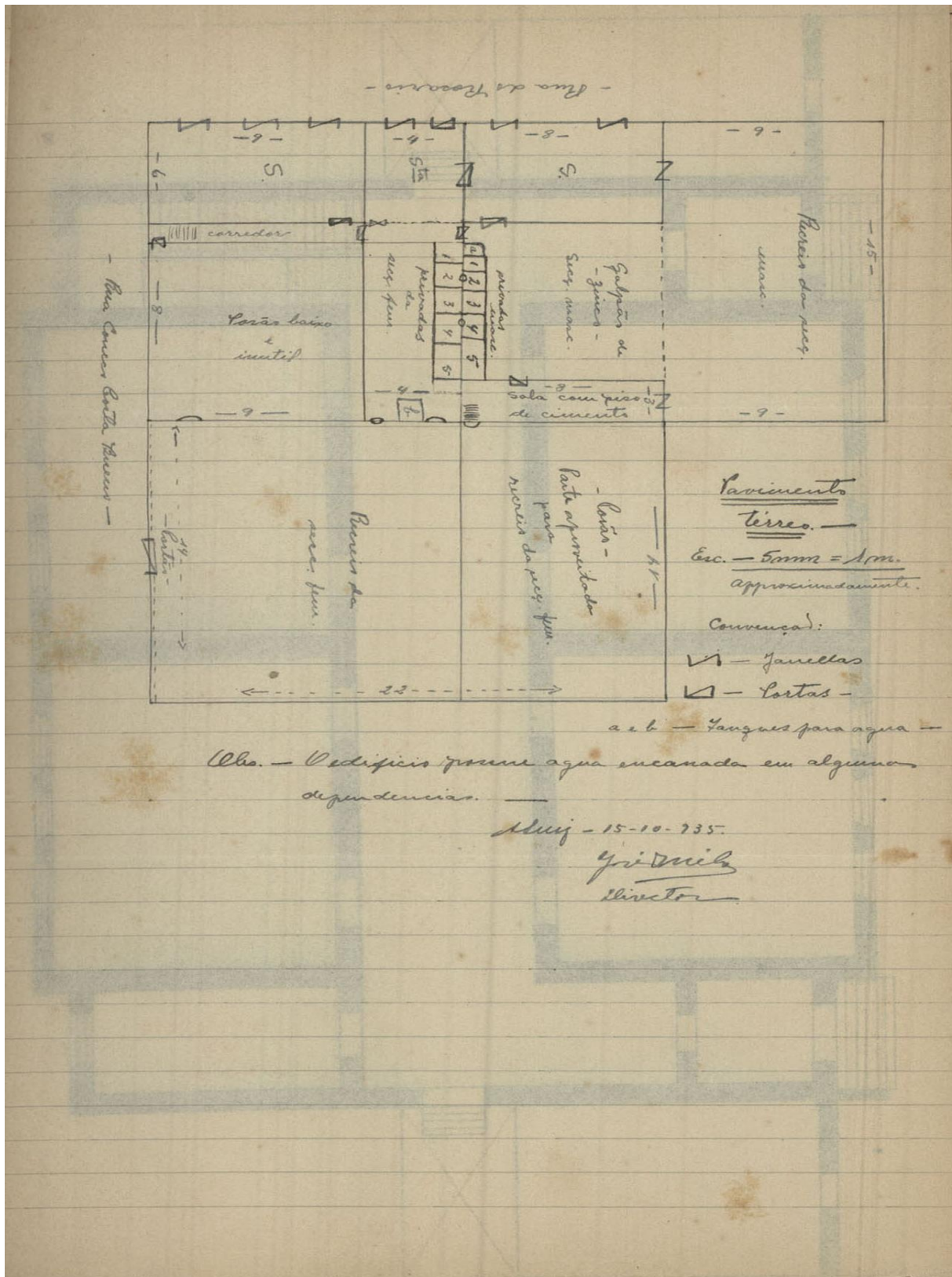
Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
 Bairro: Centro CEP: 12.020-040
 UF: SP Município: TAUBATE
 Telefone: (12)3635-1233 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cepunitau@unitau.br

Anexo B – Primeira página da ata da sessão solene de inauguração do grupo escolar, de 26 de novembro de 1895, remetida ao Conselho Superior de Instrução Pública

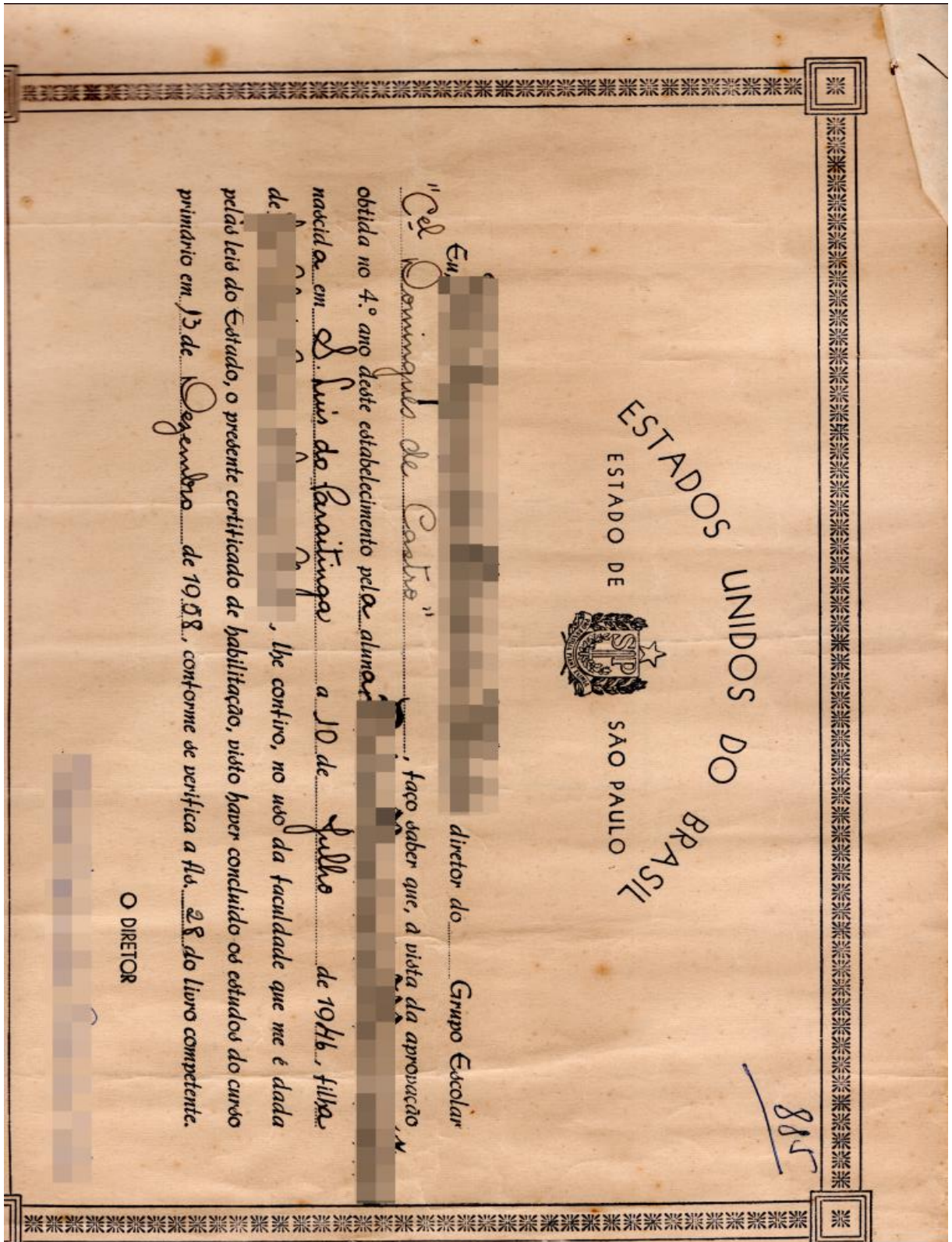


Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo. (Referência Ordem C04970). Fotografia tirada em 25 abr. 19.

Anexo D – Planta do pavimento térreo do grupo escolar Cel. Domingues de Castro

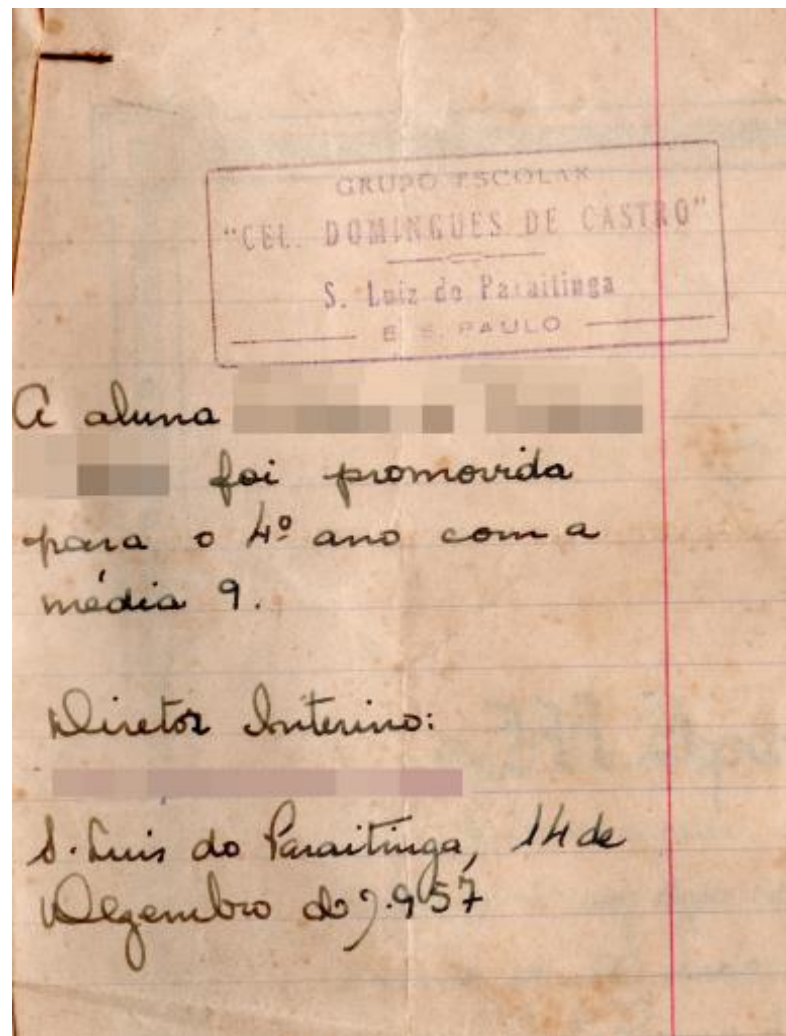


Anexo E – Diploma de conclusão do curso primário, de 13 de dezembro de 1958



Fonte: Acervo pessoal da Aluna 5. Imagem digitalizada em 25 nov. 19.

ANEXO F – Informativo de promoção do terceiro ano (grampeado junto ao diploma de conclusão do curso primário do ano seguinte)



Fonte: Acervo pessoal da Aluna 5. Imagem digitalizada em 25 nov. 19.

Anexo G – Livro do 2º grau primário “O tesouro da criança” (livro de leitura com o objetivo de desenvolver o vocabulário e a interpretação de texto).



Fonte: Acervo pessoal da Aluna 9. Imagem digitalizada em 25 nov. 19.